

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP
SGPS), e da TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 27

24 de maio de 2023

(19:24 h — 0:34 h)

Ordem do dia: Apreciação e votação de requerimentos para audições; apreciação e votação de requerimentos para obtenção de documentação; outros assuntos; audição da Sr.ª Dr.ª Maria Antónia Barbosa de Araújo, na qualidade de ex-Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação e atual Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas.

Presidente da Comissão: António Sales (PS)

Deputados Oradores: Bernardo Blanco (IL)

Pedro Filipe soares (BE)

Filipe Melo (CH)

Bruno Aragão (PS)

Bruno Dias (PCP)

Paulo Moniz (PSD)

Hugo Carvalho (PS)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião, que, hoje, será, com certeza, uma reunião longa.

Eram 19 horas e 24 minutos.

Srs. Deputados, da 1.^a parte da nossa ordem do dia, temos a apreciação e votação de requerimentos para audições e de requerimentos para obtenção de documentação.

Sugiro, se estiverem todos de acordo, que possamos dividir estes requerimentos em dois grandes blocos: um primeiro bloco que aprecia requerimentos para audições e um segundo de obtenção de documentação.

Assim, temos um requerimento do Chega para que o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública preste depoimento por escrito, um outro também do Grupo Chega, requerendo a audição do Ministro da Administração Interna, e ainda um outro, também do Chega, solicitando a audição do Secretário de Estado Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro.

Temos ainda um requerimento da IL solicitando o depoimento escrito do Sr. Primeiro-Ministro e um requerimento do Bloco de Esquerda solicitando as audições do Sr. Primeiro-Ministro, de preferência presencialmente, do Sr. Diretor do SIS (Serviço de Informações de Segurança) e da Secretária-Geral do SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa), sobre o envolvimento do SIS nos acontecimentos do dia 26 de abril.

Como, convencionalmente, fazemos, sugiro dar a palavra aos grupos parlamentares requerentes, neste caso ao Chega, à IL e ao Bloco de Esquerda, para procederem à apresentação dos respetivos requerimentos, se assim o entendessem.

O Chega ainda não está presente, mas, darei já a palavra do Sr. Deputado Bernardo Blanco, da IL, para intervir sobre o requerimento que apresentou.

Tem a palavra, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, desculpe, estava aqui a escrever uma coisa, é sobre o requerimento da audição ou sobre o requerimento da documentação.

O Sr. **Presidente**: — É sobre o pedido de depoimento escrito do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

Face às declarações do Sr. Ministro João Galamba, aqui, na semana passada, nós ficámos com algumas dúvidas. Infelizmente, hoje no debate parlamentar, eu diria que a maioria dessas dúvidas não foram esclarecidas, uma delas foi, até, perguntada dezenas de vezes relativamente ao contacto do Secretário de Estado Adjunto com o Ministro João Galamba.

Assim, gostaríamos de saber: primeiro, se aconteceu mesmo ou não, como o Sr. Ministro disse aqui; segundo, o Sr. Primeiro-Ministro sabia.

Ora, obviamente, não podendo o Sr. Primeiro-Ministro vir aqui, a opção que temos é ouvi-lo por escrito – aliás, isso já foi feito no passado com outros primeiros-ministros e o requerimento é nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares para apresentar o requerimento do BE, solicitando as audições do Sr. Primeiro-Ministro, presencialmente de preferência, do Diretor do SIS e da Secretária-

Geral do SIRP, sobre o envolvimento do SIS nos acontecimentos de 26 de abril, nomeadamente em relação à audição do Sr.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permitir, serei bastante rápido e apresento também o requerimento que solicita documentação que está associada a este requerimento de audições.

Então, faria já tudo muito rapidamente, pegando, até, em algumas das palavras do Deputado Bernardo Blanco.

Há manifestamente uma cronologia que esta Comissão tentou estabelecer sobre os acontecimentos do dia 26, madrugada de dia 27, e essa cronologia aparenta ter várias contradições, incluindo o envolvimento do Sr. Primeiro-Ministro ou de membros do seu gabinete.

O Sr. Primeiro-Ministro poderia ter esclarecido hoje um conjunto de matérias que não quis esclarecer, refugiou-se, de uma forma que nos parece incorreta, do ponto de vista da responsabilidade política, na ideia de que não queria divulgar ou telefonemas ou conversas privadas numa matéria que nós não estamos a falar de questões pessoais, mas, sim, de questões que envolvem os sistemas de informação da República Portuguesa e, por isso, uma matéria que é matéria de Estado e não há conversas pessoais em matéria de Estado.

Assim sendo, a nossa pretensão é que o Sr. Primeiro-Ministro pudesse vir à Comissão responder aos Srs. Deputados.

Como é óbvio, e por isso é que tivemos cuidado na forma como escrevemos o requerimento, não desconhecemos a lei e sabemos que a lei dá direito ao Sr. Primeiro-Ministro — que é aquele que historicamente tem sido sempre usado, quer pelo Primeiro-Ministro quer pelo Presidente da República —, de responder por escrito.

Portanto não fazemos, taxativamente, um pedido presencial, pois, na verdade, esperávamos que o Sr. Primeiro-Ministro tivesse no Plenário de

hoje esclarecido melhor as matérias e, então, não precisaríamos de ter esse debate em Comissão, mas, não sendo assim sendo, a nossa pretensão é que ele possa ser ouvido, se não presencialmente, por escrito.

De forma diferente, mas de forma conexa, pretendemos, também, ouvir o Sr. Diretor do SIS e a Sr.^a Secretária-Geral do SIRP, porque não nos foi referido — e eu posso dizer isto desta forma, sem infringir o segredo a que estamos obrigados — na reunião, em que participei, da 1.^a Comissão com a Sr.^a Secretária-Geral do SIRP e com o Sr. Diretor do SIS, não nos foi referida, em nenhum momento, a existência de um protocolo de ação para chefes de gabinete ou que tenha sido seguido na noite do dia 26.

Posso dizer isto, não infringindo nenhum segredo, porque não estou a denunciar nada que alguém tenha dito, pelo contrário, estou a dizer, apenas e só, que não nos foi dito.

Ora, é essa a base que a Sr.^a Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas apresenta como a sua ação e a causa para a sua ação.

Assim sendo, queremos conhecer, o protocolo, por isso é que requeremos o protocolo ou de relacionamento com o SIRP ou de relacionamento com o SIS, e queremos ouvir a Sr.^a Secretária-Geral do SIRP e o Sr. Diretor do SIS sobre essa matéria, não sobre o conteúdo das suas funções, e aí salvaguardando o que o Sr. Presidente já tinha dito no passado, mas como é que operacionalmente eles foram envolvidos nesta matéria e isso, creio eu, já é competência da atuação da Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega, para intervir acerca dos seus três requerimentos: o primeiro, solicitando que o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública preste depoimento por escrito; o segundo, solicitando a audição do Sr. Ministro da Administração

Interna; e o terceiro, solicitando a audição do Secretário de Estado Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro.

Faça favor, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como a todos os Srs. Deputados e fico satisfeito por hoje darem a palavra ao Chega nesta Comissão.

O requerimento para ouvir, para ouvir, não, para recolher o depoimento por escrito do Sr. Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, tem, naturalmente, a ver com as instruções que terá recebido — sendo que pretendemos saber de quem é que as recebeu para depois fundamentar a sua atuação — e com as diferentes chamadas ocorridas para a PSP, para saber por quem foram feitas, qual o motivo, o âmbito dos telefonemas, e o que levou a essa atuação por parte da PSP, uma vez que acusaram de furto o Dr. Frederico Pinheiro.

Ora, alguém que furta alguma coisa não sai com essa coisa diante dos olhos da polícia pela porta fora impávido e sereno...! Portanto, esse seria o motivo pelo qual gostaríamos desse depoimento do Sr. Diretor Nacional da PSP.

O último requerimento para a audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro — uma vez que hoje foi encoberto, protegido no debate em que o próprio Primeiro-Ministro se escudou e se recusou a revelar estes contornos — é no sentido de sabermos quem é que lhe deu instruções para que o SIS pudesse, de uma forma ilegal, agir e intervir neste processo.

O Sr. Primeiro-Ministro não o disse, não assume, o Ministro João Galamba enrolou, neste caso, o Secretário de Estado para este debate, entretanto ninguém sabe em que moldes é que ele atuou ou não, se foi ele que deu as instruções ao SIS ou não, através de quem — ordem que deve ter

recebido, certamente, do Sr. Primeiro-Ministro —, mas é isso que nós queremos que esclareça na primeira pessoa.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se mais algum dos Srs. Deputados quer intervir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento-o, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Relativamente aos requerimentos para todas estas audições, considerando que nenhum deles cabe no objeto desta Comissão, naturalmente, não acompanharemos nenhum.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Como já tem sido — eu diria de uma forma consistente — assumido pelo PCP o posicionamento sobre as diligências desta Comissão de Inquérito e sobre o objeto desta Comissão de Inquérito, nós não deixamos de sublinhar a gravidade dos acontecimentos e das situações que originaram toda esta discussão, todos estes requerimentos e a necessidade do cabal esclarecimento das circunstâncias e das decisões e ações tomadas pelos responsáveis políticos.

Consideramos que é fundamental esclarecer toda essa matéria, simplesmente há espaço próprio na Assembleia da República e competências próprias no quadro da Assembleia da República para isso mesmo e as competências próprias não recaem nesta Comissão de Inquérito sobre a TAP.

A Comissão de Inquérito sobre a TAP deve fazer o seu trabalho e nós não consideramos que as questões dos contactos com o SIS ou das intervenções dos Membros do Governo em relação ao SIS sejam elemento que deva substituir a atenção que devemos dar à TAP.

Consideramos que não defende a TAP, nem o interesse nacional, quem substitui o enfoque sobre a companhia aérea que esta Comissão deve ter por essas outras matérias, sem dúvida muito graves, mas que devem ser tratadas em sede própria.

Por isso, o PCP vai abster-se na votação destes requerimentos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. Filipe Melo (CH): — Sr. Presidente, naturalmente que, uma vez mais, o rolo compressor põe e dispõe da sua maioria para aprovar ou para chumbar os requerimentos, pelo que é importante percebermos uma coisa e que isto fique registado: estes requerimentos que o Grupo Parlamentar do Chega faz, não o faz de uma forma extemporânea, mas, sim, porque todos estes casos ocorreram durante a Comissão de Inquérito, pois, se não fosse a Comissão de Inquérito, estes casos nem sequer se colocavam.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem dizer que o solicitado nos nossos requerimentos está fora do âmbito da Comissão de Inquérito, mas apresentou requerimentos para ouvir nesta Comissão ex-governantes responsáveis pela TAP, à data do Governo PSD o que, no nosso entendimento, está fora do âmbito de uma Comissão que se propunha averiguar a gestão política da TAP de 2020 a 2022. Não de 2014 ou 2015, mas, sim, de 2020 a 2022!

Isto é a hipocrisia política no seu expoente máximo! É vetarem a vinda a esta Comissão de governantes e de instituições, como é o caso da Polícia de Segurança Pública, no decurso de acontecimentos ocorridos, por via do

que se apurou nesta Comissão de Inquérito. É boicote político, é o uso, mais uma vez, do rolo compressor e de uma maioria que se esconde atrás dessa mesma.

Da mesma forma que o PCP se abstém, mas falou imensas vezes aqui dos fundos Airbus que nada têm a ver com a gestão à tutela política da TAP de 2020 a 2022.

Para que fique registado, os requerimentos serão naturalmente chumbados, como já ouvimos, mas, que fique sublinhado, isto é a maior hipocrisia política a que nós assistimos nos últimos tempos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. Bernardo Blanco (IL): — Sr. Presidente, três notas rápidas.

Primeira, para dizer que o Sr. Primeiro-Ministro mostrou hoje toda a disponibilidade em responder a esta Comissão e, por isso, certamente, no seu entender, tal não deve fugir do âmbito e eu até percebo porquê — aliás, isso até tem que ver com a segunda nota —, porque, ainda na semana passada, tivemos aqui três audições, onde todos colocámos várias questões relativamente a estes contactos da tutela neste caso.

Terceira, sabendo já que será chumbado, eu pergunto onde é que isto se pode discutir, obviamente, porque, hoje, a audição na 1.ª Comissão foi chumbada, agora, aqui, este requerimento será chumbado, eu, certamente, desconfio muito que uma comissão de inquérito ao SIS seja aprovada e, por isso, a verdade sobre este caso, em princípio, nunca será apurada.

O Sr. Filipe Melo (CH): — Exato!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foram a Sr.^a Chefe de Gabinete do Ministro João Galamba e o Sr. Ministro João Galamba que, não tendo sequer a coragem de o dizer abertamente, deixaram — numa interpretação que foi, não apenas dos grupos parlamentares, mas abundante até na comunicação social e, por isso, aparentemente, não com uma conotação política — a ideia de que existe um conflito, seja ele de que forma for, entre o atual Ministro das Infraestruturas e o anterior gabinete do Ministério das Infraestruturas.

Se nós estamos a avaliar a condução política da TAP e, portanto, a responsabilidade política sobre este *dossier* e ficamos impávidos e serenos perante esta constatação que é feita nesta Comissão, então não estamos a querer atingir o nosso objetivo.

Não foi o Bloco de Esquerda, não foi nenhum dos partidos aqui, foi a chefe de gabinete do Ministro João Galamba e foi o Ministro João Galamba que insinuaram que havia essa tentação, e a pergunta que se pode fazer é: porquê? Porque é que há essa tentação? Porque é que há essa confusão interna? Porque é que há essa vontade de expor essa disputa? Será que isso tem alguma coisa a ver com o tal computador? Seriam só os documentos, seriam as notas? Que notas é que seriam?

Portanto, há aqui um conjunto de perguntas que advêm diretamente quer da condução política que teve a TAP ao longo dos últimos anos, quer até na consequência política.

Como se percebe, neste momento a privatização da TAP não é uma matéria económica, nem é sequer uma matéria de gestão pública; é uma tentativa de virar uma página do mau momento do Governo. É político, portanto, é político, puramente político, porque senão a privatização da TAP nunca existia neste momento em que ela está a ser desvalorizada com o espetáculo que o próprio Governo promoveu.

Ora, assim sendo, é uma irresponsabilidade para a Assembleia da República e para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em particular, não apurar, até às últimas consequências, as responsabilidades políticas e todos os atos, porque o desespero criado no Ministério das Infraestruturas de João Galamba, com uma reunião ou com um computador, que leva a envolver o SIS, a Polícia Judiciária, a PSP, quer dizer, só não chamou o Exército provavelmente, porque não tinha o contacto de ninguém, senão era o que viria a seguir...

Risos do Deputado do CH Filipe Melo.

Bem, isto demonstra que há aqui responsabilidades políticas que, em nome da transparência necessária a um Estado de direito, devem ser assacadas.

O Partido Socialista, pura e simplesmente, vem dizer: «nós não aceitamos, porque isto não está no âmbito da Comissão de Inquérito». Mas, então, o que é que está no âmbito da Comissão de Inquérito? É que essa é que é a pergunta, se isto não são responsabilidades políticas, se não têm uma relação direta com o que aconteceu ao longo dos últimos dois anos, então o que é que tem? E eu creio que essa é a pergunta a que o Partido Socialista não consegue responder.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Jornalistas, quero reafirmar que, como temos dito várias vezes, não iremos obstaculizar nenhum requerimento que contribua para o esclarecimento cabal dos factos iniciais ou daqueles que no decurso dos trabalhos da Comissão se revelem necessários apurar.

Portanto, reafirmamos que, de facto, através do voto, não iremos obstaculizar nenhum pedido neste âmbito e com este objetivo.

O Sr. **Presidente**: — Como mais nenhum Sr. Deputado quer intervir, passaríamos à votação de cada um dos requerimentos.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento, do Chega, solicitando que o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública preste depoimento por escrito.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento, apresentado pelo Chega solicitando a audição do Ministro da Administração Interna.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.

Segue-se a votação do requerimento, do Chega, solicitando a audição do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à mesa, se me permitir.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, é possível averiguar quem são os Deputados efetivos e suplentes do Partido Socialista?

É porque a votação, ao que nós sabemos, é nominal e, assim sendo, se calhar, poderá não estar de acordo com esse resultado que o Sr. Presidente falou.

O Sr. **Presidente**: — Os Deputados efetivos são: Ana Bernardo, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Madeira, Vera Braz e o Presidente, claro, que também é Deputado do Partido Socialista. São estes os efetivos que votaram.

Não há ninguém fora destes efetivos na sala, portanto, não se coloca esse problema.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, votar o requerimento, apresentado pela IL, requerendo o depoimento por escrito do Sr. Primeiro-Ministro.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.

Passamos à votação do requerimento, do BE, respeitante às audições do Primeiro-Ministro, de preferência presencialmente, do Diretor do SIS e da Secretária-Geral do SIRP, sobre o envolvimento do SIS nos acontecimentos do dia 26 abril.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.

Srs. Deputados, vamos agora proceder à votação dos requerimentos para obtenção de documentação, começando por votar o requerimento, apresentado pelo BE, solicitando que consiste na cópia dos protocolos SIS/Governo e SIRP/Governo.

Pausa.

Srs. Deputados, estão-me a dizer os serviços — e bem — que este requerimento do Bloco de Esquerda, solicitando a cópia dos protocolos do SIS/Governo e SIRP/Governo, de alguma forma, já acabou de ser rejeitado, dada a anterior votação, e, portanto, seria uma redundância, eventualmente, estarmos a votar este requerimento.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, confirmo o julgamento da Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Nesse caso, passamos à votação dos três requerimentos, apresentados pela IL, solicitando os comunicados do Ministério das Infraestruturas, a listagem completa de toda a documentação/classificação e cópias de toda a troca de *e-mails*, envolvendo Frederico Pinheiro, Cátia Rosas e outros, durante o processo de preparação da resposta a um requerimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, para proceder à apresentação destes requerimentos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, dispenso a apresentação. É isso mesmo que acabou de ler.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado pretende intervir?
Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão,

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, relativamente a estes requerimentos, acompanharemos o requerimento 73, o requerimento 74, vou fazer assim porque é mais fácil, e não acompanharemos o requerimento 75.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Se o Sr. Deputado Bruno Aragão quiser especificar o que são os requerimentos muito bem, se não eu pedia à Mesa que prestasse informações sobre os mesmos para que todos os Deputados e a comunicação social aqui presente saibam o que é que o Partido Socialista está a recusar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Aragão, pretende aceitar este repto?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, quem sou eu para fazer a condução dos trabalhos...?! Não tenho problema nenhum, mas eu li os números, porque nós recebemos os requerimentos assim.

Não tenho qualquer problema em ler os requerimentos, mas foram distribuídos a todos os Srs. Deputados, e, portanto, parece-me estranho o pedido do Sr. Deputado.

Não tenho nada a comentar sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se eu bem percebi, o único que o PS não acompanha é o requerimento 75, que é a troca de *e-mails* durante a preparação da resposta ao requerimento da Comissão de Inquérito, o que quer dizer que acompanha aos outros dois, ou seja, o pedido dos comunicados oficiais e não oficiais do Ministério das Infraestruturas sobre este caso e o pedido da listagem dos documentos e da sua data de classificação.

Foi primeiramente referido pelo Sr. Dr. Frederico Pinheiro e só depois pela Sr.^a Dr. Eugénia Correia e pelo Ministro João Galamba, que na preparação da primeira resposta — a resposta, aliás, que o Ministério iria enviar à Comissão de Inquérito e depois não chegou a enviar — o Sr. Dr. Frederico Pinheiro disse à Eng.^a Cátia Rosas e ao resto do gabinete, em CC mas não sabemos quem, que não queria enviar nenhuma resposta sem incluir as notas. Diz que respondeu isso e que também colocou lá todas as notas e por isso todas aquelas pessoas ficaram também a ter acesso às notas.

Ora, isto é o que diz o Sr. Dr. Frederico Pinheiro, eu gostava que nós pudéssemos ter a confirmação disto para saber se, efetivamente, os outros membros do gabinete e até o Sr. Ministro receberam esse *e-mail* e se receberam essa resposta e as notas, caso contrário, pronto, confiamos que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro não está a mentir, mas eu gostava de ter a confirmação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, eu queria colocar uma questão precisamente sobre este requerimento, que julgo ser o 75, e que tem a ver com a questão da troca de *e-mails*.

Qual é o problema que eu identifico neste requerimento? É o facto de ser indeterminado sobre os protagonistas da troca de comunicações. Isto é,

se não estivesse aqui a expressão «e outros», eu julgo que ficava muito claro. Quando se fala «de toda a troca de *e-mails* envolvendo Frederico Pinheiro, Cátia Rosas e outros...», eu considero que num processo como o de uma Comissão de Inquérito, numa operação de abertura de comunicações, tudo o que seja indeterminado ou aberto é pouco prudente.

Portanto, se houvesse neste requerimento a identificação em concreto de quais as comunicações de que estamos a falar, era melhor.

Quanto aos outros requerimentos, julgo que estamos a falar de listagens de documentação, que até já existe, e é essencialmente estruturar e sistematizar a informação que temos, e isso, em si mesmo, não é mau; é bom.

Esta questão de requerermos toda a troca de *e-mails* envolvendo duas pessoas e outras, o «outras» é que é o problema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. Filipe Melo (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Naturalmente que, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aprovar os requerimentos 72 a 74 é fácil, porque os protocolos (requerimento 72) não têm nada que se diga, os comunicados do Ministério (requerimento 73) também não, são comunicados, são públicos, a listagem da documentação e sua classificação (requerimento 74) é fácil, a Mesa regularmente também nos faz chegar isto, mas no requerimento 75, sobre a troca de *e-mails* aí é que está o problema.

E, mais uma vez, o Partido Socialista quer esconder informação a esta Comissão que está dentro do âmbito desta Comissão. É importante que se diga isto: isto está dentro do âmbito deste Comissão! Estava a ser preparada documentação para ser enviada a esta Comissão e quando se fala em Frederico Pinheiro, Cátia Rosas e outros, os «outros» não é difícil de perceber quem são; são as pessoas que estavam no gabinete.

O Dr. Frederico Pinheiro nesta Comissão fez o favor de identificar as pessoas. Portanto, se o sentido da não aprovação do requerimento é a expressão «e outros», eu acredito que o Deputado Bernardo Blanco substitua a expressão «e outros» pelos nomes corretos.

Agora, isto, mais uma vez, é tentar sonegar informação a esta Comissão.

Sr. Presidente, a este ritmo, mais vale, e esta é uma proposta muito séria que estou a fazer, partirmos só para as audições, esquecermos mais requerimentos, porque não serão aprovados pelo Partido Socialista, esquecermos a reunião de Mesa e Coordenadores, porque são só floreados, porque chegamos aqui e o Partido Socialista não aprova rigorosamente nada.

Então, vamos diretos para as audições e, seja o que Deus quiser, vamos ouvir o que os inquiridos têm para dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, obrigado.

Eu duvido que a questão seja essa de «os outros», mas, já agora, para clarificar quero dizer, muito rapidamente o seguinte: «os outros» é, obviamente, porque eu não sei quem é que está em CC nos *e-mails*, é só isso, se eu soubesse quem está em CC nos *e-mails*, eu não teria colocado «e os outros», mas essa expressão pode retirar-se à vontade e pode ficar só, obviamente, a troca de *e-mails* entre o Dr. Frederico Pinheiro e a Eng.^a Cátia Rosas.

Todavia, duvido que seja por isso, mas, obviamente, que estou disponível para alterar o requerimento nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bernardo Blanco. Se me permitem, gostaria de fazer uma sugestão — para que não

ficassem dúvidas nenhuma e contrariando um pouco aquilo que eu próprio disse no início deste segundo bloco de votações — e pôr à votação também o primeiro requerimento do Bloco de Esquerda de cópia dos protocolos SIS/Governo e SIRP/Governo.

Se estiverem todos de acordo, claro está, para que não possam restar quaisquer tipos de dúvidas sobre todos os requerimentos que chegaram à Mesa.

Pausa.

Como não há mais pedidos de palavra, e há consenso, sugiro passemos à votação.

Vamos, então, votar o requerimento do Bloco de Esquerda, relativo à cópia dos protocolos SIS/Governo e SIRP/Governo.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.

Vamos votar o requerimento, apresentado pela IL, solicitando os comunicados do Ministério das Infraestruturas.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e

Vera Braz, dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.

Vamos votar o requerimento, da IL, solicitando a listagem completa de toda a documentação classificada enviada à CPI.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora votar o requerimento da Iniciativa Liberal, solicitando cópia de toda a troca de *e-mails* envolvendo Frederico Pinheiro, Cátia Rosas e outros durante o processo de preparação da resposta ao requerimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, antes de votarmos este requerimento, gostaria que ficasse explicitamente referido que houve uma alteração do proponente no sentido de se cortar a expressão «e outros», ficando apenas os nomes expressamente referidos.

O Sr. **Presidente**: — Algum dos Srs. Deputados quer fazer alguma intervenção relativamente a esta matéria considerando o corte da expressão «e outros» referida pela IL?

Pausa.

Como ninguém quer fazer qualquer intervenção, vamos passar à votação, com esta alteração agora referida.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz e votos a favor dos Deputados do PSD João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e do Deputado do PCP Bruno Dias.

Srs. Deputados, terminámos a votação dos requerimentos.

Se me permitem, vou suspender a sessão para ir buscar a Sr.^a Dr.^a Maria Antónia Barbosa de Araújo.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Cumprimento a Sr.^a Dr.^a Maria Antónia Barbosa de Araújo, ex-Chefe de Gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação Pedro Nuno Santos e atual Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas.

A Sr.^a Dr.^a Maria Antónia não tem depoimento prévio, já conhece a grelha de tempos, que é a grelha A, com três rondas de perguntas, que, com certeza, conhece, e vou ler-lhe os seus direitos e deveres, como é habitual fazer a todos os depoentes, para que esteja perfeitamente consciente dos mesmos.

Relativamente aos direitos: o depoente tem direito a não responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando da resposta puder resultar a violação do segredo de justiça, punível criminalmente nos termos do artigo 371.º do Código Penal; ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou

impertinentes ou de qualquer outra natureza que possam prejudicar a espontaneidade e sinceridade das respostas; o depoente tem direito a ser inquirido sobre factos de que possua conhecimento direto, princípio da imediação; o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo.

Relativamente aos deveres: o depoente tem o dever de depor sobre fatos relativos ao objeto de inquérito, mantendo-se à disposição da Comissão até ser por ela desobrigado; a recusa do depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da Lei Processual Penal; o depoente deve cumprir as ordens legítimas da Comissão de Inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado, sob pena de incorrer na prática de crime de desobediência qualificada — o artigo 19.º do Regime Jurídico de Inquéritos Parlamentares; o depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho, artigo 360.º do Código Penal; quando conveniente podem ser mostradas peças do processo e documentos que eles respeitam; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte através da qual tomou conhecimento indireto dos factos; e, por fim, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível, nos seguintes casos, e na estrita medida neles indicados — alínea *a*) quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos, e alínea *b*) quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte.

Assim sendo, Sr.^a Doutora, vamos iniciar a nossa audição com a intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Dr.^a Maria Antónia Araújo, queria fazer-lhe um conjunto de

perguntas sobre como foi a transição de pastas do Ministério das Infraestruturas e da Habitação para o Ministério das Infraestruturas.

Creio que esteve nesse processo. Como é que foi realizado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: (ex-Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação e atual Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas): — Antes de mais, cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado quer saber exatamente o momento em que foi feita, como foi feita, qual é normalmente o procedimento...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu, na verdade, ia desdobrar a pergunta nessas diversas facetas, se quiser ir respondendo, agradeço.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — A transição foi bastante repentina, não é? Porque o momento que mediou entre a demissão do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, e a tomada de posse do Dr. João Galamba foram escassos dias.

De toda a forma, há sempre um momento em que nós preparamos... O gabinete que cessa funções prepara uma pasta de transição, sobretudo com os temas que estão pendentes — eu não queria utilizar anglicismos, mas vou ter que utilizar —, com os temas *ongoing*, e, neste caso concreto, quando o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, tomou posse, nós já tínhamos a informação de que grande parte das equipas, quer do gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, quer também da equipa do Secretário de Estado das Infraestruturas, Dr. Hugo Mendes, iam transitar para os novos gabinetes.

Portanto, ao contrário do que acontece noutro tipo de transições, e eu já estive em várias transições de gabinetes, esta transição materializou-se na

continuidade das equipas. Por isso, não houve propriamente um *briefing*, como costuma haver, entre chefes de gabinete, houve, sim, um *briefing* entre ministros, isso eu recordo-me que houve, entre o Dr. Pedro Nuno Santos e o Dr. João Galamba, sobretudo sobre os temas mais fundamentais, que, no Ministério das Infraestruturas, são praticamente todos, e foi um *briefing* alongado.

Eu não estive presente, mas recordo-me de esse *briefing* ter sido marcado e de ter, inclusivamente, entregado alguns documentos.

Nós temos também uma pasta de transição que, normalmente, está arquivada nos servidores que são de acesso comum, as chamadas pastas de rede, onde estão os assuntos. Eu falei por diversas vezes, já na qualidade de chefe de gabinete do atual Secretário do Estado das Infraestruturas, com colegas do gabinete do ministro João Galamba, e pronto, foi isto, porque, na realidade, a totalidade dos elementos das equipas mantiveram-se.

O gabinete do atual Secretário de Estado das Infraestruturas é na íntegra constituído pelos elementos do gabinete do Dr. Pedro Nuno Santos, que trabalhavam as áreas que estão delegadas no Secretário de Estado das Infraestruturas — a ferrovia e a rodovia —, e, portanto, eu não precisei de fazer transição para essas matérias, porque eram matérias com as quais eu já lidava no anterior gabinete.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sabe se o plano de reestruturação da TAP, os documentos financeiros a ele associados, no fundo, a documentação relativa à TAP, transitou para a nova equipa ministerial?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Em relação ao plano de reestruturação, eu presumo que tenha transitado, mas eu não consigo pronunciar-me sobre a evidência e dar toda a certeza desse facto, porque a partir de 4 de janeiro de 2023, que foi precisamente o dia da tomada

de posse do Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, eu deixei de contactar com matérias relativas ao setor da aviação, e, nesse sentido, eu não operei essa transição e não voltei a ter qualquer tipo de contacto com essas matérias.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Alguns dos documentos relativos à TAP, plano de reestruturação, ou outros documentos conexos, tinham sido classificados durante a sua presença enquanto chefe de gabinete do Ministro Pedro Nuno Santos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não seria essa a prática comum, face à importância dos documentos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, Sr. Deputado.

Os documentos normalmente são classificados quando têm de ser disponibilizados a entidades terceiras, e nós nunca tivemos essa situação, portanto, nós nunca tivemos de disponibilizar o plano de reestruturação a nenhuma entidade terceira. Enviámos, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, alguns elementos relativos ao plano de reestruturação que, na altura, vieram protegidos pelo dever de confidencialidade da TAP — na altura isso até foi bastante falado —, mas nunca houve necessidade de classificar documentos, e, por isso, os documentos não estavam classificados.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas estavam devidamente

arquivados no ministério?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, os documentos estavam devidamente arquivados no ministério.

Eu acho importante, de facto, fazer essa contextualização, porque eu só posso falar, até ao dia 4 de janeiro, e é importante balizar. Eu não fiz depoimento inicial, porque também não vos quero maçar e achei que não era necessário, mas devo contextualizar a minha ação enquanto chefe de gabinete do Dr. Pedro Nuno Santos até ao dia 4 de janeiro.

Eu fui chefe de gabinete do Dr. Pedro Nuno Santos desde 20 de setembro de 2020 até 4 de janeiro de 2023 e durante esse período quaisquer documentos estavam sempre arquivados no ministério com as garantias de proteção de confidencialidade e de acesso.

O plano de reestruturação, e é sobre isso que o Sr. Deputado me está a perguntar, é um documento particularmente sensível, por motivos óbvios, e, como tal, era um documento ao qual só um núcleo muito restrito de pessoas poderia ter acesso.

No Ministério das Infraestruturas quem tinha acesso a esse documento... Aliás, aqui também é importante explicar outra coisa: há o documento, que é o plano de reestruturação, e há a decisão sobre o plano de reestruturação que vem de Bruxelas, portanto, são duas fases diferentes, e é importante também ter isso em conta.

Em relação ao plano de reestruturação, que é sobre isso que o Sr. Deputado me está a inquirir, direi o seguinte: o plano de reestruturação era, de facto, um documento de extrema sensibilidade e, portanto, só era acessível pelos dois membros do Governo e pelo Dr. Frederico Pinheiro, que era o adjunto do nosso gabinete, a quem estava confiada a tarefa de acompanhar de forma muito próxima o *dossier* da aviação, em particular o *dossier* da TAP.

Portanto, não acompanhava tanto as matérias relacionadas com a infraestrutura aeroportuária, porque, em relação a essas havia adjuntos também do gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Dr. Hugo Mendes, que acompanhavam, mas acompanhava, de facto, o *dossier* da TAP.

O Dr. Frederico Pinheiro, inclusivamente, fazia parte de um grupo técnico de trabalho, constituído por elementos da PARPÚBLICA, por elementos do Ministério das Finanças, por elementos do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, e tinha também um representante do escritório de advogados Vieira de Almeida, por causa do tema dos auxílios de Estado.

Esse grupo técnico, naturalmente, tinha acesso ao plano de reestruturação, uma vez que era esse grupo de trabalho que fazia as interações com Bruxelas.

Em relação ao arquivo no Ministério, o plano não podia circular, e essa era, aliás, uma diretriz que eu tinha e que cumpria enquanto chefe de gabinete, porque sempre preservei muito a confidencialidade de determinados os documentos, e, portanto, considerei que o plano só devia estar acessível a estas três pessoas e não devia ir para o arquivo geral do Ministério.

Isso não significa que não estivesse acessível e que não fosse possível recuperá-lo e aceder com as devidas permissões a qualquer altura. Até porque há várias formas de arquivo no ministério: há um arquivo geral, que é um arquivo sobretudo físico, que é replicado numa plataforma de gestão documental, que é o *SmartDocs*; e depois há outras formas de arquivo que garantem segurança e confidencialidade, que são disponibilizadas pelo administrador do sistema, que é o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER).

Portanto, mesmo os documentos que não vão para esse arquivo geral do ministério e que ficam arquivados nas caixas de correio eletrónicas dos

utilizadores da rede, são acessíveis, ou seja, é possível recuperar documentos que estão nas caixas de correio, mesmo que não estejam nesse arquivo geral, uma vez que o administrador das caixas eletrónicas é o administrador do sistema, que é o CEGER.

Existem também outras formas de arquivar documentos, que são as *clouds*. O CEGER fornece-nos o sistema *OneDrive*, que também permite fazer arquivo de determinados documentos nessas *clouds*, o que tem uma vantagem em relação ao sistema de gestão documental do arquivo geral do ministério, que é, por exemplo, a facilidade com que o assessor ou o membro do gabinete pode editar os documentos e pode aceder ao documento em tempo real, porque a plataforma de gestão documental do arquivo do ministério só é acessível através de VPN (*Virtual Private Network*) e isso não acontece com o *OneDrive*, ou seja, se nós tivermos o *OneDrive* em qualquer dispositivo, facilmente podemos aceder ao documento, editá-lo e enviá-lo ao membro do governo, se o membro do governo tiver necessidade de ter o documento nesse momento.

Eu já me alonguei bastante sobre o sistema de arquivo, mas, voltando ao plano de reestruturação, e respondendo à sua pergunta: o plano de reestruturação existia, estava arquivado, estava acessível a estas três pessoas e isto é o que eu posso dizer até dia 4 de janeiro, porque a partir de 4 de janeiro deixei de acompanhar, de facto, as matérias da aviação.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, até dia 4 de janeiro o documento não estava apenas no computador do Dr. Frederico Pinheiro, estava além, putativamente, de no computador dele, estava, putativamente, no computador do Sr. Ministro, no do Sr. Secretário de Estado e também no arquivo do Ministério.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não. Estava

nesses três computadores, mas não estava no arquivo do ministério, por todas as razões que acabei de elencar, porque o documento não podia circular pelo apoio administrativo do ministério, não podia circular por elementos do *staff* administrativo, era um documento demasiado sensível, portanto, quanto menos pessoas tivessem acesso ao documento, mais garantia nós tínhamos que o documento estava protegido.

Mas além destas pessoas que eu acabei de referir, nas Finanças também tinham o documento, agora não me posso pronunciar como é que o arquivavam.

Portanto, os elementos do grupo de trabalho que eu acabei de referir tinham acesso ao documento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (PS): — Isso leva-me a duas perguntas diferentes.

Primeira, disse-me há pouco, que o envio a pessoas externas levaria a que o documento fosse classificado. Esse grupo de pessoas não eram classificadas como pessoas externas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não eram. Não eram porque faziam parte de um grupo de trabalho constituído por elementos do Ministério das Finanças, que estavam em permanente interação com a DGComp (*Directorate General for Competition*) e, portanto, não eram entidades externas para efeitos de classificação do documento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, quando refere que havia várias versões do documento, que estariam nos três computadores — nos dos dois titulares membros do Governo e no de Frederico Pinheiro — não seria possível, em qualquer um destes, no físico, imagino que seria até mais simples, mas mesmo no espaço de CEGER ter uma pasta própria para este

documento, até para o salvar?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, era possível isso acontecer, mas eu não consigo dar a certeza ao Sr. Deputado de que forma é que... De facto, não sei se o Dr. Frederico Pinheiro recorreu a essa pasta, se o Secretário de Estado também recorreu...

Atenção que em relação ao Ministro Pedro Nuno Santos, eu também não posso aqui asseverar que ele tinha o documento no computador. Agora, ele tinha acesso ao documento sempre que entendesse, porque era uma dessas três pessoas privilegiadas que podia ter acesso ao documento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, permita-me a pergunta de outra forma: se eles não tivessem o documento no computador deles, como é que eles acederiam ao documento? A quem é que eles pediriam para aceder ao documento? Onde é que ele estaria para depois poderem aceder?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Se não tivessem o documento no computador deles, poderiam aceder pedindo, por exemplo, ao Ministério das Finanças com quem tinham uma ligação muito próxima.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas a responsabilidade principal sobre o plano de reestruturação não era do Ministério das Infraestruturas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Era do Ministério das Finanças?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Era, conjunta. O trabalho sempre foi conjunto.

Até porque, Sr. Deputado, se calhar, até me permite esclarecer: a interação com Bruxelas era feita exclusivamente pelo Secretário de Estado do Tesouro — ele era o interlocutor com a DGComp.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E o interlocutor com a TAP seria o Ministério das Infraestruturas através do Sr. Secretário de Estado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, exatamente.

Mas vamos lá ver: nessa altura da elaboração do plano de reestruturação, a TAP nem sequer estava representada no grupo de trabalho.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, confirma esta ideia de que no dia 4 de janeiro não havia no arquivo do ministério o documento, ou seja, havia em computadores, putativamente, do ministério, mas não havia no arquivo do ministério?

Pergunto-lhe: era normal o Dr. Frederico Pinheiro ou outros membros do gabinete levarem o computador portátil para casa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, era.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E isso não seria um risco que deveria ser acautelado, tendo ele acesso a esses documentos tão importantes para a TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu repito que os documentos não estavam classificados e qualquer adjunto ou qualquer técnico especialista que seja nomeado por um Membro do Governo tem, em primeira linha, um dever ao qual está vinculado, nos termos da lei, e que, aliás, está previsto, salvo erro, no artigo 9.º do decreto de lei que rege os

deveres e os direitos dos membros dos gabinetes, que é o dever de sigilo.

E, portanto, não haveria... Obviamente que acidentes acontecem, mas mesmo que acontecesse um acidente com o Dr. Frederico Pinheiro, que nunca aconteceu, havia outras pessoas, entre as quais o Secretário do Estado, que também tinham acesso ao documento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foi alguma vez contactada para envio de documentação à Comissão Parlamentar de Inquérito?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, nunca fui.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Vou colocar um outro conjunto de perguntas relativas à sua presença como chefe de gabinete e à sua relação com o Sistema de Informações da República Portuguesa.

Alguma vez foi informada de um protocolo de comunicação com o SIRP ou com o SIS?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, fui informada. Não consigo precisar exatamente quando, porque eu já sou chefe de gabinete há seis anos e fui chefe de gabinete de vários Membros do Governo, já tive várias transições e já fui várias vezes destinatária de muitos *briefings* da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (PCM).

Portanto, quem faz normalmente esses *briefings* é a Secretaria-Geral da PCM, coadjuvada pelo CEGER. Eu penso que presentemente o CEGER, organicamente já nem está na dependência da Secretaria-Geral da PCM, estará na dependência do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa, creio eu, mas, sim, esses *briefings* existem e são, normalmente, feitos de cada vez que iniciamos funções.

O último que eu tive há de ter sido, provavelmente, quando iniciei funções no XXIII Governo, portanto, a 30 de março de 2022.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E nesses *briefings* está previsto como lidar com o extravio de informação relevante?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, nesses *briefings* temos informação relativa à cibersegurança, quais as necessidades de classificar determinados documentos, os vários níveis de classificação de documentos secretos. Os chefes de gabinete de ministros, em particular, na área das infraestruturas, recebem muita — não quero dizer muita, mas variada — comunicação do SIRP e do SIS, com relatórios relativos a potenciais ameaças à segurança nacional, portanto, estamos particularmente sensibilizados para isso, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, no caso de extravio de informação, a comunicação ao SIRP ou ao SIS é automática e está prevista?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não consigo afirmar com toda a certeza que é automática, porque pode ter de haver uma intermediação através da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Ou seja, não é automático, porque, perante uma situação em que há um documento que esteja classificado — ou mesmo, não estando classificado, que tenha especiais características de confidencialidade —, o contacto com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros pode ser suficiente para depois desencadear o contacto com o SIRP ou com o SIS. Não é necessário que haja uma ligação direta ao SIS e ao SIRP.

Pelo menos, dos *briefings* que fui tendo, foi sempre essa a informação que me foi passada.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A ideia que está a transmitir, para percebermos melhor, é a de uma informação em cascata?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Frederico Pinheiro trabalhou consigo no Ministério das Infraestruturas durante o tempo todo em que lá esteve, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Afirmativo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Qual é a opinião que tem dele, enquanto assessor ministerial?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu trabalhei com o Dr. Frederico Pinheiro, portanto, também para ficar bem definido, desde setembro de 2020 até 4 de janeiro de 2023, de forma direta, e sempre tive uma opinião muito positiva do trabalho dele enquanto assessor.

Sempre foi um assessor muito eficiente, nunca se negou a fazer qualquer tarefa. Muitas vezes tinha tarefas, além de densas e complicadas, por causa dos temas com que trabalhava, em prazos muito curtos, e sempre foi muito tempestivo a entregar as coisas que lhe eram pedidas.

Portanto, não tenho uma opinião nada negativa do Dr. Frederico Pinheiro enquanto assessor. Respondia muito rapidamente de cada vez que o Sr. Ministro precisava de uma informação, e, mesmo quando eu também

precisava de uma informação, era muito rápido a responder, pelo que sempre tive uma boa relação de trabalho com o Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, eu ia fazer-lhe a pergunta de outra forma, mas faço-a muito mais direta: ele era uma pessoa conflituosa no Ministério?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Que seja do meu conhecimento direto, ou que algum dos colegas...

Pronto, no fundo, trabalhei com duas equipas diferentes no Ministério das Infraestruturas, porque, com a tomada de posse do XXIII Governo, tivemos de alargar a equipa, perdemos um Secretário de Estado, passámos de 9 adjuntos para 14 adjuntos e, portanto, entraram pessoas novas para o gabinete.

O Dr. Frederico Pinheiro vinha numa equipa que já vinha acompanhando o Dr. Pedro Nuno Santos desde o tempo em que ele era Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, e nunca tive nenhum conhecimento direto de um conflito entre colegas.

Essas coisas normalmente eu saberia, até pela minha forma de estar e de gerir a equipa. Se houvesse algum conflito, normalmente era-me reportado, e nunca tive nenhum reporte a esse nível em relação ao Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Era normal ele tirar notas das reuniões? E, além de normal, isso fazia parte das obrigações dele?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não era uma obrigação, não era uma obrigação, pelo menos enquanto fui chefe de gabinete dele, mas o Dr. Frederico Pinheiro tinha essa iniciativa.

Normalmente, ele tirava sempre notas das reuniões e, muitas vezes, até sem eu pedir, acabava depois por receber *e-mails* dele dizendo: «Olha, estão aqui as notas destas reuniões a que fui na semana passada.»

Pronto, era, de facto, um hábito que ele tinha, o de estar permanentemente a tirar notas das reuniões. Às vezes, até incomodava um bocadinho, porque estava sempre a teclar, mas, sim, era um hábito presente. Portanto, tenho isso presente. Não participava em muitas reuniões com ele, porque muitas vezes as reuniões não careciam da minha presença, mas, sim, ele tinha esse hábito.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Alguma vez lhe pediu alguma informação, fossem notas de reuniões ou outra informação qualquer, que ele lhe negasse ou protelasse, de forma que lhe parecesse ou provocatória ou, pelo menos, intencional?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, nunca aconteceu.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Queria agora fazer-lhe um conjunto de perguntas sobre o prémio da ex-administradora Alexandra Reis e o processo que levou à sua atribuição.

Primeira pergunta: era claro, no gabinete, que as funções da administração da TAP, quer as da Dr.^a Alexandra Reis, quer as de outros administradores, se desempenhavam debaixo da legislação que prevê o Estatuto do Gestor Público?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não era um assunto sobre o qual falássemos...

O Ministério das Infraestruturas tinha cerca de 20 entidades tuteladas, por essa altura — portanto, estamos a falar do XXII Governo —, todas elas com estruturas jurídicas diferentes, e havia três secretarias de Estado.

A TAP era, de facto, um assunto importante, até pela situação que a empresa atravessava, agora, não se falava, em concreto, se os administradores da TAP estavam ao abrigo do Estatuto do Gestor Público. Não era um tema que fosse conversado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, na altura, houve, creio eu, um despacho ministerial que isentava os gestores da TAP de terem a limitação salarial mensal que o Estatuto do Gestor Público implica.

Isso foi durante a sua vigência enquanto chefe de gabinete ou não participou nisso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, foi, mas foi uma iniciativa da área governativa das Finanças, portanto, o proponente dessa iniciativa foi a área governativa das Finanças.

Não me consigo é recordar do momento em que isso aconteceu. Recordo-me que aconteceu, mas não consigo precisar no tempo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não ia fazer esta pergunta aqui, mas, já que respondeu nesses termos, pergunto já: a relação com as Finanças era próxima na gestão do *dossier* TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, muito próxima, quer entre o gabinete do Ministro das Finanças e o gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação — e posso falar da minha relação com o meu homólogo, com o chefe de gabinete —, quer também, muito mais próxima, precisamente por causa do plano de reestruturação e do que referi

há pouco, entre o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Dr. Hugo Mendes, e o Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Permita-me que lhe peça para especificar o que é que é «próximo». Significa que, normalmente, qualquer decisão era tomada em conjunto, ou com reflexão conjunta, entre as duas equipas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não era qualquer decisão, era qualquer decisão que implicasse, de facto, que houvesse uma partilha de entendimento.

Quando eu digo que a relação era próxima — e refiro-me, em concreto, em particular, à gestão da TAP —, era precisamente em virtude da situação relacionada com o plano de reestruturação. Portanto, havia reuniões, com bastante frequência, entre os dois Secretários de Estado para tratar de temas relacionados com o plano de reestruturação.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sendo a questão da administração da TAP matéria que afetaria as Finanças, até pelo que reconheceu há pouco, lembra-se de conversas entre o Ministério das Infraestruturas e da Habitação e o Ministério das Finanças sobre a saída de Alexandra Reis?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não houve essas conversas entre o Ministério das Infraestruturas e da Habitação e o Ministério das Finanças — pelo menos, em que eu tenha participado não houve.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O ex-Ministro Pedro Nuno Santos, na altura, indicou que a informação sobre a saída e o montante do

prémio de Alexandra Reis estava presente num grupo que a Sr.^a Doutora, o ex-Secretário de Estado e o Ministro Pedro Nuno Santos tinham.

Confirma essa informação?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Peço desculpa, dispersei-me e não ouvi a pergunta do início.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Posso repetir, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Paramos o tempo, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Ministro Pedro Nuno Santos indicou publicamente que, num grupo do *WhatsApp*, conseguiu depois, ao reconstituir a fita do tempo, e creio que foi esta a frase que ele usou, a validação de um *okay* dele perante uma mensagem — não consegui perceber, e é uma pergunta que lhe vou fazer a seguir, se era sua, se era do Sr. Secretário de Estado — sobre a proposta da CEO da TAP para o prémio de Alexandra Reis.

Pergunto-lhe se consegue reconstituir essa realidade.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, consigo, e confirmo que a mensagem foi minha.

Não confirmo que foi num grupo do *WhatsApp* porque não foi num grupo do *WhatsApp*, foi através da plataforma *iMessage*. Pronto, é um pormenor, mas, para sermos rigorosos, também tenho de o esclarecer.

E, à semelhança daquilo que o Dr. Pedro Nuno Santos teve a oportunidade de esclarecer em janeiro deste ano, era uma mensagem da qual nenhum de nós se recordava.

Pronto, portanto, confirmo que sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, depois de rever a mensagem, recordou-se do contexto dela? Como é que chegou a esse momento?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, depois de rever a mensagem, recordei-me.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Pode explicar-nos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Como é que chegamos ao momento...?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sim.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, posso esclarecer, então, que tive conhecimento de que estava em marcha uma negociação, da iniciativa da CEO da TAP, para fazer cessar as funções da Eng.^a Alexandra Reis no dia 1 de fevereiro.

No dia 1 de fevereiro, o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Dr. Hugo Mendes — estamos numa altura prévia à tomada de posse do XXIII Governo, portanto, ainda era Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações —, informou-me de que tinha recebido um contacto da CEO da TAP e pediu-me para, nesse dia, ao final da tarde, participar numa reunião, com ele e com a CEO da TAP, por *Teams*, uma vez que a reunião se destinava a discutir os valores que estariam em causa.

Essa reunião realizou-se efetivamente por *Teams*. Foi uma reunião, que está, aliás, descrita no relatório da Inspeção-Geral de Finanças, em que estava presente também o advogado contratado pela TAP para a representar nas negociações com os advogados contratados pela Eng.^a Alexandra Reis.

Foi uma reunião muitíssimo rápida, em que apenas se discutiu quais eram os montantes que estavam a ser negociados, e eu apercebi-me de que a negociação já se tinha iniciado há alguns dias e não naquele dia.

É importante esclarecer também que o *e-mail* em que eu apareço como destinatária, no dia seguinte, é consequência desta reunião. Portanto, até ao dia 1 de fevereiro, eu não tinha tido qualquer contacto com esta realidade negocial. No dia 1 de fevereiro, o Secretário de Estado pede-me para estar nessa reunião e, no dia 2 de fevereiro, a Eng.^a Christine envia o *e-mail* que consta do anexo 11 do relatório da Inspeção-Geral de Finanças, onde faz, então, uma recomendação de um determinado valor para fechar o acordo com a Eng.^a Alexandra Reis.

O Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação tinha estado ausente nas duas semanas anteriores a este momento por motivos de compromissos eleitorais. Ele era cabeça de lista pelo distrito de Aveiro e, desde o dia 17 de janeiro até ao dia das eleições, que foi 30 de janeiro, nunca esteve no Ministério, portanto, eu não conseguia contactá-lo por outra via que não fosse por telefone.

Nos dias seguintes ao ato eleitoral, ele também teve uma série de compromissos pessoais — e teve alguns impedimentos de saúde, até teve de fazer um teste covid, porque havia uma suspeita, inclusivamente, de ter tido um contacto —, portanto, não foi ao Ministério nesses dias.

Foi por esse motivo que a forma que encontramos de o contactar foi através dessa plataforma, e mandámos, então, a mensagem... Aliás, fui eu que a mandei, uma vez que o Secretário de Estado já tinha tentado contactá-lo e não estava a conseguir, e, tínhamos por hábito, se o Dr. Hugo Mendes não conseguia, eu insistia, e pronto.

Foi assim que aconteceu: enviei a mensagem, fiz um *printscreen* do acordo, aliás, do *e-mail*, a que os Srs. Deputados têm acesso, e a que eu tive acesso, e que está disponível no relatório da Inspeção-Geral de Finanças

(IGF), com os itens que consubstanciavam aquele montante, explicando, designadamente, que nos tinha sido transmitido que muito dificilmente, para não dizer que era impossível, baixaria daquele valor, porque o valor de partida tinha sido três vezes superior, e, portanto, o valor final seria aquele.

No fundo, a Eng.^a Christine recomendava esse valor — aliás, lê-se no *e-mail* que é a proposta que ela recomenda — e estava, no fundo, a pedir a validação política do Secretário de Estado. O Secretário de Estado há de ter considerado que era importante levar este assunto ao Ministro e pediu o meu apoio nesse sentido. Foi isto que aconteceu.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Usou um argumento dizendo que, provavelmente, esse seria o melhor acordo, porque o que tinha sido pedido era três vezes superior àquilo que estava em cima da mesa.

Essa é a conclusão jurídica que vos foi apresentada pela CEO da TAP?

A Sr.^a Dr.^a Maria Antónia Barbosa de Araújo: — Nós não recebemos qualquer conclusão jurídica. Aliás, nunca recebemos nenhum enquadramento jurídico, e isso também é um esclarecimento que eu acho que é importante e que tem gerado aqui alguma confusão, pelo menos do que eu tenho assistido que se tem passado nesta CPI.

E aqui permitam-me, Srs. Deputados, pedir que revejam esse *e-mail* que consta do relatório da IGF. E há um *e-mail* nesse anexo 11 ao relatório em que o advogado, o Dr. César Sá Esteves, que era quem assessorava a TAP, diz especificamente, no dia 2 de fevereiro — cerca de 20 minutos antes de a Eng.^a Christine nos enviar o pedido de conforto político e a recomendação àquele valor —, que precisa de começar a redigir o clausulado do acordo.

Portanto, nós nunca tivemos acesso ao clausulado do acordo. Aliás, a primeira vez que vi o clausulado do acordo de cessação de funções da Eng.^a

Alexandra Reis foi quando ele foi disponibilizado no relatório da Inspeção-Geral de Finanças.

Por isso, não havia uma conclusão jurídica. Nós não tínhamos informação sobre o respaldo jurídico daquele valor.

A informação que tínhamos era que a Eng.^a Christine tinha pedido autorização numa reunião que tinha tido, no início de janeiro, com o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação. Aí, tinha explicado um conjunto de circunstâncias — eu não estive presente nessa reunião — que, na ótica dela, inviabilizavam a permanência da Eng.^a Alexandra Reis na Comissão Executiva. Nesse seguimento, o processo avançou, mas foi exclusivamente conduzido pela Eng.^a Christine.

Isso, aliás, resulta das conclusões a que chegou o relatório da IGF, mas resulta também da minha percepção, e é essa percepção que eu também gostava de transmitir aqui, porque, de facto, há vários níveis de acompanhamento deste processo negocial.

A iniciativa é da própria Eng.^a Christine, o acompanhamento próximo da negociação é dos advogados que representavam as duas partes, portanto a TAP e a Eng.^a Alexandra Reis, e a tutela teve um acompanhamento completamente acessório e à distância.

Foi no momento final que a Eng.^a Christine resolve pôr o Secretário de Estado a par do fim das negociações. Aliás ela própria, num documento que está disponível no relatório da IGF, faz referência ao facto de o valor final ter sido indicado pela Eng.^a Alexandra Reis no dia 2 de fevereiro.

Portanto, o valor final nunca foi decidido pela tutela, nem foi decisão da tutela consolidar aquele valor final. O que foi dado à tutela foi uma recomendação e um pedido de conforto político adjacente, tendo em conta o facto de ser um valor muitíssimo expressivo e para o qual a TAP sentiu que havia necessidade de ter esse conforto por parte do Secretário de Estado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Entre essa reunião do Sr. Ministro com a Sr.^a CEO da TAP, em que ela expôs a necessidade de alterar a administração, e esse momento em que há o pedido para fechar o acordo, tem conhecimento de alguma informação às Finanças de todo esse processo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não tenho conhecimento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Disse que não havia nenhuma validação jurídica, mas esse valor não levou a que as campanhas internas do Ministério soassem para, pelo menos, o questionar face ao Estatuto do Gestor Público, ou, apenas, ao enorme valor?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, Sr. Deputado.

Com toda a franqueza, não houve essa necessidade, uma vez que a TAP estava muitíssimo bem assessorada por uma sociedade que já a vinha acompanhando há bastante tempo em vários outros processos e que nos merecia confiança.

Tínhamos também a presunção, que agora sabemos que é errada, no momento da demissão do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que o próprio departamento jurídico da TAP poderia estar a acompanhar esta situação. Só vemos mais tarde que não, que só acompanhou *a posteriori*. Do lado da Eng.^a Alexandra Reis, também havia uma representação de uma sociedade de advogados que também não nos merecia qualquer reparo.

Portanto, era a nossa convicção e confiámos que as partes estavam bem representadas.

E havia outro elemento importante: este acordo, que estava a ser gizado entre os representantes jurídicos das partes, não implicava a

assinatura de nenhum dos Membros do Governo e, nessa medida, não havia necessidade de fazer um controlo adicional por parte de membros dos gabinetes, dos juristas dos gabinetes, porque nenhum daqueles dois Membros do Governo se ia vincular de forma...

Não era como se fosse um despacho, um despacho conjunto ou uma portaria pois, nesses casos, obviamente, além das informações que nos chegam dos serviços, há sempre também o controlo adicional, um parecer de um técnico especialista ou de um jurista do gabinete. Mas essa não era, de facto, a situação.

Portanto, havia um princípio de confiança que estava instalado de forma muito firme e, nesse sentido, não soaram essas campainhas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas esse conforto de que falou da CEO da TAP na tal decisão, aparenta que ela própria exigia do Governo uma pronúncia que o Governo não percebeu que estava a dar.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não consigo, agora, colocar-me na posição da CEO (*Chief Executive Officer*) da TAP, portanto não consigo corroborar a 100 % a afirmação do Sr. Deputado, mas a CEO da TAP, tendencialmente, pedia muito conforto político e muita validação à tutela que outras tuteladas não pedem e que, de facto, poderia não ter necessidade de pedir, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Poderá ter havido abuso de confiança da CEO da TAP nessa vertente? Quer por não ter seguido os procedimentos internos normais da TAP, de ligar ou de cumprir com a assessoria jurídica da empresa internamente, quer até no próprio relacionamento com o Ministério das Infraestruturas nesse contexto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não consigo fazer essa avaliação. Não tenho dados que me permitam chegar a uma conclusão nesse sentido, Sr. Deputado.

Em relação à necessidade de recorrer a consultoria externa, a TAP alegava muitas vezes, e isso aconteceu noutros processos, que os recursos humanos de que dispunham no departamento jurídico, e atendendo à complexidade das matérias, não eram bastantes nem suficientes para responder às necessidades e, neste caso, pode ter sido o que aconteceu.

Não sei se foi ou não, mas, como também acabei de transmitir, nós partimos do princípio — e isso é público no comunicado da demissão do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação — de que o departamento jurídico, de alguma forma, estaria a acompanhar esta situação.

Isto apesar de — e não quero também incorrer em ambiguidades —, na tal reunião do dia 1 de fevereiro, apenas ter estado o consultor externo. Portanto, não esteve ninguém do departamento jurídico da TAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E isso não levantou lebre nenhuma do vosso lado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não. Foi uma reunião... Pronto, nós percebemos automaticamente... Aliás, o Dr. César Sá Esteves explicou que estava a representar a TAP naquela negociação que já tinha iniciado, pelo que percebi, no dia 25 de janeiro e, pronto, nem sequer perguntámos porque é que não estaria alguém do departamento jurídico.

Aliás, na altura a diretora jurídica estava de licença de maternidade. Eu também tive poucos contactos com a pessoa que a substituiu, portanto nem sequer tive essa proximidade para perguntar porque é que não estava.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Uma última pergunta sobre um outro momento: a noite do dia 26 de abril.

Do meu conhecimento, a Secretaria de Estado, que está no mesmo edifício que o restante Ministério, pergunto-lhe se se apercebeu do que tinha acontecido no Ministério. Tem conhecimento, participou naqueles acontecimentos da noite do dia 26, ou nem sequer estava lá?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, Sr. Deputado, eu não estava no Ministério nessa noite. Já tinha saído, portanto não participei e não tenho conhecimento direto sobre os factos.

Aliás, nos dias seguintes também estive muito ausente, porque fui de férias para o estrangeiro, portanto nem sequer acompanhei de forma próxima os dias seguintes. Só soube do que sucedido no dia 27 de abril através de uma Secretária de Estado que me relatou.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carvalho, do PS.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar a Dr.^a Maria Araújo e passaria, de imediato, a um conjunto de questões que serão divididas em blocos específicos de temas.

Foi chefe de gabinete, já o aqui referiu, desde 2017 até à data atual, sendo que, de outubro de 2020 a janeiro de 2023, desempenhou a função de chefe de gabinete no Ministério das Infraestruturas e da Habitação.

Foi apenas neste momento, ou, essencialmente, neste momento, que teve contacto com *dossiers* ligados à TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim. Quero só corrigir que não foi desde outubro, foi desde setembro de 2020.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Posso, então, subentender que, desde a data de janeiro de 2023, em que desempenha funções como chefe de gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, não há matérias delegadas na área da TAP e como tal não tem contributos a acrescentar nesse período?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, exatamente, o Sr. Ministro não tem a competência da aviação delegada no Sr. Secretário de Estado.

Eu estava só aqui à procura do despacho de delegação de competências para identificar, mas ele está publicado no *Diário da República* e, de facto, o Secretário de Estado das Infraestruturas não tem competências delegadas no setor da aviação, nem no dos transportes aéreos.

O Sr. **Hugo Carvalho**: — Muito bem, ficamos, então, restringidos ao período de setembro de 2020 a janeiro de 2023.

Gostaria de começar por um lote de questões relativamente ao funcionamento orgânico da informação no gabinete, nesse período de 2020 a 2023, nomeadamente quanto à forma como os documentos, que dão entrada no Ministério — e presumo que sejam muitos diariamente, dadas as interações dos temas que versam a atuação do Ministério —, são tratados, ou seja, gostaria de questioná-la sobre qual é procedimento de registo pelo qual passam todos os documentos que dão entrada no Ministério.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Os documentos que dão entrada... Presumo que o Sr. Deputado se refere a documentos que venham de entidades externas.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Exatamente.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Os documentos dão entrada através do Serviço de Apoio Administrativo, que coloca um carimbo de entrada. A porta principal de entrada, em regra, é o gabinete do Ministro, que depois faz a distribuição pelas respetivas Secretarias de Estado, mas isto também depende de tutelada para tutelada, pois há empresas tuteladas que, já tendo conhecimento da delegação de competências, fazem o encaminhamento direto à Secretaria de Estado.

Por exemplo, eu neste momento já recebo diretamente as comunicações que chegam da CP (Comboios de Portugal), da IP (Infraestruturas de Portugal), do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) e do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), e elas não entram pelo gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas.

Mas o procedimento é: entra e o apoio administrativo recebe essa documentação. Se entrarem por via dos secretariados, porque também há essa possibilidade, podem entrar para o *e-mail* dos secretariados dos gabinetes e, nesse caso, o secretariado tem indicações para dar um registo de entrada ao apoio administrativo. Depois, o documento é tratado pelo respetivo chefe de gabinete.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Portanto, que fique registado que a informação que chega ao Ministério é devidamente datada, catalogada e, obviamente, guardada em servidor.

Pode haver um conjunto de informação mais reservada que é enviada diretamente a membros do Governo, que não é acessível por essa via?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, certamente.

E eu, em todos os gabinetes em que exerci funções de chefe de gabinete, tenho sempre esse cuidado, de proteger as comunicações em que estão incluídos membros do Governo.

Isso não torna a informação inacessível, porque ela fica alojada no servidor, que é gerido pelo administrador do sistema. Simplesmente, quando não há necessidade, não a vou registar no arquivo geral do Ministério.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Muito obrigado, sinto-me esclarecido relativamente à questão do arquivo dos documentos, juntando a informação adicional que deu há pouco na intervenção do Bloco de Esquerda.

Passaria para um bloco bastante mais interessante para o nosso trabalho nesta Comissão de Inquérito, que se prende precisamente com a saída de Alexandra Reis da TAP.

Primeira questão: teve ou quando é que teve conhecimento da intenção da ex-CEO da TAP de fazer uma reestruturação no Conselho de Administração da TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu tive conhecimento dessa intenção. Não tive conhecimento específico da intenção de fazer cessar as funções da Eng.^a Alexandra Reis, mas tive conhecimento da intenção de uma reestruturação na Comissão Executiva, porque a CEO da TAP convocou uma reunião para o dia 24 de janeiro, na qual eu estive presente.

Foi nessa reunião de 24 de janeiro de 2022 que ela convocou o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações e o Secretário de Estado

Adjunto e das Comunicações, na altura, encaminhou-me esse pedido e eu participei nessa reunião. Foi uma reunião por *Teams*, em que ela apresentou um *PowerPoint*, eu não faço ideia se os Srs. Deputados têm esse *PowerPoint*...

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Pode, por favor, confirmar se a data é 24 ou 4 de janeiro?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — 24 de janeiro.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Quero fazer uma segunda questão.

Já há pouco referiu que a sua participação no processo de negociação, entre aspas, da saída de Alexandra Reis começou no dia 1 de fevereiro.

Gostaria de lhe perguntar, no sentido mais amplo, qual foi a sua participação em todo este processo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Num sentido muito amplo, a minha participação foi absolutamente superficial, porque, de facto, foi solicitada a minha presença nessa reunião pelo Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, e eu acedi, naturalmente, porque tinha consideração pelo Secretário de Estado e se ele me estava a fazer esse pedido achei que devia aceder.

Portanto, nessa reunião, como eu já disse ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, tive oportunidade de perceber que já estava uma negociação em curso, já estavam a ser discutidos valores indemnizatórios e o Secretário de Estado teve também oportunidade de transmitir que esse valor tinha de ser muito inferior àquele que inicialmente tinha sido pedido pela Eng.^a Alexandra Reis.

Depois dessa reunião recebi o *e-mail* do dia 2 de fevereiro, às 17 horas e 50 minutos, que consta do anexo 11 do relatório da IGF, em que a Eng.^a Christine recomenda um determinado acordo para a cessação de funções da Eng.^a Alexandra Reis.

Adicionalmente tive outra participação, que já referi, que foi mandar a mensagem ao meu ministro, uma vez que ele estava fora e eu achei que tinha de o informar. O Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações estava a ser instado pela Eng.^a Christine para ter um conforto político àquele valor, e eu, obviamente, informei o meu Ministro — aliás, informá-lo-ia sempre, mas, naquele caso concreto, informei com um pedido de anuência.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Eu iria precisamente pegar no *e-mail* que referiu, que é o *e-mail* que tenho aqui presente, para fazer apenas uma precisão: o *e-mail* não foi às 17 horas e 50 minutos, mas, sim, às 17 horas e 5 minutos, apenas um lapso do algarismo zero.

Mas o fundamental desse *e-mail* — e que eu não deixaria de destacar — é que este *e-mail* traz no seu corpo a informação da CEO da TAP a recomendar este acordo, referindo-se que a negociação começa num valor de 1,281 mil euros e termina, por assim dizer, no valor de 500 000 euros — esse é o facto relevante desse *e-mail*.

Eu reparei que neste *e-mail* apenas está como destinatário o ex-Secretário de Estado, Hugo Mendes, e a Sr.^a Chefe de Gabinete, Maria Araújo. Há alguma razão para este *e-mail* não estar reencaminhado para a tutela setorial das Finanças?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu não consigo responder pela TAP, Sr. Deputado. Não sei porque é que a TAP não incluiu a tutela financeira e apenas o dirigiu à tutela setorial.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — De facto, também tinha alguma curiosidade, porque este *e-mail* também não é enviado para o Presidente do Conselho de Administração (PCA), que tinha a função de fazer a ligação com o acionista.

Também não consegue dar-nos uma razão lógica para que o PCA não tenha sido colocado neste *e-mail*?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, não consigo. Só consigo por um exercício de comparação, que vale o que vale, com outras entidades tuteladas pelo ministério, que, em regra, mandam em simultâneo os pedidos de validação, quer para a tutela setorial, quer para a tutela financeira.

Neste caso concreto isso não aconteceu, mas não consigo justificar por que motivo não aconteceu.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Peço desculpa por voltar a insistir, mas nós sabemos que existiu muita celeridade, por parte da ex-CEO, em concluir este *dossier* e que a tutela financeira não foi informada.

Era prática da TAP não distinguir os temas em função da tutela setorial ou da tutela política?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, não era prática da TAP. A TAP, quando tinha necessidade de falar com a tutela financeira, falava com a tutela financeira; quando tinha necessidade de falar com a tutela setorial, falava com a tutela setorial. Nunca houve qualquer tipo de restrição a que a TAP falasse com a tutela financeira.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — De facto — enfim, esta Comissão de Inquérito vai tendo um lastro —, nas audições anteriores verificámos que

havia, de forma bastante definida, essa mesma tutela, portanto há aqui alguma confusão pelo motivo pelo qual a ex-CEO da TAP não fez esta comunicação.

Mas, já agora, poderia dar algum exemplo de temas que tenham sido tratados com a tutela financeira, nesta clara separação de tutelas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Relativos à TAP: o tema dos contratos de gestão dos administradores, que foi trabalhado com a tutela financeira e com a tutela setorial; o tema do contrato da CEO, que também foi trabalhado em interação, mas aí a iniciativa era mesmo da tutela setorial, não era iniciativa da TAP.

Mas por iniciativa da TAP, os contratos de gestão acho que é um tema paradigmático, que foi tratado entre as duas tutelas e não houve qualquer tipo de restrição por parte da TAP a contactar a tutela financeira.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Nós temos acesso a algumas trocas de comunicações da ex-CEO e, em determinado momento, nestas trocas de comunicações até com o ex-Secretário de Estado, Hugo Mendes, é referido o exemplo da indemnização de Antonoaldo Neves, que foi paga até ao final do último dia.

Pelo que nós percebemos, esse mesmo procedimento para o qual a ex-CEO alertava Hugo Mendes, que foi o que foi usado no passado, conduzia a uma indemnização de 1,281 mil euros. Isto constitui, para si, também um fator tendencioso à tomada de decisão, na relação de confiança que era estabelecida com a TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu não acompanhei esse processo, Sr. Deputado. Esse processo foi anterior ao exercício das

minhas funções de chefe de gabinete do Sr. Ministro, portanto não me posso pronunciar.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Evidentemente. Teremos aqui responsáveis políticos mais acertados para lhes colocarmos essa questão.

Gostaria de visitar a reunião de 1 de janeiro, em que estive presente e a que aqui referiu. De facto, corroborando todos os dados que nós temos presentes para esta audição, eu gostaria só de perguntar de quem é que foi o *link* do convite para essa reunião?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu corrijo, foi a 1 de fevereiro, não foi 1 de janeiro.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — 1 de fevereiro, exactamente.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — O *link* para essa reunião foi-me enviado pela Eng.^a Christine.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Já agora, quem conduziu essa reunião?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — A Eng.^a Christine.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Podemos dizer que ela foi uma parte ativa neste processo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sr. Deputado, eu vou reiterar aqueles quatro patamares de intervenção que referi há pouco.

A iniciativa do processo, foi da Eng.^a Christine, não foi de mais ninguém. A iniciativa do processo foi da Eng.^a Christine. A negociação do

acordo esteve sempre a cargo das sociedades de advogados. E isso está profusamente... Eu não tenho acesso aos documentos que, seguramente, esta Comissão de Inquérito tem, mas, reportando-me àquilo que está nos anexos da IGF e ao meu próprio acervo documental, quem acompanhou de perto toda a negociação, foram, de facto, os advogados da Eng.^a Christine.

A tutela teve aqui um acompanhamento à distância e numa fase já final.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Nessa reunião nunca foi abordado o Estatuto do Gestor Público?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, nessa reunião, repito, não foi abordada qualquer questão jurídica e é muito importante esclarecer isto, porque eu tenho assistido a quase todas as audições e tem havido este lapso.

Eu peço aos Srs. Deputados que olhem para o *e-mail* do Dr. César Sá Esteves, de 2 de fevereiro, às 16 horas e 50 minutos — consta do anexo 11 do relatório da IGF — e, na parte final, ele diz, especificamente, que vai começar a escrever o acordo de cessação de funções. Isto está escrito no *e-mail*. Portanto, nós não só tivemos acesso a qualquer clausulado jurídico como não houve nenhum tema jurídico que fosse tratado nessa reunião.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Sr.^a Doutora, posso pressupor da sua intervenção — nós, pelo *e-mail*, sabíamos — que este acordo de cessação das relações contratuais nunca foi recebido por si?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Confirmo que nunca foi recebido por mim.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Portanto, essa parte fica devidamente esclarecida nesta audição.

Uma outra pergunta, ainda sobre este tema. A informação que partilhou com o Sr. Ministro das Infraestruturas — à data — sobre este tema foi, precisamente, nos termos em que respondeu ao Bloco de Esquerda e, portanto, é essa a única comunicação existente.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sobre o tema do acordo, sim.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Passarei agora para um novo tema, que tem a ver com a entrada de Alexandra Reis na NAV (Navegação Aérea de Portugal), tema que também foi, em alguns momentos, aqui abordado, nesta Comissão de Inquérito e sobre o qual, eventualmente, pode ter alguma informação a dar a esta Comissão.

Tem conhecimento do processo da entrada de Alexandra Reis na NAV?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sim, eu acompanhei a fase final do processo, em articulação com o meu colega chefe de gabinete do Sr. Ministro das Finanças, porque fomos nós que preparámos o despacho conjunto dos dois ministros.

Quem instruiu o processo junto da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) foi o gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, porque, na altura, já tinha tomado posse o XXIII Governo.

Portanto, eu acompanhei a fase final, já com os elementos, com o relatório da CReSAP enviado para o gabinete do Ministro e, em articulação com o gabinete do Sr. Ministro das Finanças preparámos o despacho. Até

porque nesse despacho foi também nomeado o vogal financeiro, que é da iniciativa do Ministério das Finanças indicar. Portanto, foi um processo que foi trabalhado entre as duas tutelas.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Conhece o parecer da CReSAP sobre Alexandra Reis?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Conheço, mas não o tenho aqui.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Foi, em algum momento, nesse parecer, colocada em causa a capacidade técnica para a função? Tem presente isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, de todo. O parecer foi favorável e bastante positivo, segundo me recordo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Portanto, está salvaguardada a questão da competência.

Durante algumas audições foi criada aqui uma certa «turbulência», usando este termo, relativamente ao motivo pelo qual o lugar na NAV estava disponível.

Confirma que a NAV estava sem esse órgão máximo, sem presidente, desde 31 de agosto de 2021?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Confirmo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Podemos inferir, do seu conhecimento neste *dossier*, que não houve nenhuma relação de causalidade entre o lugar

livre na NAV e a nomeação de Alexandra Reis? É que há uma precedência deste lugar livre à saída de Alexandra Reis da TAP.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, não há nenhuma relação de causalidade.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Faria um último leque de perguntas, já tenho pouquíssimo tempo.

Sobre o plano de reestruturação, teve alguma participação em reuniões?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, não tive. Eu não estava no grupo de trabalho técnico e não tive qualquer participação.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Assim sendo, Sr. Presidente, não tenho mais nenhuma questão e também não tenho mais tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem até 9 minutos, Sr. Deputado...

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Então, prefiro guardar o tempo que sobra para uma outra ronda.

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, passo a palavra ao Sr. Deputado do Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, antes de entrar na inquirição, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Desde a intervenção inicial da Dr.^a Maria Araújo, nós ficámos a saber algo muito importante, que tem sido recorrentemente debatido quer em reunião de Mesa e Coordenadores, quer aqui em reuniões normais alargadas, e que o PSD tem aqui sinalizado por escrito e que tem a ver com o não envio de vários *e-mails* do ministério a esta Comissão, e que nós identificámos porque estão, por exemplo, na correspondência de *e-mail* que a Sr.^a Eng.^a Christine enviou à Comissão, ou seja, nós temos estes *e-mails* que a Sr.^a Eng.^a Christine enviou ao Ministério, mas o Ministério não nos enviou essa informação.

O Sr. Presidente, provavelmente, recordar-se-á das declarações do Sr. Ministro João Galamba, que justificou que o não envio destes *e-mails* prendia-se, aparentemente, do que percebemos, com a dificuldade informática, digamos, de os recuperar, de eles não existirem.

É bom que se registe, que a Comissão registe, reveja e revise, o facto de a Sr.^a Dr.^a Maria Araújo ter dito que até os serviços informáticos poderiam ir às caixas de correio individuais, e àquelas que estão arquivadas, e recuperar informação antiga dessa data. Por conseguinte, a explicação que o Sr. Ministro João Galamba deu para não enviar essa informação à Comissão não colhe, e não colhe com esta objetividade que ouvimos aqui. E isto é grave!

Outro aspeto que está ligado a este e para o qual peço a atenção do Sr. Presidente tem a ver com o facto, que muito nos espanta, é altamente estupefacto, que haja esta leviandade do Ministério na recolha desta informação destes *e-mails*, que podem vir a ser peça essencial no processo de defesa do Estado contra eventuais ações em tribunal que se prendam com a saída ou com o despedimento por justa causa da Sr.^a Eng.^a Christine e do *chairman* da TAP.

Portanto, é importante que a Comissão tome nota desta circunstância, porque foi na decorrência das afirmações do Sr. Ministro João Galamba que foram aqui, clara e objetivamente, desmontadas e que, talvez, com elas se possa voltar a alertar que é sempre boa hora para o Ministério enviar à Comissão aquilo que nos faz falta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como sabe, nós próprios, a Mesa fez uma insistência do ponto de vista formal para recolher esses *e-mails* a que se refere o Sr. Deputado Paulo Moniz. Eu próprio fiz duas insistências informais com este novo gabinete das Infraestruturas e o que me foi dito, também já foi explicado, foi que tudo o que estivesse em arquivo seria enviado, tudo o que não estivesse em arquivo estaria nos *e-mails* pessoais, eventualmente cruzados, mas a isso não teriam acesso. Foi isso que me foi dito.

Sendo assim, fica o registo agora em ata e também o registo da Sr.^a Chefe de Gabinete.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Dr.^a Maria Araújo, começo por lhe perguntar o seguinte: o Dr. Frederico Pinheiro tirava notas em todas as reuniões?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Boa tarde Sr. Deputado.

Eu não consigo dizer, com toda a certeza, se era em todas as reuniões, porque eu não estava em todas as reuniões onde o Dr. Frederico Pinheiro participava; o que eu posso confirmar é que o Dr. Frederico Pinheiro tinha por hábito tirar notas nas reuniões em que participava.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — No computador, claro?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E reuniões estas, naturalmente, com entidades externas e dentro do Ministério... Enfim, as reuniões normais?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Por acaso, eu não tenho ideia de que ele tirasse notas de reuniões internas. Aliás, nós fazíamos reuniões de gabinete e, normalmente, ele não tirava notas, a não ser que tivesse indicação de alguma tarefa que tivesse de anotar, mas não tirava notas no sentido de fazer uma ata da reunião de gabinete.

Portanto, eu tenho ideia que seria mais com entidades externas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas tomava notas para si do que estavam a tratar?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sim, sim, provavelmente

As reuniões internas que nós, normalmente, tínhamos eram reuniões de gabinete e não havia assim tantas notas para tirar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Doutora, gostaria de lhe perguntar o seguinte: nós percebemos que o plano de reestruturação da TAP, aparentemente, só residia no computador pessoal portátil do Dr. Frederico Pinheiro, mas fiquei com a dúvida do que disse e se isto não estaria também na nuvem, numa ferramenta *OneDrive*, onde pudesse ser acedido por ele e pelos que teriam acesso e autorização para tal.

Explique-nos um bocadinho melhor este processo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu não consigo confirmar se estava também arquivado numa das nuvens disponíveis do sistema — e, atenção, que isto é importante referir, porque as nuvens a que eu me refiro são aquelas que são geridas pelo administrador do sistema, não são nuvens privadas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Certo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Portanto, eu não consigo confirmar se o Dr. Frederico Pinheiro em particular, além de ter o documento gravado no seu computador, também o guardava numa *cloud*. Isso eu não consigo confirmar, mas ele tinha o plano de reestruturação guardado no computador, sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sabemos que foi ele que classificou essa documentação, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, não foi ele. Terá sido o Gabinete Nacional de Segurança.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Por indicação dele?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu não sei se foi por indicação dele, Sr. Doutor.

Eu, a partir do dia 4 de janeiro, como transmiti já anteriormente, não tive mais contacto com matérias relacionadas com a aviação e, portanto, eu deixei, inclusivamente, de trabalhar diretamente com o Dr. Frederico

Pinheiro. Portanto, não tenho hipótese de confirmar de quem que foi a iniciativa de classificar o documento.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas ele estava credenciado para estas matérias? Havia alguém no ministério credenciado para esta função?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu também desconheço, porque antes de 4 de janeiro, eu não tinha documentos classificados no meu gabinete e, portanto, não havia necessidade de credenciar ninguém para os tratar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sabe confirmar-nos se havia a informação sobre cabos submarinos de fibra ótica guardados neste computador?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — No computador do Dr. Frederico Pinheiro? Acho altamente improvável, porque era uma matéria com a qual ele não lidava e não trabalhava e que estava afeta a outros adjuntos e técnicos especialistas do Ministério.

Portanto, acho altamente improvável, mas não consigo confirmar com toda a certeza.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quando a Sr.^a Doutora iniciou funções como chefe de gabinete, foram-lhe dadas instruções, formações, de como lidar com matérias classificadas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Terão sido dadas, sim, pela Secretaria-Geral da PCM, e também, eventualmente, terei recebido um manual sobre isso. Não consigo precisar no tempo quando o recebi,

porque vicissitudes várias já levaram a que eu tomasse por diversas vezes funções como chefe de gabinete, até por meras alterações de designações de Ministério.

Portanto, não consigo mesmo precisar no tempo quando é que recebi essas indicações, mas, sim, é prática a Secretaria-Geral da PCM ter esse cuidado e as outras Secretarias-Gerais também. Eu já estive num gabinete da Secretária de Estado de Habitação, ainda quando estava na dependência do Ministro do Ambiente, e a Secretaria-Geral do Ambiente também tinha esse cuidado, mas nas Infraestruturas é mais premente esse *briefing*, por causa do tema das infraestruturas críticas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Havia alguma instrução nestas informações para contactar o SIS em caso de algum desaparecimento de computador?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu não me consigo recordar, Sr. Deputado. Não me consigo recordar com precisão... Eu não tenho esses manuais presentes. Sou chefe de gabinete há seis anos e nunca vivenciei uma situação sequer semelhante àquela que está a ser discutida.

Portanto, felizmente, nunca tive necessidade de contactar esse serviço ou de, sequer, colocar essa hipótese, pelo que não consigo precisar com exatidão se havia uma instrução concreta.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Já nos disse que tem acompanhado com assiduidade as audições da Comissão e já deve ter percebido que o contrato da Sr.^a ex-CEO da TAP, Eng.^a Christine, é algo que está no centro da nossa discussão e a questão que queria colocar-lhe é sobre o tema do variável do bónus.

No contrato firmado com a Eng.^a Christine, na sua contratação, esta variável, componente variável, consta, contudo, esta componente variável, nunca foi assumida na TAP. Pode explicar-nos esse processo? O que é que aconteceu?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — O que aconteceu é relativamente simples de explicar: a componente variável estaria dependente da aprovação do plano de reestruturação e a Eng.^a Christine assinou o seu contrato em junho de 2021, numa fase em que ainda não havia decisão de Bruxelas, e, portanto, a componente variável não ficou firmada nesse momento, tendo ficado relegada para mais tarde.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu tenho aqui um *e-mail* de 7 de setembro, em que a Sr.^a Doutora responde à Eng.^a Christine, dizendo: «Muito obrigado pelos seus *e-mails*, regressarei ao seu contacto assim que tenhamos resolvido este assunto» — este assunto era a explicação da inclusão ou não da componente variável.

Portanto, há aqui uma questão de fundo, que é: ficamos sem saber como é que isto foi resolvido.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sim, eu confirmo que recebi esse *e-mail* e que respondi à Eng.^a Christine.

Na altura, falei desse assunto com o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Dr. Hugo Mendes, que me transmitiu que trataria do assunto com as Finanças, com o Secretário de Estado do Tesouro, sei que foi dado seguimento ao assunto, mas não o acompanhei diretamente.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A Sr.^a Doutora, quando diz que sabe que foi dado seguimento ao assunto, está-me a dizer que o Secretário de

Estado Hugo Mendes falou com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sim, deu seguimento ao tratamento da questão e à preocupação da Eng.^a Christine.

Os indicadores para a concretização dos prémios de gestão merecem sempre parecer da UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial), que está na dependência do Secretário de Estado do Tesouro. E nesse seguimento o assunto tinha de ser tratado, por isso é que há pouco referi, que era um exemplo de articulação entre as duas tutelas, e, portanto, esse tema tinha de ser necessariamente tratado pela área governativa das Finanças, assim o seguimento foi dado pelo Secretário de Estado.

Agora, Sr. Deputado, eu não acompanhei diretamente a situação, era uma matéria que estava delegada no Secretário de Estado, e eu não acompanhei.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Porque é que o tema da rescisão da Eng.^a Alexandra Reis não passou do Secretário de Estado do Hugo Mendes ao Secretário de Estado do Tesouro?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Sr. Deputado, é uma pergunta que terá de fazer diretamente ao Secretário de Estado Hugo Mendes e ele terá a oportunidade, certamente, quando cá vier, de esclarecer.

A minha convicção, ou melhor, todos tínhamos a convicção de que o assunto estaria a ser articulado entre as duas tutelas, designadamente através da TAP. Portanto, houve essa presunção e, muito provavelmente, o Secretário de Estado também teve essa presunção.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Deixe-me falar-lhe aqui na questão da TAP e da relação com as Finanças, porque é importante.

Como sabe, a CEO foi despedida, aparentemente com aquilo que está na deliberação unânime por escrito, por duas circunstâncias: uma, por ter firmado um acordo de rescisão; outra, porque não informou a tutela financeira desta circunstância.

Mas há aqui uma questão que é importante: a senhora recebe um *e-mail* do Sr. Carlos Domingos, chefe de gabinete do Dr. João Leão, a propósito da saída do Dr. João Weber Gameiro e da nomeação como CFO (*Chief Financial Officer*) interino de Gonçalo Pires, que lhe pede para articular a informação com o CEO e PCA da TAP, efetivamente delegando no Ministério de Infraestruturas a comunicação dessa nomeação.

Pode confirmar essa circunstância?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Eu não tenho aqui esse *e-mail*, mas o Sr. Doutor diz que está na presença de uma...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É de 30 de setembro de 2021, às 15 horas e 48 minutos.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Pronto, não tenho aqui, mas sim, terei recebido, e recordo-me do momento da renúncia do administrador Dr. João Gameiro, mas não percebi a sua pergunta.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A questão é que aqui há, claramente, a delegação no Ministério das Infraestruturas da comunicação às Finanças dessa circunstância.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Da comunicação às Finanças? Mas se o *e-mail* foi trocado entre mim e as Finanças...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, a comunicação à TAP desta decisão.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — As Finanças delegaram na tutela setorial a comunicação da renúncia à TAP? Pois não me recordo da situação nem o que é que a motivou, e sem ter o *e-mail* comigo não consigo...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu passo-lhe o *e-mail*. Mas era frequente esta circunstância?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Não, não diria que era frequente, mas pode ter acontecido e não me deve ter causado estranheza, porque devo ter comunicado à TAP. A sequência do *e-mail* é essa? Eu comunico à TAP?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas não acha que perante isto a TAP, obviamente, fica com a sensação de que a interlocução, a interação com o Ministério das Finanças, é feita pelas Infraestruturas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, porque acho que isso é um caso pontual, e houve inúmeras situações em que a CEO articulou diretamente com as Finanças.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dê-me um exemplo, por favor. Como disse que havia imensas, certamente, recordar-se-á de um exemplo. Um só.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Quando se iniciou o processo de abertura de capital, a CEO teve, pelo menos, uma reunião diretamente com as Finanças, sem intermediação da tutela setorial. Comunicou, antes, que ia ter essa reunião, mas teve essa reunião com as Finanças.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E com as Infraestruturas também?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Com as Infraestruturas teve inúmeras reuniões.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Doutora, há pouco, em relação à saída da Eng.^a Alexandra Reis, mencionou, que, de facto, não conhecia o documento na sua versão final, que foi o acordo que foi escrito.

Contudo, tem aqui os *e-mails* da Eng.^a Christine para o Dr. Hugo Mendes, com o seu conhecimento, onde estão detalhados, em nove pontos, todos os aspetos característicos daquilo que veio a ser o acordo — É um *e-mail* de César Sá Esteves, de 2 de fevereiro, às 16 horas e 50 minutos.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Pois, Sr. Deputado, mas eu, nesse caso, divirjo, porque esses pontos não são equivalentes ao acordo que foi assinado pela Eng.^a Christine e pela TAP, e que consta, em anexo, ao relatório da IGF.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas só sabe disso agora?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — O enquadramento jurídico é muito mais do que esses pontos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas os valores que já estavam aqui mantiveram-se, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Os valores estavam aí,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E mantiveram-se, no acordo final.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — ... mas o enquadramento jurídico não estava de todo aí.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas esse...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Aliás, é o próprio Dr. César Sá Esteves — e eu vou continuar a repetir, porque está aí escrito — que diz que ainda nem sequer tinha começado a escrever o acordo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas estão aqui os 500 000 euros, os benefícios sociais pelo período de 24 meses, pelo período de 60 meses, o seguro de vida, enfim, tudo o que são os termos fundamentais, do acordo, estão nesses nove pontos do *e-mail* que a senhora recebe. Correto? Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, nós estamos a ler o mesmo *e-mail*, obviamente que eu confirmarei aquilo que o Sr. Deputado está a dizer, mas não confirmo que esteja, aqui, o enquadramento jurídico. Não há uma única referência ao respaldo jurídico que consubstancia esta indemnização.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ou seja, está-me a dizer que era possível que os termos jurídicos finais contradissem, de forma preponderante, o que eram essas linhas de orientação de valores, prazos, enquadramentos... É isso que me está a tentar dizer?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, para já, não estou a tentar dizer nada... Estou a dizer que não conhecia o enquadramento jurídico, que não fomos informados para quaisquer riscos jurídicos e que o clausulado final, nesse momento — como, aliás, se pode ler no fim desse *e-mail*, depois do ponto 9 —, não estava sequer redigido.

Portanto, esses pontos que aí estão, não consubstanciam, a meu ver, o clausulado do acordo que foi assinado entre a TAP e a Eng.^a Alexandra Reis, o que, aliás, motivou que, a 26 de dezembro, os Srs. Ministros das Finanças e das Infraestruturas tenham elaborado um despacho conjunto a pedir, precisamente, um esclarecimento sobre esse enquadramento jurídico, que não era do nosso conhecimento.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas as linhas centrais que estão aqui vertidas, nesses nove pontos, são ou não são aquilo que consta do enquadramento que lhe foi dado, do ponto de vista da versão final?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — O enquadramento do montante indemnizatório que me foi dado como sendo o montante final é o que está neste *e-mail* e foi com base neste *e-mail* que foi pedida a anuência ao Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem, quanto ao valor, estamos quites.

Quanto à questão do tempo de validade de manutenção do seguro de saúde: foi ou não foi por 24 meses?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não tenho certeza se na proposta final o período é de 24 meses. Creio que tinha começado com um período superior, mas não consigo afirmar com toda a propriedade. Teria de ler o acordo, teria de ler o clausulado final.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E a manutenção do seguro de vida foi ou não até 31 de dezembro de 2024?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Também tinha de comparar com o que está no clausulado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Tem o clausulado consigo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Tenho...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Faça favor, temos todo o tempo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, mas se está no clausulado, porque é que me está a perguntar?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Presidente, eu peço que isto não se repita.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, vamos dar-lhe o tempo suficiente para poder consultar o clausulado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Porque, aqui, quem faz perguntas somos nós. É bom ver se a gente se começa a entender. Por enquanto, isto está a correr bem.

Pausa.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Pode repetir a pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Posso, sim.

A manutenção do seguro de vida é até 31 de dezembro de 2024?

Pausa.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não encontro no clausulado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A manutenção do carro e da sua utilização é até setembro de 2022?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — É o que consta do *e-mail*, mas, mais tarde, recordo-me que a Eng.^a Alexandra Reis veio alterar este ponto. Segundo me recordo...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas recorda-se não tendo este clausulado, ou recorda-se como?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, recordo-me de isso ter sido referido pela própria, quando foi aqui ouvida.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, recorda-se de coisas que não estão exatamente como estão neste *e-mail*, mas que também não estão no clausulado final. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Ó Sr. Deputado, eu não acompanhei... Como lhe digo, a partir do dia 2 de fevereiro não voltei a acompanhar esta situação, até à data da demissão do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

Portanto, o momento da assinatura do acordo não foi acompanhado por mim, e, portanto, não consigo estabelecer, neste caso, uma correspondência exata entre o que aqui está e o que está no anexo ao relatório da IGF.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Queria relembrar-lhe o dia 1 de fevereiro, em que, supostamente, há uma reunião onde participam Hugo Mendes, a Sr.^a Doutora e o Dr. César Sá Esteves.

Nesse dia reuniu com estas pessoas. Correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Afirmativo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O que é que foi tratado nessa reunião?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Foi uma reunião muito breve, em que a Eng.^a Christine pediu ao Dr. César Sá Esteves para fazer o resumo das negociações de valores que vinham sendo feitas com os advogados da Eng.^a Alexandra Reis, e em que o Secretário de Estado deu indicação para que o valor fosse mais reduzido do que os valores que, na altura, estavam em negociação.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, a decisão ficou fechada nesta reunião?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quando informou o Sr. Ministro, ele já sabia?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Já sabia do quê?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Do valor e do conteúdo da reunião?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Quando informei... O Sr. Deputado refere-se ao momento em que informei através daquela mensagem, de que falámos há pouco? Sabia do valor, sim.

A minha informação era precisamente sobre isso: era informar sobre o valor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Há um ponto que para nós é fundamental e que confesso que ainda não percebemos.

Gostava que nos pudesse explicar o que é que se passou nos 18 dias em que o Dr. Pedro Nuno Santos faz uma evolução de pensamento, de nada saber a recordar-se de uma mensagem de *okay*. Ajude-nos a interpretar esta amnésia prolongada, ou evolução do pensamento, como diria o Sr. Diretor-Geral da IGF.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Não houve... O momento da demissão do Dr. Pedro Nuno Santos ocorre quatro dias depois da notícia do *Correio da Manhã* que dá origem a toda esta situação. E, naquela data, o que constava do comunicado era, de facto, a informação de que dispúnhamos, ou seja, o Dr. Pedro Nuno Santos...

Bom, faço já aqui uma ressalva: creio que não serei a melhor pessoa para estar a colocar-me na posição do Dr. Pedro Nuno Santos. Ele vai cá estar e responderá em discurso direto a essa questão, obviamente.

Porém, uma vez que também participei na elaboração do comunicado e participei no momento difícilíssimo da demissão do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, posso confirmar que, à data, aquilo que constava do comunicado era, efetivamente, aquilo de que nos recordávamos.

Portanto, de facto, recordávamo-nos de que tinha havido uma iniciativa da Eng.^a Christine no sentido de afastar a Eng.^a Alexandra Reis da Comissão Executiva, de que essa iniciativa tinha sido pedida diretamente ao Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, e de que, depois, se terá desenvolvido um processo negocial, que foi concluído pelo Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações que, no âmbito da sua delegação de competências, tinha dado anuência à conclusão desse processo.

Não recuperámos, de facto, nesse momento, o histórico das mensagens e de toda a troca de informação. Nesse momento, não recuperámos! Recuperámos mais tarde, fizemos essa reconstituição mais tarde e fizemo-la, também, com o intuito de, entretanto, ter sido iniciado o processo na Inspeção-Geral de Finanças, de os dois membros do Governo terem sido instados a depor e, nessa altura, foi necessário fazer uma reconstituição mais rigorosa de todas as comunicações trocadas. Foi, então, nessa altura, que a mensagem foi encontrada pelo Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A Sr.^a Doutora teve, recentemente, nos últimos 15 a 30 dias, alguma conversa com o Dr. Pedro Nuno Santos, antes de vir a esta CPI?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu falo regularmente com o Dr. Pedro Nuno Santos. Trabalhei cerca de três anos, diretamente e de forma próxima, com o Dr. Pedro Nuno Santos. Não consigo identificar todas as conversas que tenho com ele, porque falo com ele com bastante regularidade, sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Vou refazer a pergunta: teve alguma conversa com o Dr. Pedro Nuno Santos sobre os assuntos de que vem aqui falar, hoje, a esta CPI?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Ó Sr. Deputado, eu tenho conversas com o Dr. Pedro Nuno Santos sobre variadíssimos assuntos e, obviamente, este é um assunto que, pela sua importância, já foi falado várias vezes entre mim e o Dr. Pedro Nuno Santos.

Não sei se me é permitido, Sr. Presidente, mas se o que o Sr. Deputado me está a perguntar é se eu preparei esta audição com o Dr. Pedro Nuno Santos, posso-lhe dizer que não, não preparei esta audição com o Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Há pouco, a Sr.^a Doutora disse que a relação entre os chefes de gabinete e Secretários de Estado era ótima, mas não mencionou a relação entre o Dr. Pedro Nuno Santos e o Dr. João Leão. Porquê?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Desculpe, não percebi a pergunta.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Há pouco, disse que a relação entre os chefes de gabinete e os Secretários de Estado era ótima, mas não mencionou a relação entre o Dr. Pedro Nuno Santos e o Dr. João Leão. Foi por alguma razão especial?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não foi por nenhuma razão em especial. Foi pela simples razão de eu também não ter presenciado muitos momentos de contacto entre o Dr. Pedro Nuno Santos e o Dr. João Leão, além das reuniões em que participava, esporadicamente, entre as duas áreas governativas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Nós apanhamos, em várias comunicações que estão no nosso acervo, algo a dizer à TAP que a porta de entrada do Governo é o Ministério das Infraestruturas.

Tem conhecimento desta afirmação?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, só tive conhecimento aqui, na CPI.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — No Ministério nunca ouviu nada que indiciasse isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Da parte do gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação nunca houve indicação nesse sentido. Para além daquilo que foi falado na Comissão de

Inquérito, também não tenho conhecimento direto de que tenha havido essa indicação por parte do Secretário de Estado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Voltando um bocadinho atrás: quando foi a última vez que falou com o Dr. Pedro Nuno Santos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Há de ter sido algures esta semana, mas não me consigo recordar exatamente quando.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Poderá ter sido ontem?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Pode ter sido anteontem.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Anteontem... E falou muito tempo? Trinta minutos, meia hora, uma hora, uma hora e meia, duas, três,... Dois segundos, um minuto...?

Risos da depoente.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não consigo quantificar, não costumo quantificar, não tenho por hábito... Por acaso até poderia ter, mas não tenho por hábito, quando desligo as chamadas, ver quanto tempo estive ao telefone.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Naturalmente que não lhe vou pedir que veja a duração das chamadas no seu telefone, mas peço-lhe uma ordem de grandeza para termos uma ideia... «Olhe, estive toda a tarde ao telefone...».

Foi uma conversa longa, foi curta?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, em regra não costumo ter conversas muito longas com o Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas essa foi anteontem, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não consigo confirmar, não lhe consigo dizer.

Sr. Deputado, já falei variadíssimas vezes ao telefone com o Dr. Pedro Nuno Santos, não lhe consigo precisar quando é que foi a última vez que falei com ele, até porque eu diariamente falo com muita gente ao telefone, fruto das minhas funções.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro, ex-ministros deve uma coisa... Pronto, a pessoa não nota, porque são tantos, não é?

Sr. Doutora, em 2 de fevereiro, confirma que a Sr.^a CEO da TAP enviou um *e-mail* ao Dr. Hugo Mendes com os termos finais e condições do acordo com a Eng.^a Alexandra Reis?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Está a referir-se ao *e-mail*...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De 2 de fevereiro.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — ... de 2 de fevereiro das 17 horas e 5 minutos, do qual eu também sou destinatária.

Sim, eu recebi esse *e-mail*.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — O Sr. Ministro Pedro Nuno Santos não consta dos destinatários desse *e-mail*.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Certo, mas teve conhecimento dele?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Teve conhecimento *a posteriori*, porque eu lho comuniquei.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quando?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — No dia 2 de fevereiro, precisamente.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah, no próprio dia, sim.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, comuniquei no próprio dia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu gostaria ainda que me dissesse, quando saiu a notícia sobre a indemnização paga à Eng.^a Alexandra Reis, não lhe surgiu a curiosidade de saber como é que esta notícia tinha aparecido?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Para terminar, porque, de facto, fiquei com esta dúvida: será que é possível ver no seu telefone se foi anteontem ou ontem a chamada com o Dr. Pedro Nuno Santos?

O Sr. **Presidente**: — Ver, pressuponho que se refira à Sr. Doutora, claro...

Risos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Obviamente!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, falei com o Dr. Pedro Nuno Santos na segunda-feira.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Segunda-feira. E, já agora, a duração — mais ou menos —, da chamada, se tiver aí.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Foi de 27 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Meia hora, sensivelmente. Portanto, está a ver? É um valor indicativo.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, dar a palavra, ainda antes de fazermos um intervalo, ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento-o, cumprimento os Srs. Deputados, cumprimento a Dr.^a Maria Antónia Araújo.

Sr.^a Doutora, gostava de começar por lhe perguntar se quando tomou posse como chefe de gabinete lhe foi dada alguma indicação de como reagir em situações críticas, porque tivemos aqui a sua sucessora no ministério a

dizer que tinham recebido orientações, não só neste ministério em específico, mas noutros por onde tinha passado, que, havendo situações iguais às que sucederam com o Dr. Frederico Pinheiro, teria de contactar o SIS.

Foi o que disse, e presumo que a Sr.^a Doutora tenha ouvido, a Dr.^a Eugénia Cabaço aqui, ou seja, que tinham esta indicação para contactar o SIRP, e naturalmente depois o SIS, que lhe devolveu a chamada.

É esta a orientação que é dada às Sr.^{as} Chefes de Gabinete, para atuarem nos respetivos ministérios?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Boa tarde, Sr. Deputado.

Como já referi, existem orientações nesse sentido. A Secretaria-Geral da PCM (Presidência do Conselho de Ministros) costuma fazer um *briefing*, quando nós assumimos funções, em que trata dessas matérias. Mas eu não consigo recordar-me da última vez que fui destinatária desse *briefing*.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas confirma que as instruções são para, em casos semelhantes ao que ocorreu na noite do dia 26 de abril, entrar em contato com o SIS?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu confirmo que quando há suspeita de extravio de matéria que pode estar classificada como confidencial, secreta, muito secreta, devemos entrar em contato diretamente com a Secretaria-Geral da PCM, que, depois, faz o contacto ao SIS ou ao SIRP. Eu não consigo precisar se o contacto deve ser diretamente com o SIS ou com o SIRP. Não tenho isso presente, Sr. Deputado, sinceramente, não tenho. Não quero estar... Confirmo que há esse *briefing*, de facto, esse *briefing* existe e há indicações em relação a isso. Como nos últimos seis anos

nunca tive uma situação em que tivesse de recorrer, não tenho presente o rigor dessa instrução.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas confirma que é em caso de extravio de informação, não de furto ou roubo dessa informação?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Em casos em que há suspeita de que a informação pode ser extraviada, sim. Informação que seja classificada e que constitua ameaça à segurança nacional.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Volto a refazer a questão, Sr.^a Doutora: falei em extravio, não em furto ou roubo. Sendo furto ou roubo a participação tem de ser feita a outras autoridades neste caso a polícia criminal, que não o SIS, correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Pois, Sr. Doutor, não consigo precisar o que é que está no manual. Não consigo mesmo precisar... Não tenho esses elementos aqui e confesso que, como não tenho tido necessidade de rever esse manual, não tenho informação com esse rigor e não quero estar aqui a incorrer em informações incorretas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A Sr.^a Doutora é jurista e eu peço-lhe que faça um pequeno esforço de memória, porque isto é uma coisa que, ao que parece, é o mais elementar princípio de segurança que um chefe de gabinete tem.

Portanto, não é uma coisa de que se possa esquecer facilmente ou não se lembrar, estará sempre presente nas vossas cabeças. Portanto, eu peço-lhe que faça esse esforço de memória.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, felizmente não é uma coisa que aconteça com grande regularidade e, portanto, não é uma coisa que esteja sempre presente. Mas eu posso dizer-lhe que, em situações em que essa ameaça esteja presente ou que esteja indiciada, provavelmente, o primeiro contacto seria com a Secretaria-Geral da PCM, que, depois, indicaria qual o contacto subsequente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Portanto, a Presidência do Conselho de Ministros dá instruções nesse sentido, percebemo-lo. Ora, isto quer dizer que a sua sucessora deveria ter contactado a Presidência do Conselho de Ministros quando ocorreu este episódio e não diretamente o SIS, para cumprir com o que está estipulado em termos de prática. Correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, mas eu desconheço qual foi o procedimento da Sr.^a Chefe de Gabinete.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pergunto-lhe em abstrato...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Em abstrato, sim, diria que poderia haver esse contacto inicial com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ainda que não tenha presente que haja um impedimento de contactar diretamente a Secretaria-Geral do SIRP, por exemplo.

Eu teria de ter presente o manual, que neste momento não tenho.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vamos passar à frente, mas fica esse registo.

Trabalhou com o Frederico Pinheiro durante algum tempo. Tem ideia de que ele seja uma pessoa violenta?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Privou com ele bastante tempo; era uma pessoa cordial, educada, leal. Jamais lhe passaria pela cabeça que tivesse ocorrido aquele episódio da noite de 26?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu fiquei perplexa com o episódio da noite de 26. E, sim, confirmo que o Dr. Frederico Pinheiro era uma pessoa bastante cordial, sim, e nunca tive nenhum registo nem conhecimento, direto ou indireto, de que tenha sido incorreto com outros colegas de gabinete.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Dr. Frederico Pinheiro alegou que — e a senhora deve conhecer — o Eng.^o Filipe Alves apagou do seu telefone todas as do *WhatsApp*, ou seja, todo o histórico que ele tinha que foi apagado.

Sabe se esta é uma prática habitual no ministério? Reconhece ao Eng.^o Filipe Alves essa capacidade de o fazer?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não presenciei essa situação, só tive conhecimento dela através da visualização da audição da Dr.^a Eugénia Correia e não tenho conhecimento que seja prática do Eng.^o Filipe Alves recorrer a esse tipo de prática.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tinha conhecimento de que o Dr. Frederico Pinheiro guardava toda a informação, exceção feita às notas das reuniões, tanto no telemóvel como no computador?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não tenho esse conhecimento. Eu tenho conhecimento das ferramentas que estão ao nosso dispor, enquanto membros do gabinete, para arquivar documentos. E entre elas, já a referi há pouco, quando respondi ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, existe o sistema *OneDrive*, que também é possível instalar nos telemóveis.

Mas eu não tenho conhecimento da forma como um adjunto, que a partir de 4 de janeiro já nem sequer trabalhava diretamente comigo, guardava a informação. Portanto, não tenho esse conhecimento.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A Sr.^a Doutora certamente seguiu com atenção a inquirição à Dr.^a Eugénia Correia, em que a principal visada foi a Sr.^a Dr.^a Maria Araújo. Em relação à guarda e ao armazenamento de toda a informação no ministério, ela disse, entre outras coisas, e passo a citar: «Sr. Deputado, a sua pergunta é muito pertinente, mas tem de a fazer a quem geriu este gabinete antes de mim». Portanto, isto é um passar de responsabilidades para a Sr.^a Doutora.

Assume estas responsabilidades, ou há algo que nos queira dizer em seu contraditório?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Assumo a responsabilidade de ser responsável pela gestão documental do meu gabinete, que já expliquei como era feita.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Que, pelo que disse a Dr.^a Eugénia Correia, estaria muito mal feita, até porque a informação podia sair livremente do ministério sem as devidas medidas de segurança, isto porque o adjunto sai do ministério com a mochila às costas, de bicicleta, tendo informação importantíssima dentro do computador...

Acha este um procedimento normal, tendo em conta, como a Sr.^a Doutora referiu há instantes, matérias que punham em causa o Estado português?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, a gestão documental do meu gabinete, na altura em que eu era chefe de gabinete do Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, foi feita até 4 de janeiro de 2023. A partir de 4 de janeiro de 2023 eu não tenho qualquer intervenção na gestão documental do gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas João Galamba. Por esse motivo, eu não tenho qualquer intervenção na forma e nas alternativas colocadas à disposição dos membros do gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas Dr. João Galamba para arquivarem os documentos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Qual é a sua reação ao que disse a Dr.^a Eugénia Correia, quando referiu que com esta vigência, com este gabinete, enquanto ela como chefe de gabinete, se trabalha com profissionalismo, não se usa *WhatsApp* e mensagens?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não tenho qualquer comentário a fazer. Aliás, eu hoje não estou aqui numa postura de comentadora das declarações dos anteriores inquiridos. Mas, já agora, também posso esclarecer que no anterior gabinete também não era prática reiterada trabalhar por *WhatsApp*.

A situação que nos traz aqui, da indemnização de Alexandra Reis, e eu justifiquei isso no início, a comunicação foi feita por aquela plataforma pelo facto de o Sr. Ministro, na altura, estar ausente do ministério, porque a prática reiterada é o contacto pessoal, presencial, através de *e-mail*, através de ofício, mas, às vezes, há decisões que os membros do Governo têm de tomar, que são motivadas por determinada urgência, que não são

compagináveis com essa prática. Mas não é uma prática que me caracterize, a informalidade e o excluir os meios institucionais.

Portanto, não, não me identifico com a afirmação de que o anterior gabinete era descuidado, desorganizado, leviano, com todas essas afirmações que têm sido feitas e que, a meu ver, são profundamente injustas, porque não era assim que os membros daquele gabinete trabalhavam e não era, de todo, assim que o membro do Governo que nos liderava trabalhava.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A Sr.^a Doutora pode confirmar-nos em que piso trabalhava?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Quando era chefe de gabinete do Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, no 5.º piso.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tem conhecimento se as câmaras de videovigilância dos vários pisos estavam em funcionamento?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Tenho conhecimento de que estavam em funcionamento no piso zero e que não estavam em funcionamento nos pisos cinco e quatro.

Na altura em que eu era chefe de gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, a organização por pisos era um bocadinho diferente daquela que é agora. Portanto, nós tínhamos o piso cinco reservado para membros de Governo, secretariados e chefes de gabinete e o piso quatro para os adjuntos, os técnicos especialistas e o apoio administrativo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Qual era a sua relação profissional com o Dr. Hugo Mendes?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Era uma boa relação profissional. Eu já tinha tido a oportunidade de trabalhar com o Dr. Hugo Mendes quando ele era chefe de gabinete do Dr. Pedro Nuno Santos e eu era chefe de gabinete da arquiteta Ana Pinto, Secretária de Estado da Habitação, que estava na dependência do Dr. Pedro Nuno Santos.

E, portanto, desde esse tempo que tinha uma boa relação profissional e de grande confiança com o Dr. Hugo Mendes.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Desde que conhece o Dr. Hugo Mendes, sempre notou nele aquela vontade — que ficou bem expressa — de querer mandar, ou não era bem assim?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — De querer mandar?!... Não! Não é característica que eu, de facto, possa atribuir ao Dr. Hugo Mendes, essa necessidade de querer mandar — palavras suas, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não, eu explico-lhe porquê: a Sr.^a Doutora, há bocado, disse que não sabe porque é que a TAP enviou apenas um *e-mail* para a tutela setorial e não para a tutela financeira. A resposta é: porque Hugo Mendes disse que a porta de entrada da TAP no Governo era apenas e só pelo Ministério das Infraestruturas.

Hugo Mendes quis alterar voos da TAP para favorecer o Sr. Presidente da República, porque era o maior aliado do Partido Socialista e deste Governo. Consegue esclarecer-nos isto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, Sr. Deputado, não consigo esclarecer, até porque desconheço. Não fui remetente

dessa mensagem que refere, nem destinatária, e sugiro que a mesma seja contextualizada pelo Dr. Hugo Mendes, que virá cá proximamente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pode confirmar-nos porque é que Miguel Frasquilho não continuou à frente da TAP, quando ele próprio afirmou aqui que foi convidado por Pedro Nuno Santos a permanecer no cargo, que ele terá aceite, mas, depois, Pedro Nuno Santos deu dito por não dito e disse-lhe que tinha instruções para que ele não continuasse? Quem é que deu essas instruções, e porquê?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Desconheço, Sr. Deputado, não participei nesse processo decisório e não tenho forma de o esclarecer quanto a isso.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas sabia da intenção de Pedro Nuno Santos em manter Miguel Frasquilho à frente da companhia?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Como chefe de gabinete, tendo uma relação tão próxima, de 30 minutos ao telefone, várias vezes, não sabia que o Sr. Ministro queria reconduzir o Presidente da Comissão Executiva à frente da companhia?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, ao chefe de gabinete, em primeira linha, cabe a direção e a coordenação do gabinete. O chefe de gabinete não participa em inúmeros processos decisórios dos membros do Governo, designadamente naqueles que se destinam a reconduzir, a escolher, ou a terminar determinados mandatos.

Portanto, eu não participei nessa decisão e não me causa estranheza que não tenha participado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, esclareça-me isto: a chefe de gabinete não é consultada para um *dossier* que domina e com que trabalha diariamente, como a renovação contratual ou a recondução do CEO de uma empresa, que, provavelmente, é a empresa mais estratégica para os interesses nacionais, mas tem interferência numa chamada para o SIS. Como é que isto é possível?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Interferência numa chamada para o SIS?!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Passo a explicar: a chefe de gabinete é, por função, quem acompanha o Ministro em tudo e mais alguma coisa, que participa nas decisões, que trata de tudo o que envolve as pastas em que o Ministro trabalha.

Neste caso em concreto, em que um presidente de uma comissão executiva da empresa mais estratégica para o País é convidado a continuar no exercício de funções pelo Sr. Ministro, a senhora diz-me que não sabe, sequer, desse convite.

Quer dizer, sabe de coisas tão mínimas e ao mínimo detalhe feitas pelo Sr. Ministro e não sabe que a pessoa mais importante naquela companhia, que é a pessoa que manda na companhia, ia ser reconduzida pelo Sr. Ministro. É estranho, mas, e agora a questão genérica: não sabe desse procedimento, não sabe quem mandou anular, certamente, também não saberá do despacho do Sr. Ministro sobre o novo aeroporto — isso já são outros quinhentos! —, mas sabe que tem de se alertar o SIS.

Quer dizer, sobre uma competência genérica dos chefes de gabinete, a Sr.^a Doutora não nos soube explicar se tinha de ir à Presidência do Conselho de Ministros, ou se podiam fazer diretamente e tudo mais. Neste caso, em concreto, afirma perentoriamente que não sabia da intenção de Pedro Nuno Santos em reconduzir Miguel Frasquilho à frente da companhia.

É a coisa mais importante que existe numa companhia, num momento crítico da companhia, e a Sr.^a Doutora está aqui a dizer que não sabia desta intenção.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, o chefe de gabinete, em primeira linha, volto a repetir, tem de coordenar e dirigir o gabinete e tratar de uma série de assuntos administrativos e de cariz operacional que, naturalmente, têm de ser poupados aos membros do Governo. Não é o membro do Governo que vai autorizar despesas até 100 000 euros, não é o membro do Governo que vai gerir orçamentos, não é o membro do Governo que vai decidir sobre a gestão documental do gabinete...

Em paralelo, o chefe de gabinete pode, ou não, participar em vários momentos decisórios do membro do Governo em relação às entidades tuteladas. Como eu aqui referi, o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, e estou a falar até 30 de março de 2022, tinha três Secretarias de Estado, tinha mais de duas dezenas de entidades tuteladas — e estou a incluir também as entidades regulatórias. Havia centenas de *e-mails*, dezenas de assuntos que, todos os dias, tinham de passar pelo chefe de gabinete, que tinham de ser distribuídos de forma rápida para que as pessoas pudessem trabalhar.

Não, não participei nessa decisão, não participei nesse processo decisório e não tinha de participar, porque esse tipo de processos decisórios, ao contrário de instruções genéricas que são dadas sobre os funcionamentos

dos gabinetes, cabem, exclusivamente e em primeira linha, ao titular da ação política, ao decisor político.

Não é o chefe de gabinete que diz ao membro do Governo quem é que deve ir para a empresa A, para o conselho de administração B...

Nesse processo em concreto não participei, não tive conhecimento desse convite que terá sido dirigido ao Dr. Miguel Frasquilho, nem tive conhecimento do que é que aconteceu de seguida. Aliás, depois, tive conhecimento daquilo que é do conhecimento público: o Dr. Manuel Beja foi convidado para Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Participou, de alguma forma, no processo de contratação da Eng.^a Christine?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — No processo de contratação da Eng.^a Christine, fui intermediária entre a empresa de recrutamento, que era a Korn Ferry, e a TAP. Foi dessa forma que eu participei e fui sempre informando o Sr. Ministro de todos os desenvolvimentos nesse processo. O Sr. Ministro também acompanhou. Pronto, e foi isto.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, vou fazer a última questão relativamente a este *dossier*. Em relação à contratação da Eng.^a Christine, palavras suas: «fui informando o Sr. Ministro». Sobre a continuidade de Miguel Frasquilho, nem sequer sabia o que estava a passar.

Relembro que está numa Comissão de Inquérito e que o que a Sr.^a Doutora disser aqui, ou não disser, pode comprometê-la.

Vou-lhe perguntar uma última vez em relação a Miguel Frasquilho — e pense que a minha insistência pode não ser gratuita: de que forma teve

conhecimento, ou não, definitivamente, da continuidade do Miguel Frاسquilho, ou não, na empresa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, eu tive conhecimento que o Dr. Miguel Frاسquilho não ia ser reconduzido.

Não tive conhecimento, porque não participei nessa conversa, de que o Dr. Miguel Frاسquilho tinha sido anteriormente convidado pelo Dr. Pedro Nuno Santos para continuar como Presidente do Conselho de Administração. Mas tive conhecimento que não ia ser reconduzido.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quais os motivos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Os motivos da não recondução? Desconheço. Posso especular... Tendo em conta que houve uma renovação da Comissão Executiva e que o próprio modelo de *governance* da TAP também foi alterado, pode ter a ver com isso, mas os motivos em concreto desconheço.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Os motivos em concreto. Sr.^a Doutora, peço-lhe que faça um pequeno exercício de memória e que se lembre, do que encontrar na sua memória, do que sabe sobre isto.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, não tenho mesmo memória de saber em concreto, porque é que o Dr. Miguel Frاسquilho não foi reconduzido nas funções de Presidente do Conselho de Administração. Não consigo esclarecê-lo, não tenho mesmo memória, não participei nesse processo decisório.

Tive conhecimento, *a posteriori*, de que ele não seria reconduzido.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Enquanto chefe de gabinete de Pedro Nuno Santos, em quantas reuniões participou do Sr. Ministro com o Grupo Parlamentar do PS para preparar audições do Sr. Ministro nas comissões?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não consigo quantificar. Particpei em algumas. Em regra, quem estava sempre presente era o adjunto do nosso gabinete, que era ponto focal para os assuntos parlamentares, além dos membros do Governo, portanto, o Sr. Ministro e os três Secretários de Estado, até 30 de março de 2022 e, a partir de 30 de março, o Sr. Ministro e os dois Secretários de Estado.

Essas reuniões, normalmente, destinavam-se a preparar as audições regimentais. E eu, por regra, também tinha o hábito de convocar as assessoras de imprensa, porque achava que era importante também participarem nessas reuniões.

Portanto, do gabinete estava o adjunto, que era ponto focal para os assuntos parlamentares, uma das assessoras de imprensa, não estavam necessariamente as duas, e depois, pontualmente, também podiam participar adjuntos setoriais. O que é que eu quero dizer com adjuntos setoriais? O adjunto que acompanhava a aviação, por exemplo, o Dr. Frederico Pinheiro, o adjunto que acompanhava a ferrovia, o Eng.º Frederico Francisco, e a adjunta que acompanhava os temas rodoviários.

Normalmente, era assim que eram organizadas essas reuniões, o que acabava por me retirar alguma relevância nestas reuniões. Portanto, a determinada altura, eu deixei de participar, porque havia outras tarefas no gabinete que eu tinha de conduzir e já tinha o gabinete suficientemente representado para lá estar eu também.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr.^a Doutora, foi esclarecedora na forma como o Sr. Ministro preparava com o PS as perguntas e respostas a dar nas Comissões.

Vozes do PS: — Não, não, não!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo:** — Sr. Presidente, não foi isso que eu disse!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Deputado já ultrapassou o tempo, vou dar-lhe alguma tolerância, porque faltava um segundo para terminar o seu tempo, mas peço-lhe que evite este tipo de confronto político, menos dignificante para a própria Comissão, e faça a sua pergunta, com essa tolerância que lhe estamos a dar, para a Sr.^a Dr.^a Maria Araújo poder responder.

Faça por favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, posso colocar uma questão à Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Presidente referiu-se a combate político e tudo o mais... O que estou a fazer é a minha inquirição e agradeço ser respeitado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, da mesma forma que eu respeitei, e não interrompi uma única vez enquanto o Sr. Deputado do PS fez a inquirição, nos moldes que quis fazer e da forma como bem lhe aprouveu.

Portanto, penso que estou no meu direito de o fazer sem esse tipo de considerações do Sr. Presidente e sem este barulho todo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vozes do PS: — Não, não, não!

O Sr. **Presidente:** — Tem toda a razão, vou pedir aos Srs. Deputados para não voltarem a fazer este barulho.

O Sr. **Filipe Melo (CH):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir, Sr.^a Doutora, vou-lhe fazer uma questão: uma vez que é chefe de gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, alguém lhe pediu ajuda na preparação da documentação a ser enviada a esta Comissão de Inquérito?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo:** — Não, ninguém me pediu ajuda e volto a reiterar que desde o dia 4 de janeiro de 2023 não tenho qualquer contacto com matérias relacionadas com a TAP, ou com o sector da aviação ou com o sector das infraestruturas aeroportuárias.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr.^a Doutora.

O Sr. Deputado Bruno Aragão pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Bruno Aragão (PS):** — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, para ficar registado em ata que inquirição é diferente de acusação, rimam mas não são a mesma coisa.

Portanto, quero que fique registado em ata que aquilo que o Sr. Deputado Filipe Melo entendeu — e bem — dizer não foi aquilo que a inquirida disse e quero que este registo fique mesmo na ata, porque acho que estas questões têm de começar a ficar claras e tranquilas, sem haver muitas confusões, mas é importante que haja este esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Ficará registado, com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para aqui efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa também.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, no seguimento do que disse o Sr. Deputado Bruno Aragão, eu não fiz nenhuma acusação — e que isso fique também registado em ata...

O Sr. **Presidente**: — Ficará, com certeza.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... simplesmente fiz uma questão de uma forma mais diferente, chamemo-la assim, porque, e eu nem sei porque os

Deputados do Partido Socialista levam a mal, quem combina audições com o Ministro João Galamba, com a CEO e com os Deputados para prepararem uma audição nesta Casa não pode levar a mal uma questão destas...!

Portanto, se não fosse prática do Partido Socialista podiam levar a mal, uma vez que não é prática, já é hábito, não podem levar a mal uma questão e não uma acusação.

O Sr. **Presidente**: — Ficaré registado também em ata e agora proponho um intervalo de um quarto de hora.

Eram 22 horas e 12 minutos.

Srs. Deputados, vamos reiniciar os trabalhos da nossa Comissão.

Eram 22 horas e 35 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Dr.^a Maria Antónia Araújo.

Há pouco não fiquei com a certeza, pelo que lhe pergunto: não tinha acesso ao plano de reestruturação da TAP, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não o tinha no meu computador, nem tinha... Eu não posso dizer que não tinha acesso, porque se eu pedisse acesso a uma das três pessoas, se eu pedisse acesso ao adjunto Dr. Frederico Pinheiro ele dar-me-ia acesso, mas...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas nunca o viu?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Como?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se nunca o viu?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não vi a versão final, nem vi a decisão que veio de Bruxelas, não.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas teve acesso a documentação relacionada com o processo, ainda não oficial, de privatização, correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Tive.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Numa dessas comunicações, chamemos-lhe assim, da TAP para o Governo, neste caso do CFO para Pedro Nuno Santos, Hugo Mendes, e também com conhecimento quer para a CEO, quer para si, uma das coisas que falei na audição com o Sr. Ministro João Galamba foi de um parecer da Morais Leitão sobre o regime jurídico aplicável à reorganização da estrutura acionista da TAP — este é o título, basicamente, mas, sejamos práticos, da venda da TAP.

Gostaria de lhe perguntar se viu este parecer, que vinha também com outros documentos do *market sounding*, e o que foi, efetivamente, pedido pelo Governo para a obtenção deste parecer? O que é que se pediu?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, não consigo precisar exatamente o que se pediu, porque quem deu, depois, seguimento a esse pedido foi o Gabinete do Secretário de Estado, em articulação com o Dr. Frederico Pinheiro, que era o adjunto do nosso

gabinete que acompanhava esse tema, portanto, não tive intervenção direta no seguimento desse assunto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Do Secretário de Estado do Hugo Mendes, é isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Exatamente.

Se me permite, posso só esclarecer: o Dr. Frederico Pinheiro era adjunto do nosso gabinete, do gabinete do Ministro, mas como acompanhava o tema da aviação, em particular a TAP, tinha uma relação muito próxima com o Gabinete do Secretário de Estado, que tinha essa matéria delegada, designadamente participando em reuniões de equipa do gabinete, daí que em alguns assuntos, para não dizer em grande parte deles, não houvesse necessidade de também eu estar em algumas reuniões e dar seguimento, porque o nosso gabinete estava sempre a ser representado pelo Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Em relação a este processo jurídico sobre a venda da TAP, falou no seguimento, mas quero perguntar-lhe, antes disso, quem é que o pediu, sabe me dizer se foi algum destes dois intervenientes que está aqui? Imagino que não tenha sido a Sr.^a Doutora, senão já o tinha dito, por isso pergunto se foi o ex-Ministro Pedro Nuno Santos ou Hugo Mendes quem pediu este parecer.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Pode ter sido o Dr. Hugo Mendes, mas não tenho isso presente, não tenho presente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, na audição com o Sr. Secretário de Estado irei proceder às perguntas relativamente ao parecer,

porque o Sr. Ministro João Galamba também desconhecia, ou não se lembrava, pelo menos, do parecer jurídico sobre o processo de venda da TAP, que parece uma coisa bastante relevante.

Relativamente ao contrato da CEO, que há pouco também já foi aqui falado, as duas pessoas do lado da TAP que o assinaram foram o Sr. Dr. Ramiro Sequeira e a Sr.^a Dr.^a Alexandra Reis.

Gostaria de confirmar que falou com Alexandra Reis várias vezes para finalizar, digamos assim, os últimos detalhes deste contrato da CEO.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, tive algumas interações com a Eng.^a Alexandra Reis, porque, como já a referi há pouco, acompanhei o processo como intermediária entre a empresa de *headhunter* e a TAP e, no fundo, a elaboração do contrato da CEO foi a formulação jurídica encontrada pelos assessores da TAP; também foi a sociedade de advogados SRS que gizou esse contrato e era importante que esse contrato vertesse os termos que tinham sido acordados na *term sheet*, na carta de intenções.

E, portanto, as interações entre a TAP e a tutela eram no sentido de garantir o cumprimento desses termos que estavam nesse documento.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nesse contrato, o ponto 9.2 diz que há uma exceção ao regime de exclusividade que a lei exige e que a CEO pode estar no *board* de duas empresas do ramo da aviação.

Pergunto-lhe se este contrato é legal ou não, se viola ou não o regime de exclusividade a que a CEO tinha de estar sujeita, segundo o Estatuto de Gestor Público.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — O contrato é legal, ainda que essa cláusula possa não ser legal. E pode haver dúvidas, e eu percebo as dúvidas do Sr. Deputado em relação a essa cláusula.

Devo dizer-lhe que essa cláusula foi introduzida já numa fase quase final, prévia à assinatura do contrato, foi vista, com toda a segurança, pelos assessores jurídicos da TAP que estavam a par do contrato. Agora, essa cláusula não torna ilegal o contrato, uma vez que pode haver uma redução... Mas a cláusula pode ser nula, sim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Olhando para o Estatuto de Gestor Público, no artigo 20.º, n.º 13, alínea *b*), diz-se que tal é possível quando resulte de uma decisão do Governo.

O que lhe pergunto é se tem conhecimento de alguma decisão, de alguma autorização formal do Governo a dar acordo a isto.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — À data da elaboração do contrato, estamos no verão de 2021 — presumo que seja a esse período que o Sr. Deputado se refere —, pode ter sido dada autorização à Eng.^a Christine... Aliás, foi pedida autorização pela Eng.^a Christine para a introdução de uma cláusula com este teor. Agora, terá seguramente também passado pelo Ministério das Finanças, que também acompanhava a elaboração deste contrato, e os consultores jurídicos da TAP também terão verificado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E, por acaso, não se recorda como é que essa autorização terá sido dada, caso tenha havido essa autorização?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não consigo reconstruir agora, aqui, de memória esse processo, já foi quase há dois anos

e não tenho presente... Até porque mais tarde a Eng.^a Christine voltou a pedir uma outra autorização para um outro cargo, mas isso já foi muito depois e foi tratado com o Gabinete do Secretário de Estado e eu acho que até transitou para o gabinete do atual Ministro, mas isso já não acompanhei. Portanto, também não consigo recuperar essa autorização.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Neste caso, tendo em conta que tem de ser uma autorização do Governo, até para efeitos de boa condução, aqui, dos trabalhos, a quem é que recomendaria que fizéssemos esta questão? Ao Secretário de Estado Hugo Mendes, por exemplo? Ou às Finanças?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sobre a cláusula 9.2?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sobre a cláusula da exclusividade e esta tal alegada autorização.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — É a cláusula 9.1 e 9.2, não é?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — 9.2, penso eu.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, acho que pode colocar essa questão ao Secretário de Estado, ao Dr. Hugo Mendes, que, na altura, também terá acompanhado esta situação, até mesmo diretamente com a CEO, e poderá também — não sei se os Srs. Deputados têm o documento, a *term sheet* a que me refiro —, mas, provavelmente, na *term sheet* também estará um ponto sobre esta possibilidade de acumulação destas funções.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Voltando à indemnização de Alexandra Reis, disse há pouco — e eu anotei, não sei se foi lapso ou não — que a tutela só teve intervenção no fim.

Por isso, seguindo até algumas coisas que já foram ditas há pouco, queria fazer a fita do tempo: há um *e-mail* no fim de dezembro em que Alexandra Reis coloca o lugar à disposição e o Sr. ex-Ministro Pedro Nuno Santos recebeu esse *e-mail*; no início de janeiro, há uma reunião por *Teams* onde a CEO diz ao ex-Ministro Pedro Nuno Santos que quer tirar Alexandra Reis; depois, há vários *e-mails* e múltiplas mensagens entre a CEO e o Ministério, nomeadamente com o Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes, incluindo a meio do mês de janeiro, dia 18, em que até é enviada a proposta da CEO de uma nova organização da equipa, já sem Alexandra Reis; há mais mensagens com maior intensidade, digamos assim, no fim de janeiro, já sobre as negociações em si, em que o Secretário de Estado, nessa conversa, torna claro que o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos estava a par de tudo e em que regatearam, digamos assim, valores, até falaram do medo da perceção pública — o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos disse que os valores eram muito altos, que deveriam ser mais baixos —, e só depois disto tudo é que combinam a tal *call* onde a Sr.^a Doutora participou com a CEO e o seu advogado, que depois termina com o *okay* que é dado à CEO, via Secretário de Estado Hugo Mendes, já depois do *okay* do Ministro Pedro Nuno Santos.

Por isso, quero voltar a perguntar-lhe: quis mesmo dizer que a tutela só teve intervenção no fim, ou estava a falar de si?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — O que eu disse foi que a tutela acompanhou à distância — a tutela; se estivermos a falar de mim, só tenho intervenção nestes dois momentos, a 1 e a 2 de fevereiro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Isso de acompanhar à distância, não sei bem o que é, parece-me haver bastante proximidade e pelas comunicações que a Comissão tem — algumas até já foram divulgadas nas outras audições —, parece-me tudo menos à distância, parece-me haver bastante proximidade, mas era só para confirmar, efetivamente, que esta frase de que «só teve intervenção no fim» não bate muito com os factos. Acredito que sim, que a sua intervenção tenha sido apenas no fim daquela reunião, que foi quando teve conhecimento e, pelos vistos, não sabia, que o Secretário de Estado e que o ex-Ministro já tinham tido conhecimento antes disso.

Queria também perguntar-lhe: quando o Dr. Hugo Mendes disse à CEO da TAP que só poderia falar com o Governo através do Ministério das Infraestruturas, a Sr.^a Doutora estava a par disto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, não estava, Sr. Deputado. E, não sei se me é permitido, mas essa indicação a que se está a referir foi dada por que meio? É que não tenho presente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi a Sr.^a CEO.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Ah, foi a Sr.^a CEO que disse aqui na audição?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não me lembro se disse na audição ou se foi na documentação que a CEO nos enviou, mas...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, vamos tentar evitar o diálogo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Certo.

O Sr. **Presidente**: — Se sobrepomos diálogo depois é muito difícil e tenho de interromper...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, com certeza.

O Sr. **Presidente**: — Para evitar que eu interrompa, tentar deixar o Sr. Deputado fazer a pergunta, para depois responder.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, com certeza.

Não, Sr. Deputado, não estava a par de que o Sr. Secretário de Estado tivesse dado essa indicação.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Há pouco, disse que participou na elaboração daquele comunicado do ex-Ministro Pedro Nuno Santos a dar esclarecimentos sobre o tema. Confirma isso?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Participei no comunicado da demissão do Dr. Pedro Nuno Santos, sim, a 28 de dezembro, na madrugada de 28 para 29 de dezembro.

Foi a esse comunicado que me referi.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nesse comunicado — e penso que é o mesmo, que não estou enganado — está escrito que o processo de saída da CEO foi acompanhado pelos serviços jurídicos da companhia, e eu gostava de lhe perguntar como é que chegaram à conclusão de colocar lá essa informação se, pelos vistos, não tinham nenhuma informação que sustentasse isso.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Nós tínhamos vários casos, ao longo da atividade da TAP, em que essa situação acontecia com frequência. Ou seja, em que a TAP, mesmo tendo consultoria externa, ainda assim, o departamento jurídico ia acompanhando os assuntos.

Aconteceu, por exemplo, no verão de 2021, com o tema da Groundforce e com todo o processo subsequente de insolvência. A TAP tinha consultoria externa para esse tema, mas o departamento jurídico acompanhou-o par e passo. Aconteceu também com as negociações dos acordos de emergência dos sindicatos...

Portanto, neste caso concreto não havia nenhum indício que nos levasse a crer que o departamento jurídico não tivesse acompanhado, mas era uma informação correta e que, entretanto, foi corrigida. Pronto, foi uma presunção errada.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Era uma informação incorreta?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, é uma informação incorreta que consta do comunicado.

Como transmiti há pouco, aquele comunicado foi redigido numa situação difícilíssima e duríssima, da demissão do nosso membro do Governo, e fez-se o melhor que se pôde com a melhor informação que tínhamos naquela altura. De facto, esse é um dado que, depois, viemos a constatar que não era correto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, é que há uma diferença grande entre não ter informação que não diga que os serviços jurídicos não tiveram participação e ter informação que diga que os serviços jurídicos tiveram participação.

E isto é politicamente relevante, no sentido em que... Lembro-me bem do que é que aconteceu no dia seguinte. Sabemos que a Dr.^a Stéphanie da Silva tem uma relação, obviamente, de marido e mulher, com o Sr. Ministro Fernando Medina e, por isso, o que saiu nas notícias, na altura, foi que o Sr. ex-Ministro Pedro Nuno Santos estava também, ali, num passa-culpas, quase.

Gostava de saber se o comunicado foi usado para uma luta interna partidária, ou não, porque, não havendo qualquer informação que diga que os serviços jurídicos da TAP sabiam de alguma coisa, é de estranhar que o Ministério tenha decidido escrever, num comunicado oficial, sem ter qualquer indício de tal, que os serviços jurídicos da TAP acompanharam todo o processo.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado — sem comentar, porque não estou aqui nessa qualidade —, vamos aos factos: os serviços jurídicos, normalmente, acompanhavam as questões jurídicas da TAP; e a diretora jurídica da TAP, que, na altura, estava de licença de maternidade, não era a única trabalhadora dos serviços jurídicos da TAP. Portanto, o facto de ser diretora jurídica daquele serviço não excluía que, designadamente, a diretora em substituição tivesse acompanhado.

Como era prática habitual os serviços jurídicos da TAP estarem envolvidos em determinados assuntos, e até lhe dei aqui vários exemplos, e estiveram-no também mais tarde, como já é do conhecimento, quando redigiram um comunicado à CMVM, nós presumimos que também teriam acompanhado, ainda que de forma menos próxima do que as sociedades de advogados envolvidas, o tema do acordo de cessão de funções da Eng.^a Alexandra Reis.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por acaso, ainda bem que diz isso, porque, até agora, nas outras audições, têm-nos dito sempre que os serviços jurídicos da TAP não participam em nada, que são sempre sociedades de advogados contratadas.

Eu já identifiquei quatro ou cinco sociedades contratadas, por isso até estranho que me diga isso. É de saudar, porque quer dizer que, ao menos, as pessoas que recebem o ordenado estão a ter trabalho, mas, até agora, toda a gente disse que os serviços jurídicos da TAP não tinham participado nos processos e que eram sempre sociedades de advogados que tinham sido contratadas.

Já agora, até lhe pergunto se, quanto aos outros acordos de cessação, obviamente no período em que acompanhou, se lembra se também foram os serviços jurídicos da TAP ou se foram sociedades de advogados.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não acompanhei mais acordos de cessação.

Antes da Eng.^a Alexandra Reis houve a renúncia do Dr. José Gameiro — foi renúncia e, portanto, não houve necessidade de acompanhamento jurídico externo —, mas dei-lhe aqui alguns exemplos de processos que foram acompanhados pelos serviços jurídicos da TAP.

Os serviços jurídicos da TAP também instruía as assembleias gerais. Portanto, os serviços da TAP têm trabalho, têm muito trabalho, têm um trabalho muitíssimo relevante; agora, há questões que, pela sua complexidade e também pela sua confidencialidade... Por exemplo, no caso do contrato da nova CEO da TAP, no verão de 2021, é compreensível que esse contrato tenha sido acompanhado por consultores externos, dada a confidencialidade inerente ao mesmo.

Há vários exemplos em que, de facto, os serviços jurídicos acompanhavam.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por acaso, não percebi bem esse argumento... Uma sociedade de advogados de fora, em princípio, vai respeitar a confidencialidade e com os serviços jurídicos da TAP há mais risco de não respeitarem isso? É isso? Por isso é que não puderam elaborar o contrato da CEO, ou não puderam elaborar esse parecer jurídico da privatização, etc.? Não acompanhei esse argumento.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, eu consigo perceber e consegue-se perceber que recursos internos da empresa, por questões de confidencialidade, não acompanhem desde o início as condições contratuais do CEO da empresa. Foi isso que eu quis dizer e dei o exemplo do contrato da CEO.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, o contrato da CEO consigo perceber.

Para terminar, queria ainda perguntar outra coisa. O Dr. Manuel Beja, que já foi, obviamente, muito acusado de, enquanto *chairman*, não cumprir bem a sua função de ligação, digamos assim, entre a companhia e a tutela, disse nesta Comissão de Inquérito, por quatro vezes — muitas mais, mas, pelo menos, especificamente, por quatro vezes —, que tentou estabelecer contacto com o ex-Ministro Pedro Nuno Santos sempre sem sucesso.

Eu gostaria de saber se alguma vez lhe foi pedido, a si, para marcar alguma destas reuniões ou para o Sr. Dr. Manuel Beja conseguir falar com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, porque, segundo o ex-*chairman*, parece que não conseguia falar com ninguém da tutela. E eu gostava de saber porquê, se conseguir responder.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, sim, por diversas vezes, o Dr. Manuel Beja me contactava, ou porque não tinha conseguido falar com o Sr. Ministro... Tal como me contactam, diariamente, muitas outras entidades que nem sempre conseguem contactar os membros do Governo.

Em concreto, neste período que antecedeu a cessação de funções da Eng.^a Alexandra Reis, como também já tive oportunidade de dizer, o Sr. Ministro, nas duas semanas anteriores, esteve constantemente em campanha eleitoral no distrito da Aveiro.

Uma das vezes em que fui contactada pelo Dr. Manuel Beja — e tive oportunidade de confirmar isso quando me estava a preparar para a audição — foi, precisamente, no dia em que o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação teve o comício no distrito da Aveiro.

Nesse dia foi muito difícil contactar o Sr. Ministro, naturalmente, e, portanto, não é de espantar que nesse dia o Dr. Manuel Beja não o tenha conseguido contactar, mas, regra geral, o Dr. Manuel Beja tinha um contato muito próximo com o Secretário de Estado e as questões que eram tratadas com o Secretário de Estado, normalmente, ficavam resolvidas e nem sempre precisavam da intervenção do Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Doutora.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar a Dr.^a Maria Gameiro, boa noite... Dr.^a Maria Araújo, peço imensa desculpa! Estava a dizer Gameiro, porque falou do caso do Dr. José Gameiro, que foi diferente porque foi uma renúncia ao cargo...

Sr.^a Doutora, não sei se esta questão já foi suscitada, mas parece-me que não, mas, enquanto chefe de gabinete do então Ministro Pedro Nuno

Santos, pessoalmente teve muito pouca ligação a este processo da saída da Eng.^a Alexandra Reis, disse que foi só a partir daquele dia, daquela reunião e disse também que, entretanto, até aí, a tutela tinha um acompanhamento muito à distância — foi assim que percebi.

Mesmo assim, no seu testemunho, recorda-se se essa situação era de que a Eng.^a Alexandra Reis estava a ser demitida ou de que estava a renunciar ao cargo?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Recordo-me de que a Eng.^a Alexandra Reis, devido a alegadas incompatibilidades, indicadas pela CEO, que podiam pôr em causa o normal funcionamento da Comissão Executiva, estaria a ser afastada do cargo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E, então, surpreendeu-se quando começou a ler as informações públicas divulgadas pela TAP que davam conta de uma espécie de renúncia ao cargo por mútuo acordo?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não acompanhei esse processo do comunicado da TAP.

O comunicado da TAP à CMVM, como, aliás, já foi aqui referido pelo Presidente da CMVM, é da responsabilidade do emitente e foi elaborado pela TAP. Depois, entretanto, obviamente que vi, mais tarde, que tinha sido essa a justificação encontrada.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas estamos a falar de uma demissão por mera conveniência ou de uma demissão comparável à da situação da Eng.^a Christine Ourmières-Widener?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Bom, no caso da Eng.^a Alexandra Reis, estamos a falar de um acordo de revogação, porque foi entendimento dos... Quer dizer, vamos lá ver: nós estamos a falar com os óculos de agora, não estamos a falar com os óculos do passado, com a informação que tínhamos...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas os óculos de agora são de 2007. Os óculos de agora foram comprados em 2007, porque a lei estava em vigor desde essa altura.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, com o que sabemos agora... Em 2022, nós não tínhamos conhecimento de qual era o enquadramento jurídico, de qual era a forma jurídica que ia ser dada àquela cessação de funções.

E agora sabemos, porque, entretanto, já houve contraditório e já houve explicações à IGF, que os senhores advogados entenderam aplicar a legislação subsidiária do Código das Sociedades Comerciais pelo facto de a Eng.^a Alexandra Reis ter também um vínculo privado à TAP. Nessa linha, optaram por não... Enfim, não aplicaram o Estatuto do Gestor Público.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, pode repetir? Optaram por não aplicar o Estatuto do Gestor Público? Quem? Os advogados?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Nessa linha, seguiram um caminho diferente do caminho do Estatuto do Gestor Público. Não é? Foi essa a justificação que a TAP deu, designadamente, quando respondeu ao despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação e, depois, mais tarde, à IGF.

Com os óculos do passado, em janeiro ou início de fevereiro de 2022, nós, tutela, não tínhamos informação de qual o enquadramento jurídico. Nós não sabíamos qual era a forma jurídica que ia dar àquela cessação de funções.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora bem, ainda agora nos referiu, lembrou, mais do que uma vez, que o Ministério das Infraestruturas e da Habitação tinha cerca de 20, ou mais de 20, empresas tuteladas. Em praticamente todas elas aplicava-se o Estatuto do Gestor Público.

O Estatuto do Gestor Público não era, nem nunca foi, uma novidade para o Ministério. Certo?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, o Estatuto do Gestor Público não era uma novidade. Não!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pronto. Conhecendo bem, como conheciam, o Estatuto do Gestor Público e a sua aplicação às empresas... Ou seja, muitas vezes perguntei, nesta Casa, a responsáveis do Governo, quantas mais Alexandras Reis haveria aí, de que nós não soubéssemos, porque deu nisto, no caso da Eng.^a Alexandra Rei, e, que nós saibamos, entretanto, houve outros casos.

A Doutora ainda agora falava que o caso do Dr. José Gameiro foi diferente, porque foi uma renúncia ao cargo.

Ora bem, no fundo, a questão que estou a querer colocar é como é que não chamou a atenção para que pudesse haver outra solução qualquer para a saída da Eng.^a Alexandra Reis, que era administradora da TAP, que não fosse no quadro do Estatuto do Gestor Público. Isso é uma coisa que, peço desculpa, mas tenho mais dificuldade em compreender que se diga: «Pois, isso é a gente agora». É «a gente agora»?... Mas, na altura, admitia-se que fosse de outra maneira? Não sei se me estou a fazer entender na pergunta.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, Sr. Deputado, estou perfeitamente a perceber a sua pergunta.

É uma pergunta muito pertinente e sei que já foi colocada várias vezes e que é colocada pela generalidade dos Srs. Deputados, mas o facto de não termos enquadramento jurídico daquele acordo, de estar a ser pedido um conforto político para um montante, não fez sequer intervir qualquer avaliação jurídica ao caso.

Vou tentar explicar isto da forma mais prosaica e simples possível. Nós temos uma CEO que tem a iniciativa, que se dirige ao Ministro da tutela e tem a iniciativa de fazer cessar as funções de administradora de uma comissão executiva. O Ministro da tutela, com as razões que lhe são transmitidas e sempre pensando nos melhores interesses da empresa e no bom funcionamento da comissão executiva, acede a essa solicitação.

A partir daí, a CEO desencadeou o processo negocial e tratou-o com os advogados que entendeu recrutar para o tratamento da questão. Falou com a outra parte e a outra parte faz-se representar também por advogados. Portanto, temos duas partes representadas por advogados, por escritórios com boa reputação, que chegam a um acordo, acordo esse que não implica uma assinatura de nenhum daqueles dois membros do Governo — nem do membro do Governo com competências originárias, nem do membro do Governo com competências delegadas —, e chegam a um ponto em que chegam a um determinado montante e quando chegam a esse montante, a CEO, também por sua única iniciativa, resolve fazer uma recomendação à tutela sobre aquele acordo, não sem antes pedir uma validação.

O *e-mail* da Eng.^a Christine, se lermos o tal anexo 11 que já referi aqui *ad nauseum*, não diz «o que vos parece...». O *e-mail* diz: «Aqui está o acordo que eu recomendo.» De boa-fé, porque aqui toda a gente estava de boa-fé, e isso é muito importante ficar claro, a tutela é confrontada com o início de

uma negociação com um valor três vezes superior àquele e, entretanto, dá o conforto político que era pedido para terminar o processo de negociação.

Em momento nenhum deste processo foi verificado o enquadramento jurídico, porque esse enquadramento jurídico, esse respaldo jurídico àquele montante, estava pressuposto. Os membros do Governo agiram com base num princípio de confiança que estava robustamente assente em pareceres dados por sociedades de advogados, e eram sociedades de advogados de primeira linha, bem reputadas.

Eu teria feito um controlo adicional, como fiz inúmeras vezes, se estivesse em causa a assinatura do meu ministro. Não tenha dúvidas disso, Sr. Deputado. Se o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação tivesse de assinar aquele acordo, eu teria pedido um parecer a um jurista do gabinete, eventualmente até ao centro de competências jurídicas do Estado. Agora, nós não estávamos numa situação dessas, não foi essa a situação.

Sei que é difícil ter quórum de compreensão para toda esta análise que estou aqui a reportar, mas esta é a verdade. Este é o esclarecimento que consigo prestar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Agradeço a abordagem prosaica e simples que partilhou connosco e vou tentar retribuir o gesto também com uma imagem ainda mais prosaica, e não leve a mal a caricatura.

Se houvesse um acordo redigido por brilhantes advogados que não implicasse a assinatura do membro do Governo, mas que, em vez de ter lá 500 000 euros, tivesse outro valor qualquer, tivesse um Airbus daqueles da TAP, tivesse «olhe, um dos Airbus fica para a senhora, faz de conta que é o John Travolta», ou «o que ela quer é o colar de São Cajó, mas desde que não envolva o ministro, nós não temos nada a ver com o assunto...».

Peço desculpa pela caricatura, que, como digo, não é para a apoucar. Mas o que digo é que, se estivéssemos a falar de entregar um Airbus à Eng.^a

Alexandra Reis, os senhores estranhavam. Diziam: «Espera aí que isto não pode ser...» Se estivéssemos a falar da saída de um cargo de administração que não se enquadra no Estatuto do Gestor Público, a minha questão é: os senhores também estranhavam? Só que não estranharam!

Estamos a falar de um processo que, evidentemente, não é novo tão simplesmente deste ponto de vista: há um membro da administração de uma empresa em que se aplica o Estatuto do Gestor Público, de uma das tais 20 empresas, ou sejam 15, ou 12... Portanto, isto não é uma coisa nova, não se está a criar uma figura, não se está a aplicar uma situação em que vamos criativamente procurar o caminho.

Lá está, esta questão não nasce nesta audição da Sr.^a Doutora, nem vai acabar aqui, vamos ter mais outras audições e esta questão vai permanecer em cima da mesa.

Digo para mim, no que diz respeito a esta audição, que este é o tema mais importante, para já porque até deu origem à criação da Comissão de Inquérito e, por outro lado, ainda hoje, no debate com o Primeiro-Ministro, o PCP chamou a atenção para isto: a TAP precisa de uma gestão pública correta, adequada e que não imite a gestão privada. O que se passou aqui foi o representante do acionista permitir que a gestão pública imitasse a gestão privada.

Há um aspeto em que eu ainda precisava de um esclarecimento. Não vou continuar a insistir como é que não deram conta, como é que não perceberam... Pelas suas próprias palavras, agiram com base no princípio da confiança, teriam outra verificação da segurança jurídica se houvesse uma assinatura do ministro... Olhe, não houve, não era preciso haver e as coisas deram no que deram.

Peço, ainda assim, um esclarecimento que tem que ver com a porta de entrada no Governo. Mesmo não havendo essa regra em vigor, havia uma prática, e, independentemente de haver uma lei, a lei, digamos assim, era a

de a interação da TAP com o Governo ser através do Ministério das Infraestruturas e da Habitação — isto foi dito pela Eng.^a Christine Ourmières-Widener.

Há pouco, quando falou da questão do Estatuto do Gestor Público e dos contratos de gestão — e nós temos cartas dos administradores da TAP dirigidas ao Ministério das Finanças e ao Ministro Pedro Nuno Santos, quer de setembro de 2021, quer, salvo erro, de novembro de 2021 — eu não entendi como é que estes assuntos foram tratados no Ministério das Infraestruturas, tendo em conta que era só com esse Ministério, praticamente, que a TAP interagia, e em que medida é que este assunto foi tido em conta, poucos meses mais tarde, relativamente à saída da Eng.^a Alexandra Reis.

A pergunta foi muito longa e teve muitos considerandos, mas pergunto-lhe se esta questão da tutela prática, factual, do Governo, foi ou não assumida pelo Ministério e com que consequências concretas na interação com a TAP e depois no caso da Eng.^a Alexandra Reis.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — A interação com a tutela setorial era, de facto, muito frequente e o Secretário de Estado, o Dr. Hugo Mendes, tinha essa preocupação, mas isso é normal e uma grande parte dos Secretários de Estado faz isso, tem reuniões periódicas com as empresas — aliás, o meu atual Secretário de Estado tem reuniões de coordenação mensais com a IP com o IMT e com a CP.

Ora, o Secretário do Estado Hugo Mendes também fazia isso com a TAP. Portanto, essa ligação existia de forma próxima e não era motivo para evitar o contacto direto da TAP com as Finanças. Isso, de facto, nunca aconteceu. Pelo menos, em alguns processos em que tive intervenção, não me recordo mesmo de isso ter acontecido, porque, de cada vez que a TAP necessitava de uma reunião com as Finanças, essa reunião era marcada e, muitas vezes, nem era necessário ir a tutela setorial, quando eram

determinados assuntos... Há pouco dei o exemplo do tema da abertura de capital, mas houve outras reuniões.

Agora, no processo da Eng.^a Alexandra Reis, de facto, houve aqui uma falta de articulação, porque presumimos que a TAP a faria, como acontece com outras tuteladas, presumimos também que, fruto desse contacto, não direi diário, mas pelo menos semanal, o Secretário de Estado, o Dr. Hugo Mendes, tinha com o secretário do Estado do Tesouro, Dr. Miguel Cruz, essa articulação também podia ter sido feita, mas, infelizmente não foi. É isto!

Acrescento só que, apesar de também ter sido aqui dito pelo Sr. Inspector-Geral das Finanças, não havia um dever legal de a fazer, Mas, pronto, de facto, não foi feita.

O Sr. Presidente: — Vamos passar à segunda ronda de perguntas.

Como sabe, os Srs. Deputados fazem uma intervenção por 5 minutos em continuidade e, depois, a Sr.^a Dr.^a Maria Antónia Barbosa de Araújo responde no fim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Doutora, queria continuar, já agora, no tema, que abordou nas duas intervenções anteriores, do Estatuto do Gestor Público.

Como já referiu, não era desconhecimento do Ministério e não era desconhecimento da Sr.^a Doutora que a administração da TAP estava debaixo da alçada do estatuto jurídico que enquadra legalmente o gestor público.

Desse ponto de vista, é obrigatória, de acordo com o Estatuto do Gestor Público, a celebração de contratos de gestão. Aliás, a lei é bastante clara quando diz que há 90 dias para a celebração do contrato de gestão e,

aliás, esse foi um dos pontos também que a própria IGF identificou no relatório que fez.

Pergunto-lhe diversas questões sobre esta matéria.

A primeira é se eles chegaram a ser elaborados, se houve um processo negocial, se foi como aquilo que se disse publicamente, ou seja, por haver uma falta de acordo em relação ao seguro de responsabilidade dos administradores e quem é que pagaria esse seguro, que não foi executado esse contrato de gestão, ou se foi porque eles impediriam algum tipo de compensação por cessação de funções, porque essa era a consequência também do ponto de vista jurídico. É que, havendo um contrato de gestão, a lei diz, especificamente, que não pode haver qualquer tipo de compensação por cessação de funções.

Por isso, pergunto-lhe se isso foi analisado e se esse cálculo foi incorporado ou não, se foi alguma das circunstâncias anteriores, ou se foi uma outra qualquer que não identifiquei neste contexto.

Em todo o caso, o ponto relevante é: porque não foi cumprida a legislação relativa ao contrato de gestão previsto no Estatuto do Gestor Público?

A segunda questão é se este tema foi discutido com as Finanças, ou se havia até o entendimento, por parte do Ministério das Infraestruturas, de que esta era uma temática que seria mais da alçada das Finanças do que do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, se houve aqui um vazio de responsabilidade que levou à inexistência dos contratos de gestão e se esta inexistência, ou, pelo menos, o conhecimento dela, era algo partilhado, conhecido e consciente por parte das duas tutelas.

Tenho um segundo grupo de questões relativas ao negócio de Neeleman e à forma como a CEO denunciou esse negócio à tutela.

É público, já foi assumido publicamente, que, na altura em que houve a denúncia e que se perspetivou a possibilidade de haver uma entrada que

lesou os interesses de David Neeleman na TAP, o próprio Ministério entregou a matéria ao Ministério Público.

A pergunta é sobre qual foi a sequência que depois foi dada: ficaram pela entrega da informação ao Ministério Público, ou houve mais algumas ações? Se sim, quais e em que contexto?

Ainda sobre a ideia da privatização, da abertura de capital da TAP a outros *players*, coloco-lhe uma dupla pergunta sobre esta matéria.

Primeira, tem conhecimento de algum acordo com a DGComp, com a Comissão Europeia, no sentido de haver intenção de entrada de privados na TAP e se há algum privado, em particular, nessas discussões? Disse-nos que não participou num conjunto de discussões na fase final, mas participou ou teve conhecimento, pelo menos, dos documentos na fase inicial, pelo que lhe pergunto se teve algum conhecimento desta informação.

Segunda, pergunto-lhe se participou, ou se tem conhecimento, ou se confirma a existência de uma reunião no dia 22 de junho de 2022, entre a CEO da TAP e o CEO da KPLM e, se ela se realizou, qual o conteúdo objetivo dessa reunião, no que lhe terá chegado aos ouvidos.

Estou a fazer-lhe a pergunta desta forma, porque imagino que não participou, se tiver participado, a pergunta, obviamente, é qual foi o conteúdo dessa reunião e de que forma ela se enquadra na lógica de privatização da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Penso que a Sr.^a Doutora conseguiu captar todas as perguntas.

Tem, então, a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Em relação aos contratos de gestão, sim, de facto, havia um entendimento de que esta matéria dos contratos de gestão — não só em relação à TAP, mas a todas as

tuteladas, como eu já referi há pouco — tinha sempre de ter uma intervenção muito detalhada da UTAM e, nessa medida, estão na dependência do Ministério das Finanças.

Portanto, nós recebemos as comunicações de setembro e, mais tarde, de novembro. Confirmando que, de facto, havia aquela questão relacionada com o seguro de responsabilidade civil, que o Dr. Manuel Beja teve a oportunidade aqui de falar com maior propriedade do que eu, e toda essa informação foi transmitida, oportunamente, ao Ministério das Finanças.

Não consigo dar uma razão concreta sobre porque é que os contratos de gestão, entretanto, não foram assinados. Sinceramente, não vejo que tenha sido por qualquer uma destas hipóteses que o Sr. Deputado elencou.

Quem acompanhou o tema foi de facto o Secretário do Estado, Dr. Hugo Mendes, junto das Finanças e eu creio que será melhor depois ser ele a esclarecer exatamente porque é que não se deu seguimento.

Agora, não é uma situação propriamente inédita em relação à TAP. Isto acontece com outras empresas tuteladas. Os contratos de gestão são sempre... Nunca é um processo muito rápido, porque vêm os pareceres da UTAM, os pareceres da UTAM são remetidos às entidades tuteladas, as entidades tuteladas também fazem uma avaliação, depois vêm outra vez à tutela setorial. Portanto, há aqui uma série de interações que normalmente atrasam esses processos. Não é uma situação que seja exclusiva da TAP e não vejo qualquer nexo de causalidade com a hipótese que o Sr. Deputado colocou em terceiro lugar de ser uma forma de não poder haver lugar a um pagamento compensatório numa cessação de funções. Não me parece que tenha sido esse o caso.

Portanto, sim, foi discutido com as Finanças e sim, de facto, à semelhança do que acontecia no perímetro das outras tuteladas que tínhamos na nossa era governativa, considerávamos que era um tema predominantemente das Finanças mais até do que do Ministério das

Infraestruturas e da Habitação, mas nunca nos escudámos a trabalhar com as Finanças em relação a isto. Nunca nos escudámos.

Sobre o negócio dos Airbus, a TAP fez uma participação, mandou-nos uns relatórios de auditoria a 23 de setembro, nós recebemos, os relatórios já vinham com uma série de pareceres, a informação foi levada aos Srs. Ministros das Finanças e das Infraestruturas e da Habitação, que foram alertados para o dever de agir com uma participação criminal.

No Ministério das Infraestruturas e da Habitação tivemos o cuidado de pedir o aconselhamento ao JurisAPP, ao Centro de Competências Jurídicas do Estado, que ajudou na elaboração da participação criminal — fizemos, aliás, uma ou duas reuniões —, que, depois, foi encaminhada para a Procuradoria-Geral da República.

O inquérito está a correr, não recebi mais nenhuma... Agora, estou a falar em mim, porque fui eu que recebi depois o despacho de abertura do inquérito, portanto, posso confirmar que o inquérito está a correr, mas, entretanto, não tive mais qualquer informação sobre o processo.

A participação foi apresentada no dia 12 de outubro, tenho essa data presente, porque eu e o meu colega das Finanças assinámos a participação em representação dos nossos ministros e é um processo também que, lá está, como era uma saída externa do Ministério — e um processo que vai ter continuidade, seguramente — esse é um exemplo que pode ser tipificado como um dos casos que está no arquivo geral do ministério, acessível.

Sobre a reunião do dia 22 de junho de 2022, de que me falou, que foi entre o CEO da KPLM e a CEO da TAP, eu não consigo, agora, aqui confirmar a existência dessa reunião, mas vou tomar por boa a informação que o Sr. Deputado me deu. Eu não participei nessa reunião, segundo me recordo, porque, ainda por cima, não tenho aqui o calendário dessa altura, portanto nem sequer consigo confirmar se algum membro do Governo da área governativa das Infraestruturas e da Habitação esteve nessa reunião.

Se for importante, posso fazer chegar esses dados depois à CPI, porque estar assim a falar de cor não... Pronto, admito que estou a tomar por boa a informação do Sr. Deputado, mas não consigo confirmar se existiu e qual era o objetivo da mesma.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carvalho.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Dr.^a Maria Araújo, começaria por uma questão inicial, que parece que é importante que seja colocada nos termos corretos. Eu confesso que acrescenta pouco aqui a esta Comissão nós criamos uma narrativa de quando tempo falou ao telemóvel, quando é que foi...

Eu acho que a pergunta que, verdadeiramente, deve ser feita e por isso gostaria de a colocar, porque isso é que é factual, é a seguinte: no âmbito dos contactos que fez com o Dr. Pedro Nuno Santos, porventura, houve alguma combinação para esta audição? Esta é a única coisa factual que nos interessa aqui ouvir, pelo que é a pergunta que deixo aqui colocada, pedindo ao Sr. Presidente o mesmo zelo que teve há pouco nas intervenções.

Posta esta questão, gostaria de passar à factualidade de alguns eventos que nós aqui temos assistido ao longo destas audições e começaria precisamente por isto: ao longo deste processo de indemnização de Alexandra Reis, nós conhecemos uma proposta inicial, que consta desse *e-mail* do dia 2, de que foi dado conhecimento, de 1,3 milhões de euros, que passa para 700 000 e que passa, depois, para 500 000 euros.

Pelo meio, temos uma ex-CEO da TAP a informar que, na altura, Antonoaldo Neves recebeu na íntegra, até ao final do mandato, a indemnização a que tinha direito, o que implicitamente leva, em situação

análoga, a que a indemnização de Alexandra Reis fosse desse valor inicial de 1,3 milhões de euros.

Entretanto, ninguém sabia, nem foi informado, do Estatuto do Gestor Público.

A ex-CEO da TAP tem um envolvimento direto no processo de negociação, como aqui foi demonstrado, agiliza no sentido objetivo de que o acordo é favorável, conforme recomenda a informação escrita, que recomenda esse acordo, marca reuniões — aliás, é por sua iniciativa que há esta alteração ao Conselho de Administração que conduz, evidentemente, a este processo — e isto não é comunicado, em momento algum, ao Presidente do Conselho de Administração, que tinha a responsabilidade de articular com a tutela acionista, em particular com a área financeira.

Portanto, aquilo que nos parece, ao longo desta audição, e fazendo esta analogia a um funil, é que, ao longo desta cadeia de informação, em que no topo está a CEO com um conjunto alargado de informação, enquanto *player* ativo, essa informação é simplificada logo que chega à cadeia e que no final da ponta do funil há apenas a informação que aqui foi dita por si, que foi transmitida ao ministro, ao então Ministro das Infraestruturas e da Habitação, com os valores que estavam em causa, sem o acordo de cessação das relações contratuais anexado, e que, tal como é transmitido, e peço que confirme isso, no seguimento da reunião do dia 1 de fevereiro este era o valor mínimo possível, que não era possível reduzi-lo mais e que esta decisão é tomada pelo conforto que a TAP pede na tomada desta decisão.

Pedia-lhe que confirmasse, dentro daquilo que é a sua cronologia e a sua intervenção neste processo, as informações que acabei de proferir.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Não, não houve nenhuma combinação factual entre mim e o Dr. Pedro Nunes Santos para preparar esta audição.

Em relação à segunda pergunta, confesso que me perdi um bocadinho. Embora eu tenha tomado notas não percebi qual era a pergunta final

Se o Sr. Deputado pudesse repetir...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carvalho, faça favor.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Eu compreendo que esta não fosse propriamente das mais fáceis de tomar nota.

Aquilo que eu pedi para validar na informação que lhe diz respeito, é que naquela base de funil da tomada de decisão há uma informação que é simplificada ao, então, ex-Ministro das Infraestruturas e que ela é tomada com base na informação que lhe é dada da reunião dos valores, nomeadamente naquela mensagem, e com a informação de que esse valor, pela informação que tinha da reunião do dia anterior, do dia 1, era um valor que não era possível reduzir mais.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Exatamente!

Portanto, na reunião do dia 1 de fevereiro, que foi através da plataforma *Teams*, em que eu participei a pedido do Sr. Secretário de Estado, Adjunto das Comunicações, Dr. Hugo Mendes, e que foi conduzida pela Eng.^a Christine, com a presença do advogado Dr. César Sá Esteves e, nessa reunião, o Dr. César Sá Esteves transmitiu que muito dificilmente seria possível baixar mais o valor para além dos 500 000 euros, uma vez que, por aquilo que nos foi dado a entender, a negociação já tinha sido iniciada no dia

25 de janeiro, e, desde essa data, até o dia 1 de fevereiro o valor já tinha decrescido substancialmente.

Portanto, os 500 000 seria o limite... É o valor três vezes inferior àquele que era o valor do início da negociação. Portanto, sim, isso foi-nos transmitido e, nessa sequência, o Secretário de Estado deu orientação — uma vez que era um valor bastante expressivo, mas sem querer lesar, obviamente, os interesses, também, da Eng.^a Alexandra Reis, nem os da TAP —, para tentar descer ao mínimo possível.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Doutora, começo por retomar uma resposta sua de há pouco que gostaria de clarificar: a Eng.^a Christine assinou o contrato com a TAP em junho de 2021, esse contrato tem uma componente variável, chamemos-lhe um bónus, no entanto, este bónus não é ratificado pela Comissão de Vencimentos, atendendo ao plano de reestruturação; no meio disto tudo, a Eng.^a Christine diz-se, através de *e-mail*, enganada; a Dr.^a Ana Malheiro, da TAP, diz que o bónus não pode vir já a público — tudo isto são informações que constam dos nossos arquivos; e, finalmente, há um *e-mail* que a Sr.^a Doutora diz que resolve o problema e, quando o fizer, volta ao contacto com a Eng.^a Christine.

Portanto, gostaria que confirmasse esta cronologia.

Outra questão que nos causa profunda estupefação tem a ver com o seguinte: é competência do titular da função acionista tratar, obviamente, da proposta de nomeação dos órgãos sociais. O Ministério das Finanças pede-lhe a si para informar a CEO e o PCA da TAP sobre a nomeação de Gonçalo Pires como CFO.

Por conseguinte, é evidente que é natural presumir que fique na cabeça do Dr. Manuel Beja e da Eng.^a Christine que é o Ministério das

Infraestruturas e Habitação que aciona e conduz este processo e que, no fundo, é a única porta de entrada perante ambos em relação ao Governo. Não acha isso uma dedução natural?

A segunda questão que queria colocar-lhe tem a ver com o seguinte: disse há pouco que, em todo o processo de dispensa da Eng.^a Alexandra Reis, houve, naturalmente, boa-fé, que acharam, com naturalidade, que, estando os escritórios de advogados a assessorar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, na pessoa da Presidente, neste processo, não havia razão, no vosso entendimento, para que houvesse qualquer necessidade de respaldo extra.

Em nenhum momento da vossa apreciação vos saltou à clarividência que, numa sociedade onde há órgãos sociais, não compete aos órgãos sociais julgar, demitir ou nomear os pares? Que não é razoável sequer que sejam os pares — neste caso, a presidente executiva — a demitir, a negociar saídas ou, até, a nomear pares do órgão social a que ela pertence? Essa é uma regra básica do Código das Sociedades Comerciais, e a pergunta que lhe faço é se isso não vos assaltou imediatamente e não vos fez soar o alarme.

Outra questão que queria colocar-lhe tem a ver com o *e-mail* da CEO para o Dr. Hugo Mendes e para o Dr. Miguel Cruz, em 7 de janeiro de 2022, que diz o seguinte: «Caros Hugo e Miguel, tive o prazer de ter uma conversa com o Pedro Nuno Santos, que confirmou a minha *performance* em 2021, que foi boa, e que eu poderia esperar ter todos os KPI (*Key Performance Indicator*) completados, embora não estejam definidos, e a correspondente parte do bónus para o período de 25 de junho a 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, estou disponível para a definição dos KPI em 2022. Christine».

Esta boa *performance* entre 25 de junho e 31 de dezembro de 2021, sem KPI definidos, foi reconhecida? A Comissão de Vencimentos foi informada deste cumprimento? Validou?

E, finalmente, uma pergunta sobre uma coisa que a Sr.^a Doutora disse, e que eu vou ler, porque tomei nota para não correr o risco de má interpretação. Disse a Sr.^a Doutora há pouco, na última intervenção, que havia um contacto diário entre o Dr. Hugo Mendes e o Dr. Miguel Cruz, da área das Finanças. Tomando como boa a sua informação, de que este contacto era diário, eu diria regular, acha que é plausível que, em nenhum momento, o Dr. Hugo Mendes tenha comentado, mesmo que informalmente, com o Dr. Miguel Cruz a questão da Eng.^a Alexandra Reis e a sua saída da companhia?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

A Sr.^a Maria Antónia Barbosa de Araújo: — Sr. Deputado, em relação à cronologia referente à componente variável do bónus, confirmo a cronologia que o Sr. Deputado referiu. Falta apenas acrescentar a essa cronologia... Não, não falta. Creio que também terá na sua cronologia a minha resposta ao *e-mail* da Eng.^a Christine.

O que não tem na sua cronologia é o seguimento dado através do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Dr. Hugo Mendes. Depois desta sinalização da Eng.^a Christine Widener, eu reencaminhei, por *e-mail*, as preocupações que eram relatadas no *e-mail* da Dr.^a Ana Malheiro, e o Secretário de Estado deu seguimento através do contacto com as Finanças, com o Secretário de Estado do Tesouro. Eu não acompanhei, depois, a finalização deste processo, a conclusão deste processo.

Quanto ao *e-mail* que o Sr. Deputado refere, em que foi delegada pelo Ministério das Finanças... Eu não tenho, de facto, esse *e-mail*, eu não consigo recuperá-lo, não o trouxe comigo e não consigo agora aqui, neste momento, recuperá-lo. Portanto, eu não me sinto habilitada a confirmar este

esclarecimento, mas posso fazê-lo e posso fazê-lo chegar à Comissão. De facto, não tenho memória deste *e-mail*.

O Sr. **Presidente**: — Entretanto, pode ir respondendo às outras questões e, depois, faz-se chegar o *e-mail*?

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Em relação à questão sobre se não soou o alarme quanto aos pares não poderem nomear ou destituir, pelas razões que já expus, o melhor que consegui, não, esse alarme não soou. Não consigo explicar de outra forma, mas não, não soou esse alarme.

Passado todo este tempo e depois de tudo o que sabemos agora, também temos alguma confirmação e alguma constatação de que as coisas também não eram tão preto no branco, não é? Portanto, havia também a questão do vínculo privado da Eng.^a Alexandra Reis, que também pode ter levado os escritórios de advogados envolvidos a optarem pela aplicação subsidiária do Código das Sociedades Comerciais.

Soubemos hoje também que, ao contrário do que era pressuposto, daquilo que está no relatório da IGF, a Eng.^a Alexandra Reis não terá de devolver a totalidade do montante que foi acordado com a TAP. Portanto, não, esta não foi uma questão que tivesse feito soar alarme.

O *e-mail* de 7 de janeiro não me foi dirigido, foi dirigido apenas a membros do Governo, portanto, não tive conhecimento dele, e por esse motivo também não posso comentar ou esclarecer o Sr. Deputado sobre a questão que fez, simplesmente porque não participei neste processo.

E, finalmente, em relação ao contacto diário ou mais regular, eu utilizei, de facto, o termo «diário», mas se calhar é um bocadinho abusivo. Vou substituí-lo, se me permite, Sr. Presidente, por «regular», porque também não quero cometer exageros. Mas, de facto, era um contacto muito

próximo e muito regular entre os dois Secretários de Estado e, precisamente, por ser tão regular é que, sim, houve essa presunção de que poderia ter havido essa articulação. Houve aqui um encadeamento de presunções, não é? Por um lado, a presunção de que a TAP podia ter articulado com a área governativa das Finanças, à semelhança do que acontecia com outras entidades tuteladas, e, por outro lado, *a posteriori*, que os Secretários de Estado podiam ter articulado entre si, mas constatamos, agora, que não foi isso que aconteceu.

E agora que já tenho o *e-mail* aqui à minha frente, se o Sr. Deputado puder recuperar a pergunta, eu agradeço.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É competência do titular da função acionista da proposta, obviamente, de nomeação dos órgãos sociais. O Ministério das Finanças pediu-lhe para informar a CEO e o PCA da TAP sobre a nomeação do Dr. Gonçalo Pires como CFO da TAP.

É evidente que é natural presumir que, do ponto de vista da sensação, da impressão, da convicção com que o Dr. Manuel Beja e a Eng.^a Christine Widener ficam é que é o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, que aciona e que conduz o processo e, portanto, daí inferir que do ponto de vista de porta de entrada no Governo para o relacionamento com a TAP é o Ministério das Infraestruturas e da Habitação.

Portanto, a pergunta que lhe faço é se não acha natural, compreensível que, depois desta circunstância, esse caso concreto que consta do *e-mail*, o Dr. Manuel Beja e a Eng.^a Christine presumissem que, em nome do Governo, seria o Ministério das Infraestruturas e da Habitação bastante e suficiente para as instruções de articulação, como este *e-mail* que lhe passamos é um exemplo claro.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Maria Araújo, faça favor.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Muito obrigada, Sr. Deputado, e obrigada também por me ter facultado o *e-mail*.

Esta situação não é inédita. Aconteceu também em relação a outras entidades tuteladas. No fundo, o meu colega, o chefe de gabinete do Sr. Ministro das Finanças, está a pedir-me para comunicar a designação do administrador financeiro ao Presidente do Conselho de Administração e à CEO. Eu encarei isto com naturalidade, não vejo aqui... Não foi, de facto, uma situação inédita. Já tinha acontecido, por exemplo, com a IP, em que, neste caso, a vogal financeira era designada pela área governativa das Finanças, mas fomos nós, tutela setorial, que tratámos de toda a documentação necessária à instrução da assembleia geral junto da representante da DGTF, e também fomos nós que informámos o Presidente do Conselho de Administração executivo da designação da vogal financeira.

Estou a tentar agora recordar-me de outros casos... Na CP, não aconteceu, porque a vogal financeira foi reconduzida. Mas, sim, encarei com naturalidade. Acho que não há ligação, não me parece que haja uma conexão, não me parece que isto tenha sido pedido no sentido de «vocês é que são a porta de entrada, vocês é que falam com a TAP», porque não era assim. Foi uma situação pontual que aconteceu.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, houve só uma pergunta a que a Sr.^a Doutora não respondeu, provavelmente porque me expliquei mal.

Quando lhe perguntei sobre a questão do sinal de alarme, não tem a ver com ser gestor público ou ser detida maioritariamente por capitais público, não é isso. O que lhe perguntei foi o seguinte: numa empresa que tem órgãos sociais — conselho de administração, conselho fiscal, comissão

executiva — e tem os acionistas em assembleia geral, independentemente de os capitais serem públicos, achou que era possível dentro do mesmo órgão, entre os pares, ser um dos pares a demitir, a contratar e a negociar? Esta é exclusivamente função do acionista, ou do representante do acionista; não é o Presidente da Comissão Executiva, seja público, seja privado, que demite um colega de administração. Os colegas de administração são nomeados em assembleia geral, por indicação dos acionistas, assim como são destituídos pelo mesmo órgão, digamos, no mesmo formato.

E a questão que eu coloquei, que, julgo, não percebeu, não era a questão de ser gestor público ou... Não era ainda aí. A questão é: quando apareceu a Sr.^a CEO, enfim, com vontade ou com interesse em prescindir ou deixar de ter a Eng.^a Alexandra Reis como administradora, não se aperceberam de que ela não podia ser promotora de uma ação dessas, porque ela estava a tratar de um dos pares do órgão colegial a que pertence?

Portanto, não pode fazer isso. Tem de ser o acionista ou os representantes do acionista. Essa é uma questão prévia, não é? E isso não foi suficiente para vos soar o alarme e para pensarem: «alto, tem de ser o acionista a conduzir esse processo. Como é que a senhora está a conduzir um processo de destituição ou de nomeação de um par?»

É uma questão prévia, quer dizer, básica. Num conselho de administração, nenhum administrador pode propor, digamos, a demissão ou negociar sequer a demissão de outro par. Essa é função do acionista ou do representante. E essa foi a pergunta, que não sei se agora ficou mais clara.

A Sr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu percebi a pergunta e reitero a resposta: não, não soou nenhum alarme.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Felipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr.^a Doutora, pelas respostas da primeira ronda.

Sr.^a Doutora, o que se passou em todo este processo foi tão mau, tão mau que, permita-me, vou fazer uma metáfora para todos percebermos como, efetivamente, isto ocorreu. E permita-me que diga assim, levando isto para a Walt Disney: Pedro Nuno Santos seria o Professor Pardal, um homem inteligentíssimo, com excelentes ideias, mas que, às vezes, provocava uma reação irritada das outras pessoas, porque causava muitos desastres.

Senão, vejamos: assina num despacho conjunto com o Ministro das Finanças, no dia 26 de dezembro, a pedir explicações à CEO da TAP por uma coisa que ele tinha ordenado, ou seja, «eu mando fazer uma coisa e depois vou pedir explicações a quem mandei».

Depois, na linha do tempo, como dizia o Sr. ex-Ministro, deu anuência política para fechar o processo. Em comunicado, revela que, desde a sua demissão, tem tentado reconstruir a fita do tempo, no que respeita, concretamente, a comunicações não institucionais. Ou seja, estamos no recreio, não estamos no Ministério, repito, estamos no recreio, comunicações não institucionais.

Depois, diz que encontrou, nesse mesmo comunicado, uma comunicação da chefe de gabinete, a Dr.^a Maria Araújo, e do Secretário de Estado à data, Hugo Mendes, que informaram do acordo a que tinham chegado as partes, e é aqui que surge o resto. Portanto, Hugo Mendes será o Lampadinha, aquela pessoa brilhante que tem sempre algo e que resolve os problemas todos, aquele que foi ter com a CEO e disse: «Pá, vamos lá agora arranjar um comunicado e explicar o que nós arranjámos, o imbróglio que nós causámos. Pá, vamos lá trabalhar aqui um comunicado, para que a gente não possa ficar mal, e vocês arrumem-se e decidam quem fica com a culpa.»

E, entretanto, — figura de estilo — há o sobrinho Pascoal, que é a assistente, que é a pessoa que está por dentro de tudo, que conhece tudo, que sabe os *dossiers* todos, mas que não é visível. O trabalho não visível.

Portanto, a primeira questão que lhe coloco, Sr.^a Doutora, é se reconhece que, tal como na Walt Disney, o Ministério das Infraestruturas, liderado por Pedro Nuno Santos, era uma verdadeira comédia, porque é a conclusão a que chegamos.

Depois, queria perguntar-lhe concretamente: porque é que se demitiu Pedro Nuno Santos? O porquê todos nós sabemos. Esqueceu-se de que tinha autorizado um pagamento que não podia autorizar, porque não era Ministro das Finanças, mas, sim, Ministro das Infraestruturas, portanto, não podia autorizar um pagamento, porque não estava nas suas competências.

Porque é que, do outro lado, terão aceitado? Certamente, porque Hugo Mendes terá dito que a porta de entrada na TAP era pelo Ministério das Infraestruturas, ou seja, um claro abuso de poder do Secretário de Estado à data Hugo Mendes.

Porém, isto não acaba aqui. A Presidente da TAP foi afastada por violação grave nos atos de gestão. Presumo que esta violação grave dos atos de gestão foi ter indemnizado em 500 000 euros a Eng.^a Alexandra Reis, tendo este ato de gestão sido causado pelo Ministro demissionário.

A segunda questão é esta: naturalmente que tudo o que aqui está é grave demais, a demissão do Ministro é bem pedida, mas queria perguntar-lhe — poderá eventualmente saber, ou não: por que razão António Costa não terá rejeitado a demissão de Pedro Nuno Santos? António Costa rejeitou a demissão de João Galamba. Tudo bem, e é certo que não morremos de amores por Pedro Nuno Santos, mas reconhecemos que é bem mais competente do que João Galamba, que conhece muito mais a pasta em questão do que João Galamba.

Portanto, a questão que lhe coloco, objetivamente, é: António Costa deixou cair Pedro Nuno Santos, porque via nele o principal opositor na liderança do Partido Socialista? E eu pergunto-lhe isto porque também foi candidata a autarca de uma freguesia aqui em Lisboa, faz parte da máquina socialista e saberá como é que isto funciona, é política. António Costa via em Pedro Nuno Santos o principal opositor político e, por isso, deixou-o cair e António Costa vê que João Galamba não aquece, não arrefece, é um para-raios, então vamos segurá-lo. Terá sido este o real motivo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, agradeço as suas questões.

Primeira questão: não, obviamente que não reconheço a metáfora que acabou de fazer; obviamente que não me revejo, nem posso identificar qualquer um dos membros do Governo com a metáfora que acabou de construir; não, o Ministério das Infraestruturas e da Habitação não era uma comédia — era um ministério levado de forma muito séria e muito rigorosa.

Era uma equipa constituída por cerca de, no total, a contar com o *staff* administrativo, com os membros do Governo e com os membros dos gabinetes, 65 pessoas que, todos os dias, estavam ali, dedicados, em exclusividade, a prosseguir a missão pública, a defender os melhores interesses das empresas tuteladas e que o faziam com total lealdade e com total dedicação aos membros do Governo.

Portanto, não me revejo e não posso sequer fazer qualquer correspondência entre a metáfora que o Sr. Deputado construiu e a forma como funcionava o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, liderado pelo Sr. Ministro Pedro Nuno Santos. Aliás, já tive a oportunidade, hoje, de esclarecer muitos factos que vão exatamente em sentido contrário àquilo que

o Sr. Deputado acabou de efabular e, por esse motivo, até estou grata de me terem convocado a esta Comissão de Inquérito, porque me permitiu esclarecer esses factos.

Os motivos pelos quais o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos se demitiu são públicos, estão no comunicado que foi divulgado na madrugada de 28 para 29 de dezembro. À data da demissão, o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos considerou que, com a informação que tinha e que era dada pelo Sr. Secretário de Estado e com aquilo que era a perceção pública, devia assumir a responsabilidade política pela situação.

Não consegui perceber a pergunta relativa ao alegado abuso de poder do Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes, portanto, não consigo responder, porque nem sequer consegui perceber. Se o Sr. Deputado quiser repetir... Mas, entretanto, posso responder às outras dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — É melhor responder. Depois, no final, damos então a oportunidade ao Sr. Deputado de repetir essa pergunta.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Quanto à demissão da CEO e do Presidente do Conselho de Administração, volto a repetir que, a partir do dia 4 de janeiro de 2023, deixei de ter qualquer ligação aos assuntos da aviação relacionados com a TAP e, portanto, são-me alheias as motivações que estão na base desta decisão. Não a conheço juridicamente e, portanto, não me posso pronunciar sobre ela e muito menos me poderei pronunciar — e o Sr. Deputado decerto compreenderá — sobre por que motivo o Sr. Primeiro-Ministro aceitou a demissão do Sr. Ministro Pedro Nuno Santos e não aceitou a demissão do Sr. Ministro João Galamba. Obviamente que não me posso pronunciar sobre decisões do Sr. Primeiro-Ministro.

Mas não estou aqui para dar a minha opinião, Sr. Deputado. Não sou comentadora, não tenho essa ambição e muito menos o seria numa comissão de inquérito parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora dar oportunidade ao Sr. Deputado Filipe Melo de repetir a questão que pôs há pouco.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Doutora, a questão relativa ao abuso de poder do, à data, Secretário de Estado Hugo Mendes é muito simples: ou realmente abusou dos poderes e das competências que tinha ou foi mandatado para o fazer e a ser mandatado, teria de ser Pedro Nuno Santos a mandatá-lo para isso.

Alguém que diz à CEO de uma companhia com este interesse estratégico nacional, que todos sabemos, que a porta de entrada no Governo é pelo Ministério das Infraestruturas, portanto, estava a marginalizar e a desautorizar completamente o Ministério das Finanças, estava a chamar a si a responsabilidade de todos os contactos da TAP, o que veio, efetivamente, a acontecer e que espoletou isto tudo que sabemos.

Sabemos também que nos parece realmente abuso de poder ou mandatado para tal — só há essas duas soluções, não há outra! — quando, após o despacho que Pedro Nuno Santos e Fernando Medina subscrevem, Hugo Mendes vai, juntamente com a CEO e o PCA preparar a resposta. Ou seja, o Ministro da tutela desconhece o motivo que estava na origem da questão e o Secretário de Estado vai à fonte e prepara, em conjunto, a resposta que o seu Ministro não sabia, porque, se soubesse, presumo que não teria assinado o despacho.

Portanto, das duas uma: ou Hugo Mendes usou e abusou dos poderes que não tinha ou foi mandado por Pedro Nuno Santos. E a questão é simples:

qual das duas? E a Sr.^a Doutora, naturalmente, na posição em que estava, sabe qual das duas, ou seja, ou foi mandado fazer ou abusou dos poderes.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, na posição em que estou, posso dizer-lhe que não foi nenhuma das duas, porque obviamente que o Sr. Secretário de Estado, Dr. Hugo Mendes, não abusou de poder algum, até porque o contexto em que essa indicação que a CEO terá dito que lhe terá sido dada há de ser explicado pelo próprio. Não sou eu a melhor pessoa para a explicar, porque não fui eu que a emiti.

Agora, tudo tem um contexto, e esse contexto há de ser explicado e há de ser explicado pelo próprio, e, portanto, sugiro ao Sr. Deputado que, quando cá estiver o Sr. Secretário de Estado, lhe coloque a questão.

Agora, não enquadro isso, não tipifico como abuso de poder. O Secretário de Estado Hugo Mendes tinha delegação de competências, que era pública, na área da aviação e dos transportes aéreos e sempre agiu no âmbito da sua delegação de competências, e essa delegação de competências foi atribuída pelo Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

Em relação à reunião de dia 26 de dezembro, nenhum membro do meu gabinete, nem eu própria, fomos convocados para essa reunião. Eu desconhecia a existência dessa reunião, até ao momento em que o Deputado Bernardo Blanco a referiu, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, por esse motivo, também me vou abster de comentar o que se passou nessa reunião. Não tenho conhecimento, não participei, nenhum elemento do meu gabinete participou.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, gostava de pedir ao Sr. Presidente que relembresse à Sr.^a Doutora que está numa Comissão de Inquérito. A Sr.^a Doutora é uma excelente jurista — todos nós sabemos — e tenta dar a volta, como bem entende, às questões.

Sr.^a Doutora, há questões a que não se pode fugir. Quando me diz que, na primeira questão que lhe faço, é delegação de competências do Secretário de Estado, há de me mostrar onde é que isso está. É porque a delegação das suas competências tenho aqui. A do Secretário de Estado se me souber explicar onde é que está o despacho que diz que ele se pode substituir ao Ministro e dar instruções à CEO de uma empresa cujo maior acionista é o Estado, que é com ele que vai falar, peço à Sr.^a Doutora que nos faça chegar este documento.

Quanto à segunda questão, a Sr.^a Doutora não se pode abster de comentar, porque isto não é um comentário; é uma questão que lhe coloquei de sim ou não. E a Sr.^a Doutora, como excelente jurista que é — volto a dizer-lhe novamente — tem de saber que, enquanto chefe de gabinete, está nas suas competências também responder a esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Maria Araújo, pretende dizer algo mais, além da resposta que deu?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Bom, eu, tal como não posso condicionar a pergunta, também não posso condicionar a resposta.

Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, vai-me desculpar, mas não concordo com a posição que o Sr. Presidente tomou, nem concordo tão pouco com a resposta. Esta é uma Comissão de Inquérito! Se qualquer pessoa que se sentar naquele lugar disser «não, não, não e não», fechem as portas, façam o relatório e levem-no a Plenário, porque não estamos cá a fazer nada.

Sr. Presidente, vai-me desculpar, com o devido respeito. São questões técnicas, objetivas, que estão enquadradas perfeitamente no âmbito desta Comissão, nem podem dizer o contrário.

Portanto, a Sr.^a Doutora vem aqui e tem o dever de responder. Tem direitos? Tem. Neste caso, os direitos não foram abalroados. Tem o dever de responder não a mim, mas perante esta Comissão. E o Sr. Presidente, enquanto garante da condução dos trabalhos desta Comissão, tem de exigir as respostas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se me permite, no início da Comissão, li os direitos e os deveres do depoente que são enunciados, e que resultam da articulação das normas do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares com as do Código de Processo Penal.

Sr.^a Dr.^a Maria Araújo, relembro-lhe, mais uma vez, os direitos e os deveres que lhe li, e que a senhora, garantidamente, conhecerá e reconhecerá. A pergunta que lhe faço é se, perante esta questão e perante estas premissas que lhe coloquei, estará disposta a diligenciar no sentido de estender ou não a sua resposta.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sim, posso acrescentar...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, então.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Por acaso, encontrei aqui um esclarecimento que o Sr. Deputado pediu, e, já agora, pronto, acrescento-o.

É sobre a delegação de competências do Secretário de Estado das Infraestruturas — das Infraestruturas não, na altura era Adjunto e das Comunicações —, que é o Despacho n.º 11 146/2020, de 12 de novembro. No n.º 1, alínea *i*), estão expressamente delegadas no Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações as competências «relativamente a todas as matérias e à prática de todos os atos respeitantes às infraestruturas e transportes na área da aviação civil» — e podia continuar a ler o despacho.

Já disse aqui, nesta Comissão de Inquérito, que não conheço essa instrução a que se referiu a Eng.^a Christine Widener quando cá esteve. Não conheço diretamente. Creio que ela terá um contexto. Creio também que a melhor pessoa para explicar esse contexto será o Secretário de Estado, que, alegadamente, nas palavras da Eng.^a Christine, a terá proferido.

Aquilo que posso afirmar, e que é do meu conhecimento direto, é que nunca houve nenhuma orientação específica do gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação à Eng.^a Christine, ou a qualquer membro da comissão executiva, para se dirigir apenas à tutela setorial. Isso não aconteceu. Nunca houve uma indicação, assim como também nunca houve uma ingerência política nos termos que a Eng.^a Christine referiu quando cá esteve.

Portanto, eu não posso dizer mais do que isto, Sr. Deputado. Obviamente, estou aqui, completamente disponível para responder às suas

questões. Agora, eu não posso falar por terceiros, não posso comentar decisões da segunda figura do Estado, do Sr. Primeiro-Ministro, não posso comentar...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Terceira!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Da terceira, peço desculpa. Mas da segunda também não posso, nem da primeira...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não convém!

O Sr. **Presidente**: — Sabemos isso, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Exatamente...

Portanto, não posso entrar numa lógica de comentário, e não sei o que é que pretende, que esclarecimento maior é que eu lhe posso dar sobre as suas questões. E pronto, daí não ter mais nada a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, a Sr.^a Doutora respondeu da forma que quis, mas agora foi uma resposta, e ficou registado.

Quanto ao preciosismo da Sr.^a Doutora relativamente ao despacho, a Sr.^a Doutora vai-me permitir que não concorde com o que leu. É que o despacho que leu é de 2020, altura em que Hugo Mendes era Secretário de Estado das Comunicações, mas em 2022 há um novo despacho, quando ele é Secretário de Estado das Infraestruturas.

Portanto, se a Sr.^a Doutora quer ser assim tão precisa, então leia-me o que está no despacho de 2022. É que são coisas diferentes. Se sabe, já que

quis ser tão precisa, podia ser verdadeiramente precisa e ler o despacho de 2022.

O Sr. **Presidente**: — Agradecia que não prolongássemos muito este diálogo...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Eu não sei, que ainda não o fui ver, mas as competências podem ser diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, agradecia-lhe que...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Não, era só para...

O Sr. **Presidente**: — Dão-me licença?...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Mas eu só queria esclarecer que li este...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, vai-me desculpar.

Para respirarmos e ganharmos alguma economia de tempo e de esforço, também, porque as horas já são avançadas, agradecia-lhe que desse esta resposta e que depois parássemos com este diálogo, para podermos avançar com a audição.

Faça favor, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, eu só li este despacho porque percebi que essa instrução que referiu que foi dada à Eng.^a Christine tinha sido antes da tomada de posse do XXIII Governo. Foi só por esse motivo. Pronto...

Naturalmente, eu teria lido a delegação de competências no Secretário de Estado das Infraestruturas, Dr. Hugo Mendes, pós-tomada de posse de 30 de março de 2022 se fosse esse o período de que estávamos a falar.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Vamos agora dar a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, voltando ao contrato da CEO — porque há pouco não tinha tempo para mais —, no fim ficou lá uma cláusula *non compete* de quatro meses. Isto é, durante quatro meses, para proteção da empresa, a CEO não podia ir para uma série de concorrentes, para não levar informação para lá.

No processo de elaboração desse contrato, a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis sugeriu 12 meses e a Sr.^a Doutora, sobre nem haver exclusividade, disse: «Não temos problemas com isso, preferimos não ter de pagar. Precisamos é que seja fechado tão breve quanto possível.» E disse mais: «Ponham zero, ou o mínimo possível, é este o entendimento da tutela.»

O que gostaria de perguntar era: porque é que o Governo, ao contrário das boas práticas, preferia que o contrato não tivesse esta cláusula? Este é o ponto um.

Ponto dois: se bem percebo, quando chegarmos ao verão, por exemplo, já passaram os quatro meses, e a ex-CEO pode ir trabalhar para uma das três interessadas na companhia e levar para lá tudo o que sabe, exatamente porque aquelas que a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis disse, e bem, serem as práticas de mercado, dos 12 meses, não ficaram. Correto?

E, terceiro, ainda sobre isto, pergunto-lhe, neste seguimento, se assim for, se considera que o Governo, com a negociação e aprovação deste contrato, protegeu o interesse público.

Muito rapidamente, voltando ao caso de Alexandra Reis, o ex-Secretário de Estado Hugo Mendes trocou comunicações, *e-mails* e mensagens sobre os valores do acordo, férias, regalias, entre outros, com a CEO.

O ex-Ministro Pedro Nuno Santos, sobre a indemnização, em conversa com Hugo Mendes, até pediu para baixar valores, algo que Hugo Mendes foi transmitindo à CEO, e depois, no fim, é que deu, então, a autorização. E repito que é mesmo uma autorização, não é um conforto político, aliás, no comunicado do ex-Ministro Pedro Nuno Santos, que ajudou a elaborar, está lá mesmo explícito que é uma autorização, mais do que uma vez.

Por isso, pergunto-lhe se, tirando a autorização, de que, já sabemos, soube no fim, também sabia de tudo o resto ou só soube durante esta Comissão de Inquérito, basicamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Maria Araújo, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Sr. Deputado, quanto às duas questões relativas ao contrato, a cláusula *non compete*, segundo me recordo... Não tenho aqui essa troca de *e-mails* com a Eng.^a Alexandra Reis, mas, segundo me recordo, estava alinhada com o que estava na *term sheet*, ou, pelo menos, com aquilo que a empresa, a *headhunter*, tinha combinado com a Eng.^a Christine. Portanto, foi nessa lógica que ela foi introduzida no contrato, a que foi dado forma pelos assessores da TAP.

Lembro-me que foi introduzida mais uma entidade no final. Na última versão do contrato, creio que foi introduzida mais uma entidade nessa cláusula. Não me recordo exatamente de qual, mas posso verificar e fazer chegar com mais rigor à CPI. Todavia, não nos pareceu, na altura, nem aos advogados que também acompanharam o contrato, que fosse lesiva do interesse público, caso contrário, não estaria lá a cláusula.

As mensagens e as interações a que se refere, trocadas entre o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação e o Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes, tive conhecimento delas antes da Comissão Parlamentar de Inquérito, precisamente quando estávamos a reconstruir a fita do tempo, o que depois permitiu fazer aquele esclarecimento adicional, na sequência, aliás, da audição da Eng.^a Christine, no dia 18 de janeiro.

O Sr. **Presidente**: — Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, tenho só duas questões para colocar nesta fase, uma tem a ver com a NAV e a outra tem a ver com os chamados, os famosos, fundos Airbus, em relação à TAP.

Em relação à NAV, queria pedir-lhe dois esclarecimentos, duas informações.

A primeira é relativamente ao processo, no âmbito do Ministério, que levou, digamos, à escolha da Eng.^a Alexandra Reis para Presidente da NAV. Não é o facto de não haver Presidente da NAV e de ser preciso haver um, o que estou a dizer é: «olha, está aqui uma solução...», e depois preparam o processo, fazem a instrução do processo, com vista ao parecer da CReSAP, etc.

Ficou claro que foi a partir do Ministério, nomeadamente, se não estou em erro, se não percebi mal, do gabinete do Secretário de Estado Hugo Mendes. Agora, como é que chegaram à ideia de esta pessoa ser mesmo uma boa solução para Presidente da NAV é que eu não percebi, nem se havia, digamos, alguma abordagem deste tema que fosse do seu conhecimento. É só isso, naturalmente, que se lhe pede, nesta altura. Que abordagem é que foi feita sobre isto? É que estas questões de valores transacionáveis, do ponto de vista das responsabilidades de gestão, dão sempre pano para mangas.

Dentro do tema da NAV, a segunda questão tem a ver, precisamente, com um aspeto que já se abordou aqui, que é esta sina de não se conseguir ter conselhos de administração a funcionar em empresas fundamentais para o País.

O caso da NAV é um deles. Eu acho que ainda não tem, não é? Ainda não tem Presidente do Conselho de Administração. Já não lhe vou perguntar a si porque é que ainda não tem, porque já não é da sua responsabilidade, ou, por outra, já não é da responsabilidade do seu gabinete ministerial, ou do membro do Governo de cujo gabinete faz parte.

Mas a questão é: como é que acontece, durante largos períodos, por mais do que uma ocasião, empresas como a NAV não terem administração e ficarem marcadas, depois, por processos deste calibre?

O segundo tema é o dos fundos Airbus. Temos ouvido responsáveis à época da privatização da TAP e das negociações feitas com o Sr. David Neeleman, agora, oito anos depois, dizerem que estava tudo às claras, que era tudo transparente, nada daquilo era segredo, mas, durante oito anos, ninguém sabia de nada.

Portanto, a questão é sobre o que é que, do seu conhecimento, se sabia sobre este tema no Ministério — porque também essa é uma das questões materiais, digamos, de destaque do trabalho que estamos a fazer nesta Comissão de Inquérito —, o que é que se conhecia sobre essa matéria e que documentação existia sobre essa matéria.

Recordo que, quando o Ministro Pedro Nuno Santos começou a exercer funções como Ministro das Infraestruturas, nós aqui, na Assembleia, levantámos a questão dos negócios com as aeronaves Airbus, e, durante bastante tempo, as coisas não foram conhecidas com a dimensão que, afinal, tinham, do ponto de vista da gravidade destes negócios.

Por isso, queria perguntar-lhe, então, qual foi a abordagem que, no Ministério, nessa época, foi feita, e, digamos, que informação é que transitou na pasta de transição.

Já agora, Sr. Presidente, eu terminei as minhas perguntas, mas queria fazer uma observação. Durante esta audição, recebemos, porque foi enviado por *e-mail* para todos os Deputados, uma mensagem enviada pelo Sr. ex-Presidente da PARPÚBLICA, que esteve cá no outro dia e foi questionado por mim sobre o facto que acabei de relatar — que durante anos não se soube disto e que o relatório e contas da PARPÚBLICA não tinha uma palavra sobre os fundos Airbus. Estranhamente, não se perceber porquê, ele enviou ainda hoje, pelos vistos, um *e-mail*, que foi já distribuído, a dizer: «Cá está o relatório de 2015 da PARPÚBLICA que, afinal, tem mesmo a informação sobre a privatização da TAP».

Não é o tema de que falámos; são os fundos Airbus. O relatório já era público, tanto mais que a gente o leu e percebeu que não vinha lá nada sobre os fundos Airbus. E, se calhar, teremos de fazer alguma resposta ao Sr. Pedro Ferreira Pinto, tendo em conta esta estranha missiva que ele nos dirigiu sobre este mesmo tema. Mas amanhã trataremos disto, sobre a resposta que enviamos a este senhor. Para já, fica esta questão, e eu agradecia então essa referência.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Em relação ao processo de designação da Presidente do Conselho de Administração da NAV, daquilo que me foi dado a saber na altura, daquilo que foi conversado, sim, há pouco, respondi ao Sr. Deputado Paulo Moniz

que eu nem sempre participava em todos estes processos de decisão, mas, por vezes, participava e era auscultada, até para fazer também alguma pesquisa de percursos profissionais e outro tipo de pesquisa, mais profunda sobre perfis para determinados cargos, mas eram situações pontuais.

Mas, neste caso da NAV, eu conhecia a Eng.^a Alexandra Reis e tinha trabalhado de forma bastante próxima com a Eng.^a Alexandra Reis, designadamente no processo que já referi da Groundforce, que foi um processo muitíssimo angustiante, por todo o sacrifício que implicou para aqueles trabalhadores, e que aconteceu num período especialmente difícil para o setor da aviação, que é o período do verão.

Portanto, a opinião generalizada sobre a Alexandra Reis era muito positiva: era tida como uma gestora muito competente e bastante qualificada. E isto independentemente de o Sr. Ministro ter acedido, a bem dos interesses da TAP e do bom funcionamento da Comissão Executiva, àquele pedido da Eng.^a Christine Widener.

Nesse sentido, foi um processo que se desencadeou com bastante naturalidade. Ou seja, o Secretário de Estado Hugo Mendes fez uma conversa exploratória com a Eng.^a Alexandra Reis, salvo erro, já quando havia a confirmação de que o Ministro Pedro Nuno Santos seria reconduzido no cargo no XXIII Governo — deve ter sido na última ou penúltima semana de março, antes da tomada de posse —, a Eng.^a Alexandra Reis aceitou e, depois, iniciámos o processo junto a CReSAP.

Em regra, quando são entidades cuja delegação de competências está na Secretaria de Estado, quem instrui o processo junto a CReSAP é o gabinete do Secretário de Estado, e isso temos mantido. Era assim com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos e também continua a ser assim sob a égide do Sr. Ministro João Galamba. Portanto, quem instruiu o processo junto a CReSAP foi, de facto, o gabinete do Secretário de Estado Hugo Mendes.

Curiosamente, o despacho conjunto da designação do novo Conselho de Administração foi o primeiro despacho conjunto de membros do Governo após uma resolução do Conselho de Ministros que decidiu que os membros dos conselhos de administração passavam a ser designados por despacho conjunto, porque antes disso era por resolução do Conselho de Ministros, e esse foi o primeiro despacho.

Portanto, até foi um despacho que foi elaborado pelo nosso gabinete em parceria muito estreita com o gabinete do Ministro das Finanças, porque era o primeiro que era feito, pelo que me lembro bastante bem desse despacho.

Não sei se em relação a esta questão queria saber mais alguma coisa... Recebemos o relatório da CReSAP, o perfil era adequado, entretanto as Finanças também indicaram quem seria o vogal financeiro e depois a engenheira, salvo erro, começou o mandato no início de julho.

Ainda estivemos algum tempo à espera por causa da designação do vogal financeiro, que ainda demorou algum tempo. O parecer da CReSAP já tinha chegado, mas tivemos de aguardar o parecer da CReSAP para o vogal financeiro.

Em relação ao tema dos fundos Airbus, eu não tenho muito mais a...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A NAV está sem administrador.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Pois está, é um problema. Não sei. Sobre isso, Sr. Deputado, não sei o que é que lhe posso dizer. De facto, é verdade. A NAV está, de facto, há algum tempo sem administrador. O antecessor da Eng.^a Alexandra Reis, também saiu antes de tempo. Não consigo acrescentar grande coisa sobre essa lacuna.

O Sr. **Presidente**: — E em relação à última questão?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Em relação à última questão, nós não tínhamos muito mais informação no Ministério além da que nos foi enviada pela TAP em setembro e que motiva a participação criminal de 2022. Portanto, nós recebemos aquela documentação.

Nas reuniões de coordenação entre o Secretário de Estado e a TAP, este tema já tinha sido falado, e com o Ministro Pedro Nuno Santos também. Portanto, não era um tema novo, simplesmente a TAP ainda não tinha reunido todos os relatórios de auditoria de que se precisava munir para informar as tutelas.

Portanto, assim que recebemos, no dia 23 de setembro, coordenámos imediatamente com a tutela das Finanças — até foi uma reunião marcada com grande rapidez — analisámos os documentos, marcámos reunião com o Centro de Competências Jurídicas do Estado, a JurisApp, e procedemos à elaboração da participação criminal. No fundo, foi este o tratamento que demos.

Se formos a um período anterior, não consigo identificar mais tratamento de processo, porque eu só entrei em 2020. Portanto, se o tema foi tratado antes de 2020, já não é do meu conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Dr.^a Maria Araújo.

Vamos para a última ronda de perguntas e pergunto quem deseja usar da palavra.

Pausa.

A Mesa regista as inscrições dos Srs. Deputados Bernardo Blanco e Filipe Melo.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito rápido, Sr. Presidente.

Fiquei com umas dúvidas quanto à resposta anterior e, Sr.^a Doutora, diga-me, primeiro, se apontei bem: disse que só soube daquelas comunicações entre Hugo Mendes e Pedro Nuno Santos e Hugo Mendes e CEO quando estavam a reconstruir a fita do tempo.

Eu fiquei sem perceber se foi quando estavam a preparar o comunicado ou se foi aquando da audição da CEO, porque disse os dois e eu fiquei sem perceber exatamente qual é que era. Se foi em relação à audição da CEO, foi antes da audição da CEO ou depois da audição da CEO?

Porque, se bem me recordo, Hugo Mendes tinha falado à IGF, depois ouviu a audição da CEO e, sabe-se lá porquê, foi verificar melhor as suas comunicações e, afinal, encontrou mais comunicações, quer com a CEO quer com Pedro Nuno Santos, e por isso, depois, fez uma correção, um segundo depoimento à IGF, que, aqui em audição, o Presidente da IGF não classificou como mentira ou não mentira, mas, sim, como uma evolução de pensamento.

Eu, olhando para esse segundo depoimento, vejo que também está incompleto face às comunicações que a Comissão já tem, e incompleto é uma palavra simpática.

Por isso, além desta primeira pergunta, queria saber se acompanhou esta evolução de pensamento e este processo de segundo depoimento. E, já agora, se se lembra efetivamente — isto tem a ver com a primeira questão — quando é que encontraram estas comunicações que estavam perdidas, diga-se assim, com a CEO e com o Ministro Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo e, depois, a Sr.^a Doutora responde em conjunto.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Dr.^a Maria Araújo, no final desta audição há uma pergunta que se impõe, que os portugueses estão desejosos de ouvir, e eu tenho a convicção plena que a Sr.^a Doutora vai desfazer este equívoco, porque conhece todo o processo.

De três ministros só um pode ficar com o ónus de ter despedido a CEO e o PCA. Terá sido, alegadamente, por violação grave dos atos de gestão, que foi despedida a Eng.^a Christine Widener e o Dr. Manuel Beja, com um encargo que será muito relevante para os cofres do Estado.

Pedro Nuno Santos não demitiu a CEO, portanto, na nossa opinião, estará livre dessa responsabilidade; há um despedimento que é feito em direto para as televisões por dois ministros, um com a tutela setorial, outro com a tutela financeira e, ao que sabemos, o Ministro com a tutela financeira não despede, não nomeia, portanto, sobra uma alternativa, que será, ao que tudo indica, João Galamba, que tem sobre si o ónus da responsabilidade de poder demitir os órgãos sociais da empresa.

Portanto, a pergunta final que lhe faço é simples: quem é que tinha o poder para destituir o Presidente do Conselho de Administração e a Presidente da Comissão Executiva da empresa? Só há uma resposta! Fernando Medina ou João Galamba?

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Sr.^a Doutora tem agora a possibilidade de responder em conjunto.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Bernardo Blanco não percebeu se as comunicações tinham sido localizadas antes ou depois da elaboração do esclarecimento público que o Ministro Pedro Nuno Santos fez no dia 20 de janeiro. Foi isso?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ou na audição da CEO, eu não aponte aquilo que disse.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — A audição da CEO é um momento importante. Aliás, antes disso, antes de irmos à audição da CEO, há aqui um facto que o Dr. Hugo Mendes refere quando é ouvido na IGF e que não é despidendo: o Dr. Hugo Mendes teve um incidente com o seu telemóvel e perdeu grande parte das comunicações e, portanto, esteve sem acesso a elas.

E, portanto, quando...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi quando lhe caiu o telemóvel...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Peço desculpa?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, tente não manter o diálogo, tente responder de forma fluída, porque senão entramos em diálogo, e é muito difícil, nesta fase da audição.

Faça favor, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa de Araújo**: — Portanto, o momento da audição da CEO, foi, de facto, relevante, porque fez alusão a uma mensagem que até à data não tinha sido encontrada e fez com que se fosse recuperar todo o histórico, designadamente, as mensagens que estavam

no telemóvel do Sr. Ministro e isso motivou o aditamento que é feito ao esclarecimento inicial do Dr. Hugo Mendes.

Portanto, essa recuperação foi feita após a audição da CEO e antes do esclarecimento público feito pelo Ministro Pedro Nuno Santos no dia 20 de janeiro.

Creio que respondi.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Filipe Melo, como eu disse há pouco, não acompanhei os atos instrutórios à decisão de destituição da CEO e do Presidente do Conselho de Administração da TAP. Portanto, não me consigo pronunciar com propriedade sobre essas questões que coloca.

E durante o tempo em que fui chefe de gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, essa questão também não se colocou. Portanto, não tenho muito a acrescentar a isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Entendo a resposta da Sr.^a Doutora, mas a questão que lhe coloquei foi objetiva.

A Sr.^a Doutora esteve alguns anos como chefe de gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas, conhece bem as competências que tem o Ministro das Infraestruturas nesta matéria da TAP e a pergunta foi óbvia, mas eu posso reformula-la e fazê-la de outra forma: tendo em conta a tutela setorial ser do Ministério das Infraestruturas e a financeira do Ministério das Finanças, quando há uma decisão de despedimento de um órgão social de uma tutelada, neste caso a TAP, a quem compete, ou quem tem os poderes para essa admissão? É a tutela financeira ou a tutela setorial?

Admito que a Sr.^a Doutora não queira pôr nomes, e compreendo, mas conhecerá os *dossiers* com profundidade e é só esse esclarecimento: qual é a tutela que tem essa competência?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr.^a Dr.^a Maria Araújo, se puder responder, para terminarmos.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Antónia Barbosa Araújo**: — Quem exerce a função de acionista é a DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças), portanto o titular em exercício da ação acionista será a DGTF.

Para se proceder a essa destituição terá de haver uma deliberação unânime escrita, uma DUE, é isso que me está... A pergunta é quem assina? Enfim, Sr. Deputado, pronto, não sei se isto responde...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Doutora.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminámos esta audição e amanhã cá estaremos para a audição do Dr. João Weber Gameiro.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 0 horas e 24 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.